



Recenseamento Geral da População e da Habitação

Censo 2000

EDUCAÇÃO

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
REPÚBLICA DE CABO VERDE**

EDUCAÇÃO

CENSO 2000

Catálogo recomendada:**INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**

Características Económicas da População – RGPH 2000 de Cabo Verde
2001 - 134 pág.

Presidente

Francisco Fernandes Tavares

Editor

Instituto Nacional de Estatística – Gabinete do Censo 2000

Sede

Av. Amílcar Cabral, CP 116

Cabo Verde

Telefone: 61.38.27

Fax: 61.16.56

E-mail: inecv@mail.cvtelecom.cv; inecv@ine.gov.cv

Impresso

Tipografia: ???

Tiragem: 500 exemplares

O INE na Internet:

www.ine.cv

PRINCIPAIS SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

SIGLAS, ABREVIATURAS E LEGENDAS

CV	Cabo Verde
INE	Instituto Nacional de Estatística
EBE	Ensino Básico Elementar
EBC	Ensino Básico Complementar
PREBA	Projecto de Renovação e Extensão do Ensino
PRESE	Projecto de Renovação e Extensão do Sistema Educativo
EBI	Ensino Básico Integrado
ISE	Instituto Superior de Educação
ISECMAR	Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar
DGAEA	Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos
FMI	Fundo Monetário Internacional
INIDA	Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola
ISCEE	Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais
EVE	Esperança de Vida Escolar
ESSE	Esperança de Sobrevivência Escolar
R M	Relação de Masculinidade
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
TBE	Taxa Bruta de Escolarização
TLE	Taxa Líquida de Escolarização
NR	Não Resposta
E. FREQ.	Esta a Frequentar
FREQ.	Frequentou
NUNCA FR.	Nunca Frequentou
RLFT	Relação Logística de Feminidade das Taxas
IP	Índice de Paridade Mulheres / Homens
M_BAIXO	Muito Baixo
M_ALTO	Muito Alto

Concelhos:

RG	Ribeira Grande
PL	Paul
PN	Porto Novo
SV	São Vicente
SN	São Nicolau
SL	Sal
BV	Boa Vista
MA	Maio
TF	Tarrafal
SC	Santa Catarina
SZ	Santa Cruz
PR	Praia
SD	São Domingos
SM	São Miguel
MO	Mosteiros
SF	São Filipe
BR	Brava

ESCLARECIMENTOS SOBRE O TEMA

✓ Dr. António Duarte - Tel.: 61.37.28
e-mail: AntonioD@ine.gov.cv
reisduarte@caramail.com

✓ Dr. Crisanto Barros – Tel.:
e-mail: crisanto_barros@hotmail.com

ÍNDICE SISTEMÁTICO

	Páginas
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I: CONTEXTO DE ESTUDO E ASPECTOS METODOLÓGICOS	
1. CONTEXTO DE ESTUDO	
1.1. Contexto Político	11
1.2. Contexto Socio-Económico	11
1.3. Contexto Socio-cultural	12
1.4. Características gerais do sistema educativo	12
1.5. Financiamento da Educação	18
1.6. Estrutura Geral de Gestão do Sector Educativo	19
2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	
2.1. Recolha de dados	20
2.2. Vantagens e limites	21
2.3. Conceitos e definições	21
2.4. Qualidade dos dados	22
CAPÍTULO 2: ESTRUTURA DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A FREQUÊNCIA ESCOLAR	
2.1. ESTUDO GLOBAL	
2.1.1. Estudo a nível nacional e por sexo	25
2.1.2. Variação Regional	26
2.1.3. Variação segundo o meio de residência	27
2.2. ESTRUTURA POR GRUPOS QUINQUENAIS DE IDADE	
2.2.1. Estudo a nível nacional e por sexo	30
2.2.2. Variação segundo o meio de residência	31
2.3. ESTRUTURA POR GRANDES GRUPOS DE IDADE CONVENCIONAL	
2.3.1. Estudo a nível nacional e por sexo	32
2.3.2. Variação regional	35
2.3.3. Variação segundo o meio de residência	36
CAPÍTULO 3: ESCOLARIZAÇÃO	
3.1. NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO POR IDADE	
3.1.1. Estudo por grupos de idade convencional	
3.1.1.1. Nível nacional por sexo e variação regional	38
3.1.1.2. Estudo por meio de residência	40
3.2. ESTUDO POR IDADE ESPECÍFICA	
3.2.1. Nível nacional por sexo e ilhas	41

3.2.2. Variação segundo o meio de residência	43
3.3. ESPERANÇA DE VIDA E ESPERANÇA DE SOBREVIVÊNCIA ESCOLAR	
3.3.1 ESPERANÇA DE VIDA ESCOLAR	
3.3.1.1. Nível Nacional por sexo e variação regional	44
3.3.1.2. Variação segundo o meio de residência	46
3.3.2. ESPERANÇA DE SOBREVIVÊNCIA ESCOLAR	
3.3.2.1. Nível Nacional por sexo e variação regional	49
3.3.2.2. Variação segundo o meio de residência	50
3.4. ESCOLARIZAÇÃO POR NÍVEL DE ESTUDO	53
3.4.1. ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO BÁSICO INTEGRADO (EBI)	54
3.4.1.1. Nível Bruto de Escolarização no EBI	54
3.4.1.2. Nível Líquida de Escolarização no EBI	55
3.4.2. ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO	
3.4.2.1. Nível Bruto de Escolarização no ensino secundário	57
3.4.2.2 Nível Líquida de Escolarização no ensino secundário	58
3.5. DIFERENÇAS DE ESCOLARIZAÇÃO SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA	
3.5.1. Sexo do chefe da família	60
3.5.2. Nível de instrução do chefe de família	61
3.5.3. Nível de conforto do chefe de família	63
 CAPÍTULO 4 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO	
4.1. NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO TOTAL DA POPULAÇÃO	
4.1.1. Estrutura por Grupos Etários	68
4.1.2. Variação segundo as ilhas	72
4.1.3. Variação segundo grandes Grupos Etários	73
4.2. NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO QUE JÁ FREQUENTOU UMA ESCOLA	
4.2.1. Nível Nacional	76
4.2.2. Variação segundo as ilhas	77
4.2.3. Variação segundo grandes Grupos Etários	80
4.2.4. Variação segundo o meio de residência	81
4.3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO QUE FREQUENTA ACTUALMENTE UMA ESCOLA	
4.3.1. Nível Nacional e variação segundo as ilhas	81
4.3.2. Variação segundo o meio de residência	85
4.3.3. Variação segundo a idade	85

CAPÍTULO 5 – ANALFABETISMO

5.1. ESTUDO GLOBAL

5.1.1. Nível Nacional por sexo e variação regional	88
5.1.2. Variação segundo o meio de residência	91

5.2. ESTUDO POR IDADE

5.2.1 Variação segundo a idade e sexo	93
5.2.2. Variação segundo o meio de residência	95
5.2.3. Nível de analfabetismo por grandes grupos etários	97

5.3. EVOLUÇÃO DO ANALFABETISMO EM CABO VERDE 1990-2000

5.3.1. Estudo a nível nacional, sexo e por ilhas	99
5.3.2. Variação segundo o meio de residência	102

CONCLUSÃO

105

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

Anexo I – Instrumento de Anotação do Censo.....	108
Anexo II – Quadros de Frequência Escolar.....	110
Anexo III – Quadros de Escolarização.....	112
Anexo IV – Quadros do Nível de Instrução.....	119
Anexo V – Quadros do Analfabetismo.....	124
Anexo VI – Listagem de todos os Quadros	129
Anexo VII – Listagem de todos Gráficos.....	132

INTRODUÇÃO

A educação constitui a pedra angular no processo de desenvolvimento de qualquer país. Pode-se dizer que o sistema educativo constitui a maior empresa singular no sentido em que de uma maneira ou de outra, interessa a maior parte da população.

Actualmente, com a globalização, é de notar a imperiosa necessidade de uma educação cada vez mais de qualidade, de forma a dar respostas aos inúmeros problemas que enfrentam a nossa sociedade.

Por outro lado é evidente a necessidade que os governos têm de saber o tipo de educação a dar a população jovem e os investimentos educativos necessários ao desenvolvimento económico e social desejável. Há uma grande necessidade de políticas prudentes e de longo prazo na educação, em virtude de, os seus retornos de investimentos serem de longo prazo.

A educação é uma área que tem adquirido cada vez mais importância, a medida que a sociedade torna cada vez mais complexa. A sua importância para o bem-estar, pode valorizar-se tanto a nível individual como social. Por outro lado, pressupõe-se, possibilidades de os indivíduos adquirirem os meios para uma realização pessoal mais complexa, proporcionando à sociedade uma maior coerência, estabilidade e uma melhoria de qualidade no factor de produção. Os recursos humanos são hoje considerados como o factor mais importante para o processo de desenvolvimento e do conhecimento. É um dos activos mais valiosos para um país, e para o caso de Cabo Verde, a educação tem um peso ainda maior, uma vez que é parco em recursos naturais e outros. É por estes e outros motivos que escolhemos o tema em questão.

O Recenseamento Geral da População e Habitação é de suma importância para um país, pois permite fornecer dados para o planeamento em todos os domínios.

A importância do sector da educação a nível da política governamental tem-se traduzido nos montantes a ele afectos pelo Orçamento Geral do Estado, tanto na sua componente funcionamento como investimento (Quadros i e ii).

Ao nível da educação, ele permite ao governo definir as políticas educativas tanto a curto como a longo prazo e a disponibilização de instrumentos de planificação tais como a carta escolar.

É útil para avaliar as transformações qualitativas na educação:

- No planeamento e organização de resultados, com vista a melhoramento qualitativo da educação, em áreas como; métodos pedagógicos, formação de professores etc.
- No desenvolvimento dos indicadores de educação;
- No fornecimento de informação do sistema educativo ao público, parlamentares e administradores;
- Na satisfação das necessidades de organizações internacionais, tais como UNESCO, OIT etc., em dados educativos.

A progressiva inserção da economia caboverdiana na economia globalizada coloca enormes desafios ao sistema educativo em termos de qualificação dos seus recursos humanos, cuja equivalência jamais será mensurada unicamente pelo valor interno, outrossim, pelas potencialidades que tiver para oferecer vantagens comparativas aos empreendedores. Independente da nossa vontade, numa economia globalizada, o valor dos nossos recursos dependerá das relações determinadas pelos actores que movimentam e direccionam a economia mundial.

É amplamente aceite hoje a ideia de que a educação transformou-se numa das maiores vantagens comparativa entre os países e empresas para enfrentar a feroz concorrência internacional.

Nesta perspectiva, como inúmeros estudos vem demonstrando, que o desafio da sociedade contemporânea será o de elevar o nível de instrução da população, melhorar a capacidade de adaptação da mão-de-obra para acrescentar a competitividade nacional e lutar contra a exclusão social. ¹»

A educação, que nas últimas décadas tem sido influenciada pelos padrões de racionalidade económica, tem assumido um papel chave como componente das políticas públicas para diminuir o grau de desigualdade social

¹ C, f. CASTRO, Maria Helena. Educação para o Século XXI., Brasília, 1999..

e promover a melhoria da distribuição de renda, contribuindo dessa forma, para a superação dos principais entraves ao crescimento económico sustentável.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos:

Introdução

Capítulo I - Contexto de estudo e aspectos metodológicos. Este capítulo faz uma abordagem do contexto da educação em Cabo Verde a nível económico, Político, e Socio-cultural. Ainda neste capítulo faz-se uma abordagem da metodologia usada e a qualidade dos dados do recenseamento geral da população e habitação do ano 2000.

Capítulo II – Estrutura da população residente segundo a frequência escolar. Neste capítulo fala-se da população residente de 4 anos ou mais, que já frequentou um estabelecimento de ensino, que estava a frequentar no momento do censo e que nunca frequentou.

Capítulo III – Escolarização. Destaca-se neste capítulo o estudo dos principais indicadores de educação, nomeadamente as taxas líquida e bruta de escolarização, taxa específica de escolarização; esperança de vida e de sobrevivência escolar e ainda a escolarização segundo algumas características da família.

Capítulo IV - Nível de instrução. É abordado neste capítulo o nível de instrução da população residente de 4 anos ou mais. Também é analisado o nível de instrução da população que já frequentou uma escola.

Capítulo V – Analfabetismo. Neste capítulo é analisado a taxa de analfabetismo da população. Também faz-se uma comparação com os dados do censo de 1990.

Conclusão. Nesta parte faz-se uma síntese dos principais resultados dos vários capítulos.

Espera-se que, com este trabalho, venha ser possível fornecer informação mais detalhada sobre o tema, a todos os utentes, de forma a poderem tomar as suas decisões, com uma maior consistência e coerência, a fim de promover um desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO I.: CONTEXTO DE ESTUDO E ASPECTOS METODOLÓGICOS

1. CONTEXTO DE ESTUDO

1.1. CONTEXTO POLÍTICO

Cabo Verde tornou-se um país independente em 1975. Até 1990, as ilhas de Cabo Verde viveram sob o regime de partido único (PAIGC/CV). A partir de 1991 uma série de eleições pluralistas colocaram fim ao regime monopartidário e instaurou-se o regime multipartidarista, do qual saiu vitorioso o Movimento para a Democracia (MPD). Nas últimas eleições legislativas e presidenciais, realizadas em Fevereiro de 2001, o PAICV, o maior partido da oposição, tornou – se a força política maioritária.

Desde a Independência Nacional até então, as políticas em educação configuram acções de envergadura destinadas a melhorar e transformar o sistema educativo, procurando responder a grande procura em relação a educação e como exigência crescente da melhoria da qualidade do ensino e da sua adaptação às reais necessidades de desenvolvimento de Cabo Verde.

A perspectiva subjacente a intervenção dos vários governos que se seguiram a independência é a de que a educação e a formação constituem um direito do cidadão e que o homem e a mulher constituem a principal força produtiva de um desenvolvimento sustentado do país.

As grandes linhas políticas do anterior governo insertas no Plano Nacional de Desenvolvimento, 1997-2000, definem as políticas do sector educativo, que assentam-se, entre outras, nas seguintes linhas de força, a saber: (i) Promoção da qualidade e generalização da educação pré-escolar; (ii) universalização do ensino de base; (iii) reforma do ensino secundário; (iv) promoção do ensino superior; (v) alargamento, beneficiação e remodelação da rede dos estabelecimentos escolares; (vi) garantia da estabilidade do corpo técnico e docente em todos os níveis de ensino; (vii) promoção da articulação do sistema educativo com o mundo do trabalho

1.2. CONTEXTO SOCIO-ECONÓMICO

O desenvolvimento económico de Cabo Verde caracteriza-se por uma forte dependência do exterior:

Transferências privadas (provenientes de grande maioria das remessas dos familiares, residentes principalmente em Portugal, Estados Unidos, Holanda, e França),

Ajuda externa ao desenvolvimento, importação de mercadorias.

Portanto, há uma necessidade de reorganizar em termos institucionais o sector de educação e formação, com vista a melhor poder responder aos desafios de desenvolvimento de Cabo Verde, as necessidades dos cidadãos e do emprego. O ritmo de desenvolvimento económico do país e as exigências do mundo moderno globalizado, exigem um número cada vez maior de técnicos superiores especializados, quer de nível universitário (técnicos de concepção) quer de cariz politécnico (técnicos de execução).

A economia moderna exige que estes técnicos façam uma formação de maneira entrosada com o mundo empresarial, pelo que devem manter-se em contacto e proximidade com as empresas do ramo.

O produto Interno Bruto² situa-se na ordem dos 600 milhões de dólares, sendo que a participação do sector primário é de 11,6%, sector secundário 19,0% e sector terciário com 69,4%. A taxa de crescimento do PIB em 2000 foi de 6,8% e com um PIB per capita de 1472 \$US.

As dívidas externa e interna de Cabo Verde representaram, 53,7% e 24,89% do PIB %, em 2000, o que significa que a dívida interna associada à externa atinge 78,6% do PIB.

² Estimativa – Staff FMI / INE

1.3. CONTEXTO SOCIO-CULTURAL

Os anseios da sociedade exigiram mais ensino, melhor ensino, mais democrático e mais adequadas as mutações sociais e tecnológicas que marcaram esta época.

Pequeno país insular, Cabo Verde caracteriza-se do ponto de vista demográfico pela extrema juventude da sua população (62,0% com menos de 25 anos em 2000), uma taxa média de crescimento anual relativamente elevada (2,4% no período 1990-2000) e uma repartição espacial cada vez mais desequilibrada (mais de metade da população residindo actualmente na ilha de Santiago, a maioria na Capital, Praia).

Esse desequilíbrio espacial é o resultado da forte migração interna que caracteriza o país, com os centros urbanos como principais pólos de atracção, nomeadamente as cidades da Praia (que aumentou de cerca de 3.500 pessoas/ano entre 1990 e 2000) e do Mindelo, e a ilha do Sal (cuja população quase duplicou em 10 anos). Disso resulta um processo de urbanização cada vez mais acentuada (53,3% da população vivendo na zona urbana em 2000 contra 45,9% em 1990) com todas as suas implicações em termos de habitação, de saneamento, de acesso à água potável e a outros serviços sociais básicos.

O desenvolvimento do sistema educativo em Cabo Verde a todos os níveis surge como estratégia motora de desenvolvimento global do país e a verdadeira “escola” de capacitação das populações para uma mais adequada inserção Sócio-económica, para sua autopromoção e autonomização económica. Assiste-se, a nível do sistema educativo a um crescimento em termos de efectivos escolares em todos os níveis de ensino, assim como a nível do corpo docente e das infra-estruturas escolares.

Pressuposto e determinante da qualidade dos recursos humanos, a cultura engloba os valores, as atitudes, os costumes, as crenças, mas também as actividades levadas a cabo no seio da sociedade. Essas actividades exprimem o enriquecimento de cada um desses factores e agem sobre eles e levam a sua transformação. Há que ter em conta que a cultura e o contexto sociocultural em que evoluímos são condições indispensáveis para o sucesso de qualquer projecto de sociedade.

A educação é vista por todos como fundamental na estratégia individual e familiar de inserção e mobilidade social, mas também na estratégia de desenvolvimento do país.

1.4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO SISTEMA EDUCATIVO

A história da escolarização convencional em Cabo Verde, enquanto uma estrutura formal do ensino organizado data do período colonial, especialmente com a reforma de 1917. Este sistema compreendia o ensino primário, o ensino normal, o ensino secundário e o ensino superior. Só a partir de 1947 é que o ensino primário elementar (até 3ª classe) torna-se obrigatório para todas as crianças. Na década de sessenta operam-se mudanças significativas, em Cabo Verde. Cria-se o ciclo preparatório e torna-se obrigatório o ensino primário elementar de 5 anos.³

É no período pós independência que se introduz algumas transformações no sistema de ensino, uma vez que o sistema anterior era considerado extremamente selectivo. Assim, no ano lectivo 1973/74, 91,5% dos efectivos escolares frequentava o ensino básico (1º a 4º anos), 5% o ciclo preparatório (5º e 6º anos) e 0,5% o ensino secundário. A partir de 1977, o ensino primário passa a designar-se de ensino básico, estruturado em ensino básico elementar (EBE) e ensino básico complementar (EBC), o ensino secundário e o curso técnico profissional.⁴

Com intuito de promover mudanças estruturais na sociedade cabo-verdiana com o fito de garantir o desenvolvimento sócio-económico, político e cultural começou-se nos anos 80 a preparar as mudanças

³ CARVALHO, Adriana. Ensino Básico, Caderno 2 do Instituto Pedagógico, 1998, p.7.

⁴ Idem, p.8.

estruturais no sistema educativo. Para tal, em 1986, foram criadas os projectos PREBA, Projecto de Renovação e Extensão do Ensino Básico e PRESE, Projecto de Renovação Extensão do Sistema Educativo que prepararam as alterações mais significativas ao nível do Ensino Básico e Secundário. Os dados do Ministério da Educação, no ano lectivo 1983/84 apontavam para uma elevada taxa bruta de escolarização no ensino básico de 1º a 4º anos 123% e de 58% no ensino básico complementar, elevando-se para 58,6% em 1985. “Num estudo realizado a partir de reconstituição de coorte de alunos inscritos na 1ª classe em 1982/83, verificou-se que um diplomado no EBE demorou 9,6 anos ao completar o ciclo de 4 anos de estudos. Apenas 29% dos alunos que se inscreveram na 5ª classe entre 1979/80 tiveram sucesso no exame de 6ª classe”.⁵

É com base nesse diagnóstico que a partir de 1990, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, introduz-se uma nova configuração do sistema educativo, que se organiza em torno de vários subsistemas, a saber: pré-escolar; o ensino básico, secundário (via geral e via técnica) e o ensino superior.

O EBI, destina-se às crianças entre os 6 a 11 anos ou 7 a 12 anos em função da criança frequentar ou não o pré-escolar, no entanto a data limite de permanência ainda não está fixada por decreto regulamentar, apesar de se tomar como referência os 15 anos, idade a partir da qual os jovens são admitidos no subsistema de Alfabetização e Educação de Adultos.

O ensino secundário abarca do 7º ao 12º ano de escolaridade, organizados em três ciclos sequenciais. O Primeiro Ciclo é denominado Tronco Comum (7º e 8ºanos). A partir da finalização deste, o aluno pode optar pela Via Técnica ou pela Via Geral do 2º Ciclo (9º e 10º) e finalmente o 3º ciclo (11º e 12º).

Os grandes princípios que orientam a acção do sistema educativo estão presentes na Constituição da Republica de Cabo Verde, na qual o Estado propugna que: (i) “ todos têm direito ao ensino; (ii) o ensino básico universal é obrigatório e gratuito (iii) a promoção de uma política de ensino que visa a progressiva eliminação do analfabetismo, a educação permanente, a criatividade, a inserção das escolas na comunidade e a formação cívica dos alunos”.⁶

A Reforma do Sistema Educativo iniciada em 1990, tem em vista a adequação do sistema educativo às exigências de uma sociedade democrática em que o Estado por diversos imperativos políticos, económicos e sócio-culturais é obrigado a atender não só à crescente procura social mas também à necessidade de facultar aos cidadãos uma educação de qualidade, condição fundamental para propiciar maiores oportunidades ao nível do mercado de trabalho.

O sistema educativo está organizado em três subsistemas a saber: 1) o subsistema pré-escolar; 2) o subsistema escolar, que compreende os ensinos Básico, Secundário, Médio e Superior, e 3) o subsistema extra-escolar.

Subsistema Pré-Escolar

A educação pré-escolar preconiza a educação da criança tendo em vista o seu desenvolvimento integral, preparando-a para o ingresso no ensino básico. A frequência aos estabelecimentos de educação pré-escolar é facultativa e destina-se a crianças de 3 a 6 anos de idade. A rede de educação pré-escolar comporta instituições a nível central do Estado, do poder local (autarquias) e outras organizações do direito privado ou cooperativo.

No que tange aos educadores, nota-se que 93% não possui formação pedagógica adequada para trabalhar a esse nível de educação. A maioria das instalações é adequada, 65%.

Subsistema da educação Escolar

⁵ Idem, p.11.

⁶ C. f, Constituição de Cabo Verde, artº73, 1992

A educação escolar compreende os ensinos básico, secundário, médio e superior, tendo cada nível de ensino uma função de complementaridade aos níveis antecedentes.

Ensino Básico

O ensino básico em Cabo Verde tem a duração de 6 anos é universal e obrigatório. O ensino básico destina-se a crianças de 6 a 7 anos de idade e 11 a 12 anos, em função da idade do ingresso no Ensino Básico, o qual é condicionado pelo tempo de permanência, mínimo de 2 anos na educação Pré-escolar. O Ensino Básico organiza-se em 3 fases sequenciais e complementares, tendo cada uma delas a função de alargar progressivamente a fase anterior, e desenvolve-se em regime de mono docência.

Constitui um ciclo único e autónomo com três fases e preconiza a integração da escola na comunidade. O plano de estudos organiza-se em área da Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Integradas e Expressão Artística.

A universalização do acesso à escolaridade básica, com a implementação da Reforma, passou a ser uma realidade em Cabo Verde. Daí que a rede escolar foi convertida a fim de melhor responder ao princípio da universalização do Ensino Básico.

Da necessidade de harmonização do perfil e da elevação da qualidade de formação e do aumento de capacidade de oferta em termos de docentes qualificados, reconverteu-se a Escola do Magistério Primário em Instituto Pedagógico, tendo passado de 2 para 3 anos de formação.

Segundo um estudo realizado pela UNICEF, em 1997, 95% das crianças que frequentam o ensino básico têm acesso aos manuais. Tal situação deve-se à estratégia de formação de professores, em que o manual é considerado um instrumento importante, e à acção do serviço de apoio social escolar do Ministério da Educação, que distribui os manuais de forma gratuita às crianças mais pobres.⁷

No ensino básico, no ano lectivo 1999/2000, segundo os dados do Gabinete de Estudos e Desenvolvimento do Sistema Educativo, a taxa de promoção foi de 85,5%, de repetência 11,2% e de abandono 3,3%. A taxa de transição do Ensino Básico para o ensino secundário foi 70%. A taxa bruta de admissão no ensino básico foi 104%. O número de professores situa-se nos 3293, dos quais 75,3% tinham formação adequada.

Ensino Secundário

O ensino secundário tem em vista a continuidade do ensino básico possibilitando o seu aprofundamento e consolidação em termos de conhecimentos, valores e aptidões. A duração do ensino secundário é de 6 anos, estruturado em 3 ciclos com a duração de 2 anos cada. O 1º ciclo ou tronco comum corresponde ao 7º e 8º anos de escolaridade, o 2º ciclo correspondente ao 9º e 10º anos e 3º ciclo ao 11º e 12º anos.

Os 2º e 3º ciclos possuem duas vias, uma geral e outra técnica. A via geral “visa essencialmente a preparação para o prosseguimento dos estudos, facilitando a adaptação do aluno à vida activa. A via de ensino técnico visa fundamentalmente a preparação para a vida activa, nas vertentes de electrotecnia/electrónica, construção civil e mecânica, serviços e artes.

Todo o aluno inicia o seu percurso no ensino secundário obrigatoriamente, pelo chamado tronco comum (1º ciclo), independentemente da via que vier a escolher logo a sua conclusão.

A **via geral** do ensino secundário prepara o aluno para o prosseguimento de estudos (médio e superior) e facilita a adaptação à vida activa

⁷ CARVALHO, Adriana. O Ensino Básico Integrado. Caderno 2 do Instituto Pedagógico, 1998, p.30

A **via técnica** onde a vocação tecnológica ganha contornos nítidos, quer a nível de especialização, quer a nível de actividades práticas, desenvolve o ensino secundário técnico nas chamadas escolas técnicas ou polivalentes (com duas vias) e oferece ao aluno duas alternativas: a do ingresso imediata na vida activa a seguir a formação complementar profissionalizante, e de continuação dos estudos a nível superior na área e cursos seguidos.

O ensino técnico, porque comprometido com a estratégia do desenvolvimento de Cabo Verde, privilegia áreas de formação de que os sectores públicos e privado precisam, a nível de quadros médios e intermédios. O ensino técnico é de carácter vocacional, não sendo portanto concebido para responder à demanda pelo ensino a esse nível.

O aluno que seguir a via técnica (que começa no 9º ano e vai até 12º ano) poderá escolher, a partir do 10º ano de escolaridade (ano onde se verifica a escolha da área e do curso) áreas de estudos como a de ciência e tecnologia que se subdivide nos cursos de Electrotecnia, Electrónica, Construção Civil e Mecânica (outros cursos estão programados), a de económico-social que incide nos cursos de serviço, comércio e Turismo, e ainda Agro-economia e agro-pecuária previstos para um futuro próximo.

Apesar dos esforços no quadro da reforma do sistema educativo, constata-se ainda algumas carências em matéria de equipamentos de apoio às actividades práticas e a necessidade de adequação do sistema de gestão, de supervisão e de controlo.

O ensino secundário, desde 1990, vem conhecendo uma grande expansão, ao mesmo tempo que se preparavam as condições para a generalização da reforma educativa e se melhorava as condições de funcionamento da rede escolar nesse nível.

Ensino Médio

De acordo com a Lei de Bases, o “ensino médio tem a natureza profissionalizante e tem em vista a formação de quadros médios em domínios específicos de conhecimentos. Ingressam no ensino médio estudantes que possuam o 10º ano de escolaridade, via geral ou via técnica, sendo que a duração do curso deve ser pelo menos de 3 anos.

Em Cabo Verde, a única instituição de ensino médio é o Instituto Pedagógico, instituição que qualifica professores para o Ensino Básico. As escolas de formação que integram o Instituto Pedagógico qualificaram 1180 professores nos cursos de formação inicial.

Ensino Superior

O Gabinete de Estudos e Planeamento do Sistema Educativo do Ministério de Educação não tem recolhido informações relativas ao Ensino superior, pelo que não existe dados sistematizados sobre esse nível de ensino. De acordo com a Lei de Bases, “o ensino superior organiza-se em universidades e instituições universitárias e o ensino politécnico em escolas superiores especializadas, nos domínios da tecnologia, das artes e da educação entre outros”.

O Ensino Superior encontra-se em fase de instalação. A criação em 1992 da Comissão Instaladora do Ensino Superior teve por objectivo o enquadramento institucional das competências existentes e futuras e coordenação dos projectos internacionais concernentes a esse nível. Com a nova lei orgânica do Ministério da Educação essa Comissão veio a transformar-se na Direcção Geral de Ensino Superior e Ciência.

A maioria das formações a esse nível tem lugar no estrangeiro e uma grande parte das despesas passou a ser financiada pelo Tesouro Público e Fundo de Desenvolvimento Nacional. Entretanto existem em Cabo Verde Escolas Superiores que conferem cursos superiores sem licenciatura nomeadamente, o ISE (Instituto Superior de Educação), ISECMAR (Instituto Superior de Engenharia e Ciência do Mar), INIDA (Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola) e Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresas, embora se tenha previsto complementos de licenciatura a partir de 1998/99.

O Instituto Superior de Educação assegura formação de professores a nível do bacharelato e complementos de licenciatura em algumas áreas a partir de 1998/99. As áreas previstas são da Física, Química, Geografia, Filosofia, Inglês e Estudos Cabo-verdianos e Portugueses.

Presentemente na sua fase de organização e de criação das condições para a instalação da Universidade de Cabo Verde, pretende-se que o Ensino Superior incorpore as experiências de Formação pós-secundária e tenha como linha de orientação a optimização e expansão das estruturas existentes, e articulação com os institutos de investigação e o mundo empresarial, aproveitando do potencial humano residente no país e no estrangeiro e a cooperação com instituições de ensino superior de outros países.

“Desde a independência em 1975, as despesas com formação de quadros foram suportados pelos países que acolhem estudantes de Cabo Verde. Na sequência das profundas mudanças, políticas e económicas registadas a partir da queda do bloco socialista, em 1989, assistiu-se a uma redução drástica do número de bolsas ofertadas por países doadores.”⁸

Em 2000, estima-se que 3250 estudantes frequentam os diferentes níveis de ensino superior no país e no estrangeiro, dos quais 30% estuda no país e 70% no estrangeiro.

A rede do ensino superior, em Cabo Verde, é composta pelo Instituto Superior de Educação (ISE), Centro de Formação Agrária, Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR), dos quais apenas o ISE e o ISECMAR outorgam graus de licenciatura.

Nesta perspectiva a maioria dos técnicos superiores de Cabo Verde, cerca de 2257 estudam no estrangeiro, especialmente no Brasil e em Portugal, onde encontram-se mais de 90% dos técnicos superiores em formação. A taxa de retorno ao país é, em média, 86%. Por outro lado, 80% dos estudantes no exterior são bolseiros ou recebem subsídio do Estado.

Subsistema da Educação Extra-Escolar.

À luz da lei de Bases, “a educação extra-escolar desenvolve-se em dois níveis: (i) a educação básica de adultos que abrange a alfabetização, a pós-alfabetização e outras actividades de educação permanente e (ii) a Aprendizagem e as acções de formação profissional, numa perspectiva de capacitação para o exercício de uma profissão e, desenvolve-se em centros específicos, empresas e serviços.

A educação básica de adultos organiza-se em três fases. A 1ª Fase destina-se a indivíduos com 15 anos e mais e visa dotá-los de capacidade da lecto-escrita e interpretação de texto. A 2ª Fase visa reforçar as capacidades em torno de actividades educativas e de extensão cultural. Finalmente a 3ª Fase é de consolidação e aprofundamento e articula-se com o sistema formal de ensino. O diploma de educação de adultos é equivalente ao da escolaridade obrigatória.

A educação de adultos teve um papel importante para a redução do analfabetismo em Cabo Verde, na última década.

ORGANIGRAMA

⁸ .” Relatório do sobre Bolsas nos Países Terceiros, Abril de 2000, p.7.

1.5. Financiamento da Educação

Por razões que se prendem com exíguos recursos naturais, os sucessivos governos de Cabo Verde tem apostado na qualificação dos cidadãos cabo-verdianos que garante a potencialização não só dos programas de desenvolvimento social, mas também da crescente procura social pela educação, enquanto factor de mobilidade social.

A evolução do orçamento de funcionamento, nos últimos quatro anos, traduz o esforço realizado pelo Estado de Cabo Verde para garantir o financiamento do sistema educativo, marcado pela massificação do ensino básico, como exige a Constituição de Cabo Verde, e pela expansão do ensino secundário nas diferentes ilhas e concelhos do país, condicionado pelas fortes pressões das autarquias locais que procuram atender à reivindicação dos pais e encarregados da educação, que não têm condições para fazer seus filhos deslocarem para os liceus tradicionais, localizados nas Ilhas de São Vicente e Santiago.

Por outro lado, o orçamento de funcionamento com a educação corresponde em média a 5% do PIB, o que realmente demonstra um esforço significativo que o país tem feito para suportar os custos com educação. Trata-se de uma participação considerável se compararmos esse nível de esforço com os demais países com PIB similares ao de Cabo Verde.⁹

Quadro i: Evolução das Despesas com Educação, 1996 - 1999

Especificação	Anos			
	1996	1997	1998	1999
% Orçamento de Funcionamento - Educação/ PIB	5,1	5,7	5,1	5,4
% Total Orç. Educação/ Orç. Total do Estado	18,7	19,3	17,8	18,3
% Despesas c/ pessoal - Educ./ Orç. Func. Educação	89,2	91,0	90,2	91,5

O Quadro ii., descreve a afectação das despesas de funcionamento com o sistema de ensino e evidencia claramente a priorização da escolaridade obrigatória, que representa 63% das despesas globais, seguido do ensino secundário com 31%. Isto quer dizer que as despesas com a educação básica e com o ensino secundário correspondem a 94% das despesas de funcionamento. Tal situação mostra que o grande desafio será de criar as condições para o investimento a nível do ensino médio e superior, uma vez que o Estado praticamente esgotou a sua capacidade de financiamento do sistema escolar.

Por outro lado, as despesas com o pessoal representaram, em 1999, cerca de 92% do orçamento de funcionamento, o que quer dizer que existe uma pequena margem financeira para suportar as demais despesas de funcionamento, provocando estrangulamento no funcionamento do sistema, obrigando as instituições de ensino a recorrerem a outras fontes de receitas para fazer face às despesas necessárias ao desenvolvimento das actividades de leccionação.

Como se depreende dos dados apresentados, o esforço de educação, em Cabo Verde é muito elevado comparativamente ao seu PIB e relativamente aos países com nível de desenvolvimento semelhante, o que só se justifica se este for inserido numa estratégia clara de desenvolvimento sócio-económico e social do país, com reflexo na elevação do bem-estar das suas populações. Nesta perspectiva se coloca com particular relevância o estudo sobre a eficácia e eficiência do sistema, traduzidos na determinação do seu rendimento interno e nas possibilidades da sua elevação, bem como na determinação da qualidade e possibilidades da sua melhoria.

⁹ C.f., o Relatório de Custos Unitários. PROMEF. Análise Financeira, Maio, 2001, p.3

Quadro ii. Afectação de Custos por Níveis de Ensino em 1999

NÍVEIS DE ENSINO	Estrutura
Educação Pré Escolar	0,4
Ensino Básico	62,8
Educação de Adultos	1,4
Ensino Secundário	30,9
Ensino Médio	1,0
Ensino Superior	3,5

1.6. Estrutura Geral de Gestão do Sector Educativo

A estrutura administrativa está definida na Lei Orgânica do Ministério de Educação¹⁰, e tem como finalidade assegurar o funcionamento do sistema educativo. A administração está organizada e é exercida a dois níveis: Central e Local.

Os Serviços Centrais, são órgãos de concepção, coordenação, programação e acompanhamento do sistema educativo, tendo cada um deles atribuições próprias em determinados domínios do sistema. Actualmente, a configuração dos mesmos é a seguinte:

Gabinete do Ministro(a) (GM), é o órgão de apoio directo e pessoal ao Ministro(a).

Secretário(a) Geral, coadjuva o Ministro(a) no exercício das suas funções. Orienta e superintende a Direcção de Administração, que encarrega-se da gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros do sector e a Rádio Educativa, que está incumbida da divulgação do desenvolvimento do sistema educativo.

Gabinete de Estudos e Desenvolvimento do Sistema Educativo (GEDSE), é um órgão de apoio técnico. Tem como função principal apoiar o Ministro(a) na concepção, planificação e formulação da política do sector e na sua articulação inter-sectorial e com a cooperação internacional.

Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência (DGESC), é um serviço de concepção, execução e coordenação nas áreas de formação superior, ciência e tecnologia. Está integrada pela Direcção de Formação e Qualificação de Quadros e a Direcção de Ciência e Tecnologia.

Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário (DGEBS), é um órgão de carácter operativo. Superintende a organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino e de formação dos diversos subsistemas da educação ao nível básico e secundário e procede à sua orientação pedagógica. Está integrada pela Direcção do Ensino Pré-escolar e Básico, a Direcção do Ensino Secundário e a Direcção de Desporto Escolar.

Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos (DGAEA), está encarregue de coordenar, promover e apoiar as actividades de alfabetização e pós-alfabetização.

Inspecção-geral do Ensino (IG), tem como função principal o acompanhamento e a fiscalização pedagógica, técnica, administrativa e financeira do sistema educativo.

São os seguintes órgãos autónomos, mas tutelados pelo Ministro da Educação:

Instituto Superior de Educação (ISE), forma docentes para o Ensino Secundário;

Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR);

Instituto Pedagógico (IP), forma docentes para o Ensino Básico Integrado;

¹⁰ Decreto Lei nº14 /97, de 24 de Março

Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar (ICASE), é a instituição que se encarrega de executar a política social do sector educação.

Os Serviços Locais compreendem as Delegações do Ministério de Educação e os Centros Concelhios de Alfabetização e Educação de Adultos, cujo âmbito de actuação corresponde à organização territorial do país, concretamente nos diferentes concelhos.

Constituem o elo de ligação entre os serviços centrais e os estabelecimentos de ensino e formação não superior. A estrutura das Delegações do Ministério da Educação foi definida através de um Decreto Regulamentar¹¹. São dirigidas por um(a) Delegado(a) e possuem três áreas de coordenação: uma Pedagógica, outra de Estatística e Planeamento e outra de Administração Patrimonial e Financeira. Existem 17 Delegações pertencentes ao Ministério da Educação.

2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

2.1. RECOLHA DE DADOS

A análise da educação no âmbito do Recenseamento Geral da População, visa essencialmente disponibilizar informações sobre o tema, a todos os utentes.

A população a ser medida: residente presente e ausente ou seja população de direito.

O questionário utilizado tem múltiplas variáveis e no caso concreto da educação foram utilizadas as seguintes: sabe ler e escrever, frequência escolar, nível de instrução, (P12, P13, P14).

P12 – Sabe ler e escrever. Essa pergunta permite-nos saber as pessoas que sabem ler e escrever e que não sabem no universo de 4 anos e mais.

P13 – Frequência escolar. Permite-nos saber as pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento escolar, os que já frequentaram e os que estavam a frequentar no momento do censo.

P14 – Nível de ensino mais alto que frequentou ou anda a frequentar.

As perguntas P12, P13, P14 e P15, foram dirigidas as pessoas de 4 anos ou mais, enquanto que a pergunta p16 é feita às pessoas de 10 anos ou mais.

Para efeito de análise, essas variáveis foram cruzadas com as demais do RGPH, nomeadamente:

Sexo, Idade, local, meio de residência, instrução do chefe de família, sexo do chefe de família e nível de conforto do chefe de família.

Para efeitos de análise definiram diferentes grupos de idades correspondentes a cada nível. Assim, de 4-5 anos para o pré-escolar, 6-14 anos para o ensino básico e 15-24 anos o nível do secundário e superior. Todavia, outros grupos de idade podem ser definidos. Assim, no sentido de responder às necessidades dos planificadores de educação em Cabo Verde e de se poder comparar os resultados do recenseamento com outras estatísticas disponíveis no país, certos indicadores serão calculados tendo em conta as faixas etárias 6-11, 12-17, para se poder calcular indicadores comparáveis com estudos já realizados.

Para medir a escolarização da população de Cabo Verde, o recenseamento da população e habitação do ano 2000, teve em conta as seguintes modalidades de frequência escolar, a saber, está a frequentar, já frequentou e nunca frequentou.

O método de recolha utilizado foi a entrevista directa.

¹¹ Decreto Regulamentar n.º 4/98 de 27 de Abril

2.2. VANTAGENS E LIMITES

Os dados da educação obtidos através, do censo 2000 têm uma vantagem capital na medida em que para além das a cima citadas, permite uma recolha exaustiva de informações, que só é possível com o Recenseamento.

Permite comparar os dados do Censo 2000 com os de 1990, no concernente ao analfabetismo.

Permite também a comparabilidade internacional dos dados da Educação, uma vez que na elaboração do questionário teve-se o cuidado de seguir as recomendações das Nações Unidas.

Limites

- Quando se compara o nível de ensino verifica-se que hoje a maior parte das crianças frequenta o pré-escolar e por conseguinte entra no EBI aos 6 anos enquanto que antigamente as crianças entravam no EBI aos 7 anos.

- O EBI, continua a ter 6 anos, só que antes estava dividido em dois ciclos: Ensino Básico Elementar (EBE) e Ensino Básico Complementar (EBC).

- Persiste ainda 2 idades de entrada no EBI (6 e 7 anos) em função das crianças frequentarem ou não o pré-escolar.

- O recenseamento foi feito em Junho de 2000 e nessa altura já havia formações (p15) concluídas e outras que só terminaram em Julho e existe uma diferença de tratamento no mesmo ano.

- No questionário do censo 2000, não se distinguiu a instrução geral e técnica.

Em alguns casos, por exemplo, o nível de instrução e frequência escolar não foi possível comparar os dados do censo de 2000 com os de 1990, isto porque as perguntas foram feitas de forma diferente.

Para efeito de análise, o nível geográfico mais desagregado a ser considerado será concelho, embora se possa fazer alguma referencia ao nível da Freguesia para análises comparativas

2.3. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

População escolarizável, é definida em função dos limites de idade adoptados. De uma maneira geral, a população escolarizável é constituída por pessoas de 6 a 14 anos, é assim definida de acordo com as recomendações da UNESCO, tendo em conta o período da escolarização obrigatória. Por outro lado, considerando a entrada precoce das crianças na escola, e retendo o facto de que ocorre repetência nos diferentes níveis de ensino e mesmo das especificidades do país, pode-se interessar da população de idade de 4 a 24 anos.

População escolar, é a população residente que declarou como aluno ou estudante no momento do recenseamento. Segundo o manual do agente recenseador um aluno ou estudante é uma pessoa que frequenta regularmente um estabelecimento escolar e que não exerce uma actividade económica. Assim, o estudo da frequência escolar, no quadro do RGPH-2000, interessa essencialmente a população residente de 6 a 24 anos, grupo etário que engloba a população escolarizável no ensino básico, secundário e superior.

A Esperança de Vida Escolar (EVE) é definida como “o número total de anos de escola, que uma criança de determinada idade, pode esperar receber no futuro, assumindo que a probabilidade de ela estar a frequentar a escola em qualquer idade é igual à taxa de escolarização corrente para essa idade”¹².

A Esperança de Sobrevivência Escolar (ESE) define-se como sendo o número total de anos de que uma criança dessa idade, já escolarizada, pode esperar beneficiar, supondo-se que a probabilidade da sua

¹² Relatório Mundial sobre a educação, pag. 39

escolarização numa dada idade futura seja igual à relação entre a taxa de escolarização mais elevada para qualquer idade superior à idade de referência” 13.

A taxa bruta de escolarização (TBE) por nível de ensino refere-se o total de matriculados, independentemente da sua idade, com a população que, de acordo com a regulamentação oficial nacional deveria estar matriculada naquele nível de ensino considerado, enquanto que, o limite superior é encontrado adicionando tantos anos quanto os anos curriculares do ciclo em estudos. Assim, num país onde as crianças são admitidas na escola primária com 6 anos e onde este ciclo de estudos tem 6 anos curriculares.

A taxa líquida de escolarização (TLE), representa o número de alunos matriculados num determinado nível de ensino, com idade correspondente à idade teórica de frequência desse nível de ensino, expresso como uma percentagem da população com a idade correspondente”. Na Taxa Líquida de escolarização inclui-se no numerador e no denominador o mesmo grupo etário (daí o termo Taxa de Escolarização por idade específica). Num país onde as crianças são admitidas na escola com 6 anos e onde o ensino primário tem 6 anos curriculares, a taxa líquida de escolarização para este nível de ensino TLEP é definida como?

Nível de instrução é o nível de ensino mais elevado atingido ou completado por um indivíduo. O perfil do nível de instrução é baseado na repartição percentual da população, de um determinado grupo etário, que atingiu ou completou um nível de ensino especificado.

Alfabetização corresponde ao número de pessoas que conseguiram adquirir as capacidades básicas de leitura e escrita essenciais para o seu desenvolvimento e para a sua inserção nas sociedades contemporâneas.

Taxa de alfabetização designa em geral a proporção da população que sabe ler e escrever, expressa em percentagem da população total.

Analfabetismo, corresponde ao número de pessoas de 15 anos e mais que não sabem ler nem escrever.

Taxa de analfabetismo corresponde à relação entre a população 15 anos e mais que não sabe ler nem escrever dividido pela população total do referido grupo etário multiplicado por 100

Relação Logística de Feminidade : RLFT = $(M * (1-H)) / (H * (1-M))$,
em que:

M– proporção de mulheres (taxa)

M– proporção de homens (taxa)

2.4. QUALIDADE DOS DADOS

Uma das principais fases do trabalho estatístico consiste no tratamento da informação recolhida. Esta informação é sujeita a análise qualitativa para se aferir da sua qualidade. O montante desse processo estão procedimentos de controlo de coerência interna dos dados que nos permitem identificar os principais erros cometidos, principalmente, na recolha, codificação e na digitação dos dados.

A análise da coerência interna dessas informações permitem-nos concluir com elevado rigor que um indivíduo embora não tenha respondido à variável Alfabetização é um alfabetizado porque respondeu possuir o EBI na pergunta Nível de Instrução.

Esse procedimento de coerência incide sobre a totalidade das variáveis e suas modalidades, permitindo, na fase de tratamento, corrigir os erros cometidos. Naturalmente, alguns erros não serão corrigidos por falta de informação objectiva que permita a sua correcção. Nesta fase, proceder-se-a à análise da coerência externa dos

13 Relatório Mundial sobre a educação, pag. 94

dados, fundamentalmente através da comparação com outras fontes que não o próprio recenseamento. No entanto, este processo extravasa o objecto deste capítulo.

A primeira constatação sobre os dados apurados da variável Alfabetização é a manutenção da estrutura dos dados brutos. Na verdade, após as correcções à base, nos dados brutos não se verificaram alterações relevantes ao nível percentual na estrutura, tendo havido, sobretudo, uma redução das Não Respostas (NR), ou seja, do cruzamento de outras variáveis foi possível reduzir até 0.1% a proporção das não respostas, pelo que se pode aferir com excelente grau de precisão sobre a Alfabetização em Cabo Verde. Para um universo de 387.782 indivíduos, não responderam à questão 499 indivíduos, o equivalente a 0,1% da população com 4 anos ou mais.

Quadro iii.: Efectivos e proporção (em %) dos dados brutos e apurados no censo 2000, segundo a alfabetização da população residente de 4 anos ou mais

Alfabetização	Dados Brutos		Dados Apurados		Diferença	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Sim	272030	70,5	269324	69,5	2706	1,0
Não	110224	28,6	117959	30,4	-7735	-1,8
NR	3466	0,9	499	0,1	2967	0,8
Total	385720	100	387782	100	-2062	-

Pode-se afirmar que os dados brutos subavaliaram os analfabetos a favor dos alfabetizados. Após as correcções à base, foram acrescentados ao total dos analfabetos 7.735 indivíduos, resultantes, sobretudo, da correcção das não respostas (2.967) e da diminuição dos alfabetizados (2.706). A estrutura, no entanto, mantém-se praticamente inalterada, reflectindo os dados brutos a boa qualidade dos dados desta variável. A maior diferença percentual na estrutura verifica-se ao nível dos dados dos analfabetos que se reduziram em 1.8 pontos percentuais. A maior variação percentual verifica-se ao nível das não respostas que se reduziram aproximadamente em 600%.

A diferença líquida das correcções (2.062) é de 0.53% sobre os dados brutos. Isto deve-se sobretudo a correcção efectuada nas idades.

A imputação de valores nas diversas modalidades das respostas permite-nos constatar que aproximadamente $\frac{3}{4}$ das imputações incidiram sobre os Analfabetos, seguindo-se os Alfabetizados com 22.7%.

Quadro iv.: Número e proporção das imputações feitas na variável alfabetização

Modalidades	Nº Imputado	Percentagem
< 1 - Não aplicado	556	4,0
1 - Sabe ler e escrever	3124	22,7
2 - Não sabe ler e nem escrever	10103	73,3
Total	13783	100

Em relação a variável Escolarização nota-se também que a estrutura entre os dados brutos e os apurados praticamente mantém-se. De um total de 387781 pessoas (dados apurados), não responderam a questão referente a escolarização 426 pessoas, o que corresponde a 0,1% do total, portanto um ganho sobre os dados brutos de 9698 pessoas, o que corresponde a 2,5%. A maior diferença percentual em relação a estrutura dos dados brutos e apurados regista-se nas pessoas que estavam a frequentar, registando-se um decréscimo de 2,8% e 1,0% nas pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino. No entanto nota-se um decréscimo de 1,0% nas pessoas que já frequentaram um nível de ensino.

Também nesta variável a diferença líquida de correcções (2061) é de 0,53%, sobre os dados brutos, o que leva-nos a concluir da boa qualidade dos dados referentes à escolarização.

**Quadro v.: Efectivos e proporção (em %) dos dados brutos e apurados no censo 2000
segundo a frequência escolar da população residente de 4 anos ou mais**

Escolarização	Dados Brutos		Dados Apurados		Diferença	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Está a frequentar	135781	35,2	147332	38,0	-11551	-2,8
Frequentou	178265	46,2	174270	44,9	3995	1,3
Nunca frequentou	61550	16	65753	17,0	-4203	-1,0
NR	10124	2,6	426	0,1	9698	2,5
Total	385720	100	387781	100	-2061	-

Na variável escolarização (quadro vi), foram imputadas nas diversas modalidades 20844 pessoas, sendo que 2,3% são NR, 22,1% são pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, 16,5% estavam a frequentar no momento do censo e 59% já frequentaram.

Quadro vi.: Número e proporção das imputações feitas na variável escolarização

Escolarização	Nº Imputado	Percentagem
2 - Está a frequentar	12325	59,1
1 - Frequentou	3444	16,5
0 - Nunca frequentou	4587	22,0
< 0 - NR	488	2,3
Total	20844	100

No que tange ao nível de ensino por ano de estudo, é de salientar também que a qualidade dos dados é boa. Nesta variável, nas diversas modalidades foram imputadas 476 valores distribuídos por 96,8% de NR e 3,2% no 4º ano do EBI.

Em relação ao nível de ensino, o total de valores imputados foi de 3255, sendo 25,5% NR, 7,8% Pré-escolar, 36,5% EBI e 30,2% Secundário.

Quadro vii.: Número e proporção de imputações feitas na variável nível de ensino

Modalidades	Nº Imputado	Percentagem
< 1 - NR	461	96,9
24 - 4º ano do EBI	15	3,2
Total	476	100
< 0 - NR	830	25,5
0 - Pré-escolar	253	7,8
2 - EBI	1188	36,5
3 - Secundário	984	30,2
Total	3255	100

CAPÍTULO 2: ESTRUTURA DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A FREQUÊNCIA ESCOLAR

Este capítulo será analisado com base na pergunta 13 (P13), do questionário do recenseamento geral da população e habitação 2000: Diga se frequenta, frequentou ou nunca frequentou um estabelecimento de ensino. Portanto na análise deste capítulo teremos em conta as três modalidades:

Esta a frequentar

Já frequentou

Nunca frequentou

Este capítulo reveste de extrema importância na medida em que permite saber a estrutura da população residente segundo a frequência escolar.

2.1. ESTUDO GLOBAL

2.1.1. ESTUDO A NÍVEL NACIONAL E POR SEXO

O Quadro 2.1., apurado pelos resultados definitivos do censo 2000, dá-nos os efectivos e a distribuição percentual da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo e frequência escolar.

De acordo com este quadro, no momento do censo, a população de Cabo Verde de 4 anos e mais era de 387356 indivíduos, sendo 185268 homens e 202088 mulheres.

Estavam a frequentar um estabelecimento de ensino 147086 pessoas, o que representa cerca de 38% da população residente de 4 anos e mais, sendo que 49 em cada 100 são homens e 51 em cada 100 são mulheres.

O censo revela ainda que 174516 indivíduos já tinham frequentado uma escola no momento do censo, o que corresponde a 45% da população residente de 4 anos e mais, destes 52% são do sexo masculino e 48% do sexo feminino.

Convém realçar contudo que continua elevada a proporção de pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino em Cabo Verde, cerca de 17%, sendo 35% de homens e quase o dobro de mulheres (65%).

Quadro 2.1: Efectivos e proporção da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo por frequência escolar

Frequência escolar	AMBOS OS SEXOS		MASCULINO		FEMININO	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
CABO VERDE	387356	100	185268	100	202088	100
Está a frequentar	147086	38,0	72507	39,1	74579	36,9
Frequentou	174516	45,1	90101	48,6	84415	41,8
Nunca frequentou	65754	17,0	22660	12,2	43094	21,3

2.1.2. VARIAÇÃO REGIONAL

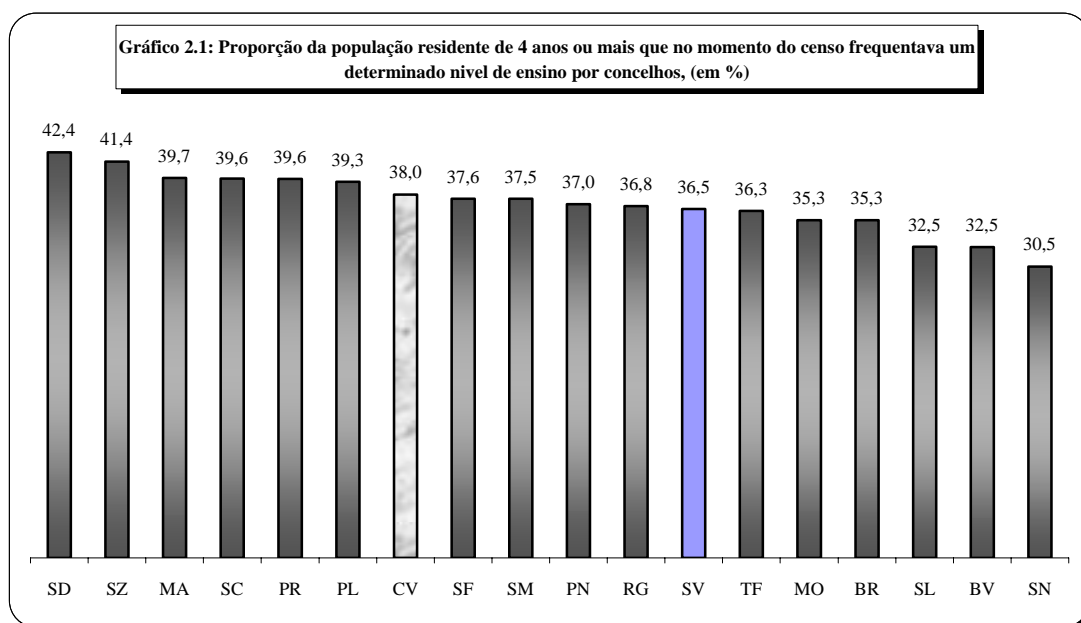
Em relação a estrutura da frequência escolar da população residente de 4 anos e mais, nas diferentes ilhas do país, nota-se que os maiores níveis de frequência escolar, actual foram encontrados nas ilhas do Maio e Santiago, com cerca de 40% cada, níveis esses superiores a média nacional. Nos diferentes concelhos do país, verifica-se que os níveis mais elevados de frequência escolar actual foram registados nos concelhos da ilha de Santiago, mais concretamente em São Domingos com 42%, Santa Cruz com 41% e Praia com 40%. Esses níveis são em mais de 2 pontos percentuais superiores nos homens, o que significa dizer que havia mais homens a frequentarem uma escola do que mulheres no momento do censo. Os menores níveis foram encontrados nas ilhas/concelhos de São Nicolau, Sal e Boavista.

Quadro 2.2: Estrutura da população residente de 4 anos ou mais segundo o sexo e a frequência escolar, por ilhas / Concelhos

Ilhas/ concelhos	AMBOS OS SEXOS				MASCULINO				FEMININO			
	Total	Está a frequ.	Freq-tou	Nunca frequ.	Total	Está a frequ.	Freq-tou	Nunca frequ.	Total	Está a frequ.	Freq-tou	Nunca frequ.
CABO VERDE	100	38,0	45,1	17,0	100	39,1	48,6	12,2	100	36,9	41,8	21,3
Santo Antão	100	37,3	42,2	20,5	100	35,8	48,3	16,0	100	38,9	35,7	25,4
Ribeira Grande	100	36,8	44,6	18,7	100	35,2	50,8	14,0	100	38,4	37,9	23,6
Paul	100	39,3	41,6	19,1	100	38,2	46,7	15,1	100	40,6	35,5	23,9
Porto Novo	100	37,0	39,6	23,5	100	35,3	45,8	19,0	100	38,7	33,0	28,2
São Vicente	100	36,5	49,9	13,6	100	36,2	54,0	9,8	100	36,7	46,0	17,3
São Nicolau	100	30,5	51,5	18,1	100	30,6	55,3	14,1	100	30,3	47,7	22,0
Sal	100	32,5	60,6	6,8	100	29,6	65,8	4,5	100	35,7	54,9	9,4
Boavista	100	32,5	59,8	7,7	100	30,6	64,6	4,8	100	34,6	54,3	11,1
Maio	100	39,7	48,7	11,6	100	42,4	50,0	7,7	100	37,4	47,5	15,1
Santiago	100	39,6	42,5	17,8	100	42,2	45,1	12,6	100	37,4	40,3	22,3
Tarrafal	100	36,3	38,4	25,3	100	40,8	40,1	19,1	100	32,8	37,1	30,2
Santa Catarina	100	39,6	37,7	22,7	100	44,2	39,3	16,4	100	35,9	36,3	27,8
Santa Cruz	100	41,4	38,8	19,8	100	43,9	41,7	14,4	100	39,3	36,1	24,6
Praia	100	39,6	47,1	13,2	100	40,8	50,0	9,2	100	38,5	44,6	16,9
São Domingos	100	42,4	41,7	15,9	100	44,0	44,9	11,1	100	41,0	38,8	20,3
São Miguel	100	37,5	40,0	22,4	100	42,6	41,6	15,8	100	33,6	38,8	27,5
Fogo	100	37,0	43,4	19,6	100	39,3	46,7	14,0	100	34,9	40,4	24,7
Mosteiros	100	35,3	45,2	19,5	100	37,5	48,9	13,5	100	33,3	41,9	24,8
São Filipe	100	37,6	42,8	19,7	100	39,8	45,9	14,2	100	35,5	39,9	24,6
Brava	100	35,3	51,9	12,8	100	35,4	54,6	10,0	100	35,2	49,2	15,6

Em contrapartida, a maior percentagem de pessoas que no momento do censo já tinha frequentado um estabelecimento de ensino, localiza-se nas ilhas/concelhos do Sal (61%), Boavista (60%), Brava e São Nicolau com 52% cada. Já em relação às pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, os maiores níveis foram registados nas ilhas de Santo Antão, Fogo e São Nicolau e incide sobretudo nas mulheres (Quadro 2.2)

Nas ilhas de Santo Antão, Fogo, São Nicolau e Santiago foram registadas as maiores proporções de pessoas de 4 anos e mais que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino. Em relação ao sexo, verifica-se que esses níveis são em mais de 6% superiores nas mulheres do que nos homens.



2.1.3. VARIAÇÃO SEGUNDO O MEIO DE RESIDÊNCIA

Por local de residência, é de realçar que a frequência escolar actual é mais elevada no meio urbano do que no meio rural. O censo revela que em Junho de 2000, a população de Cabo Verde com 4 anos e mais residente no meio urbano era de 209.699 indivíduos contra 177.657 do meio rural. Em média cerca de 39% da população residente com idade igual ou superior a 4 anos frequentava um estabelecimento de ensino no meio urbano, 48 em cada cem já tinha frequentado e 13% nunca frequentou, (Quadro 2.3.). No meio rural a percentagem de pessoas que já frequentaram um estabelecimento de ensino e que estavam a frequentar no momento do censo é inferior da registada no meio urbano, isso devido sobretudo às melhores condições existentes no meio urbano concretamente em infra-estruturas.

A maior proporção de pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino situa sobretudo no meio rural 22% contra 13% do meio urbano, portanto quase o dobro.

Quadro 2.3: Effectivos e proporção da população residente de 4 anos ou mais segundo o sexo por sector de residência e frequência escolar

Sector de residência	AMBOS OS SEXOS		MASCULINO		FEMININO	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
URBANO	209699	100	100936	100	108763	100
Está a frequentar	81380	38,8	39493	39,1	41887	38,5
Frequentou	101517	48,4	52416	51,9	49101	45,1
Nunca frequentou	26802	12,8	9027	8,9	17775	16,3
RURAL	177657	100	84332	100	93325	100
Está a frequentar	65706	37,0	33014	39,1	32692	35,0
Frequentou	72999	41,1	37685	44,7	35314	37,8
Nunca frequentou	38952	21,9	13633	16,2	25319	27,1

Não se constata diferenças significativas em relação ao sexo das pessoas que estavam a frequentar uma escola no meio urbano. Já nas pessoas que já frequentaram, nota-se um maior número de homens do que mulheres. O contrário acontece em relação às pessoas que nunca frequentaram uma escola.

Em relação às ilhas e concelhos, convém registar que no momento do censo, no meio urbano, maior proporção de pessoas já tinha frequentado um estabelecimento de ensino (48%), cerca de 39% estavam a frequentar e apenas 13% nunca tinham frequentado. Em relação ao sexo, verifica-se que a proporção de pessoas que estava a frequentar um estabelecimento de ensino e que já frequentou no meio urbano é superior nos homens. Regista-se o contrário em relação às pessoas que nunca frequentaram uma escola.

Analisando concretamente as ilhas e concelhos, (Quadro 2.4), os maiores níveis de frequência escolar actual foram registados no meio urbano das ilhas de Santo Antão e Santiago (41% cada). No que diz respeito aos concelhos, também os maiores níveis de frequência escolar actual, a nível nacional, foram registados no meio urbano dos concelhos de São Domingos (47%), São Miguel (44%), e Santa Cruz (43%). Convém frisar que a proporção de pessoas que no momento do censo frequentava uma escola em São Domingos é superior ao do concelho dos Mosteiros em cerca de 21 pontos percentuais. Em todos os concelhos da ilha de Santo Antão há menos homens a frequentar uma escola no meio urbano do que mulheres, já em Santiago acontecem precisamente o contrário em todos os concelhos. No meio rural dessas duas ilhas esses níveis são inferiores. Convém frisar que apenas nas ilhas/concelhos da Boavista, Maio e Sal é que a percentagem de pessoas que no momento do censo frequentava uma escola é mais elevada no meio rural do que no meio urbano.

Os maiores níveis de frequência escolar actual no meio rural foram encontrados nas ilhas do Maio e Santiago com destaque para os concelhos de São Domingos e Santa Cruz. Não se vislumbra diferenças significativas em relação ao sexo.

Em relação às pessoas que já frequentaram uma escola os maiores níveis foram encontrados nas ilhas/concelhos do Sal e da Boavista tanto no meio urbano como no meio rural.

A maior percentagem de pessoas que nunca frequentou um estabelecimento de ensino foi encontrada no meio rural da ilha de Santo Antão 22% contra 16% do meio urbano. No concelho do Porto Novo foi encontrado a maior proporção de pessoas que nunca foi a escola.

Em relação ao sexo, verifica-se que em todas as ilhas e concelhos, independentemente do sector de residência, o maior número de pessoas que nunca frequentou uma escola, são mulheres.

Quadro 2.4.: Estrutura da população residente de 4 anos ou mais segundo o sexo e a frequência escolar por meio de residência, ilhas e concelhos

Meio de residência Ilhas/concelhos	AMBOS OS SEXOS				MASCULINO				FEMININO			
	Total	Está a frequ.	Freq-tou	Nunca frequ.	Total	Está a frequ.	Freq-tou	Nunca frequ.	Total	Está a frequ.	Freq-tou	Nunca frequ.
BANO	100	38,8	48,4	12,8	100	39,1	51,9	8,9	100	38,5	45,1	16,3
o Antão	100	41,3	42,6	16,1	100	40,2	48,0	11,8	100	42,3	37,2	20,4
Ribeira Grande	100	41,0	48,8	10,2	100	39,8	53,7	6,5	100	42,2	44,0	13,8
Paul	100	40,8	43,0	16,2	100	40,3	48,0	11,7	100	41,4	37,2	21,4
Porto Novo	100	41,5	38,7	19,8	100	40,5	44,5	15,0	100	42,6	32,9	24,5
Vicente	100	36,9	50,0	13,1	100	36,8	54,0	9,2	100	37,0	46,1	16,9
Nicolau	100	33,8	51,0	15,2	100	33,9	53,8	12,2	100	33,7	48,3	18,0
	100	32,5	60,6	6,8	100	29,6	65,9	4,5	100	35,7	54,9	9,5
vista	100	31,0	62,2	6,7	100	28,7	66,2	5,0	100	33,7	57,5	8,8
o	100	38,8	52,0	9,1	100	40,9	53,5	5,6	100	37,2	50,8	12,1
iago	100	40,7	46,5	12,8	100	41,9	49,2	8,9	100	39,6	44,1	16,3
Tarrafal	100	39,5	41,3	19,2	100	42,0	43,1	14,9	100	37,5	39,8	22,7
Santa Catarina	100	42,2	44,4	13,4	100	43,8	46,4	9,8	100	40,8	42,7	16,5
Santa Cruz	100	42,9	39,8	17,3	100	44,6	42,4	13,0	100	41,4	37,5	21,1
Praia	100	40,1	48,0	11,9	100	41,1	50,8	8,1	100	39,3	45,4	15,3
São Domingos	100	47,1	42,5	10,4	100	48,7	44,8	6,6	100	45,8	40,5	13,7
São Miguel	100	43,9	41,0	15,0	100	47,5	42,2	10,4	100	41,0	40,1	18,9
o	100	37,8	47,1	15,1	100	38,8	50,9	10,4	100	37,0	43,6	19,4
Mosteiros	100	26,5	60,3	13,2	100	26,7	67,8	5,5	100	26,3	53,8	19,9
São Filipe	100	38,3	46,5	15,2	100	39,3	50,1	10,6	100	37,4	43,2	19,4
va	100	37,7	52,8	9,5	100	38,7	54,4	6,9	100	36,7	51,2	12,1
RAL	100	37,0	41,1	21,9	100	39,1	44,7	16,2	100	35,0	37,8	27,1
o Antão	100	35,5	42,0	22,4	100	33,9	48,4	17,7	100	37,4	35,0	27,6
Ribeira Grande	100	35,6	43,3	21,1	100	33,9	50,0	16,0	100	37,3	36,1	26,6
Paul	100	38,9	41,2	19,9	100	37,6	46,4	16,0	100	40,4	35,0	24,5
Porto Novo	100	33,2	40,3	26,5	100	31,2	46,8	22,0	100	35,4	33,1	31,4
Vicente	100	30,0	49,1	20,9	100	29,1	53,9	17,1	100	31,1	43,8	25,1
Nicolau	100	28,2	51,8	20,0	100	28,5	56,3	15,3	100	27,9	47,2	24,9
	100	32,7	60,6	6,7	100	29,5	65,4	5,2	100	36,6	54,9	8,5
vista	100	33,8	57,5	8,6	100	32,5	63,0	4,5	100	35,3	51,4	13,2
o	100	40,3	46,5	13,2	100	43,3	47,8	8,9	100	37,6	45,4	17,1
iago	100	38,5	38,1	23,4	100	42,6	40,4	16,9	100	35,1	36,2	28,7
Tarrafal	100	34,7	37,0	28,3	100	40,2	38,5	21,3	100	30,6	35,8	33,6
Santa Catarina	100	39,2	36,5	24,2	100	44,3	38,2	17,6	100	35,1	35,2	29,6
Santa Cruz	100	40,9	38,4	20,7	100	43,6	41,5	14,9	100	38,5	35,7	25,8
Praia	100	35,0	39,8	25,2	100	38,1	42,7	19,2	100	32,3	37,2	30,5
São Domingos	100	41,7	41,6	16,7	100	43,3	44,9	11,7	100	40,3	38,5	21,2
São Miguel	100	34,7	39,6	25,7	100	40,3	41,3	18,3	100	30,5	38,3	31,2
o	100	36,7	42,3	20,9	100	39,4	45,5	15,1	100	34,3	39,5	26,2
Mosteiros	100	35,7	44,6	19,7	100	37,9	48,2	13,8	100	33,6	41,4	25,0
São Filipe	100	37,2	41,3	21,5	100	40,1	44,2	15,7	100	34,7	38,6	26,8
va	100	34,4	51,5	14,1	100	34,2	54,7	11,1	100	34,6	48,5	17,0

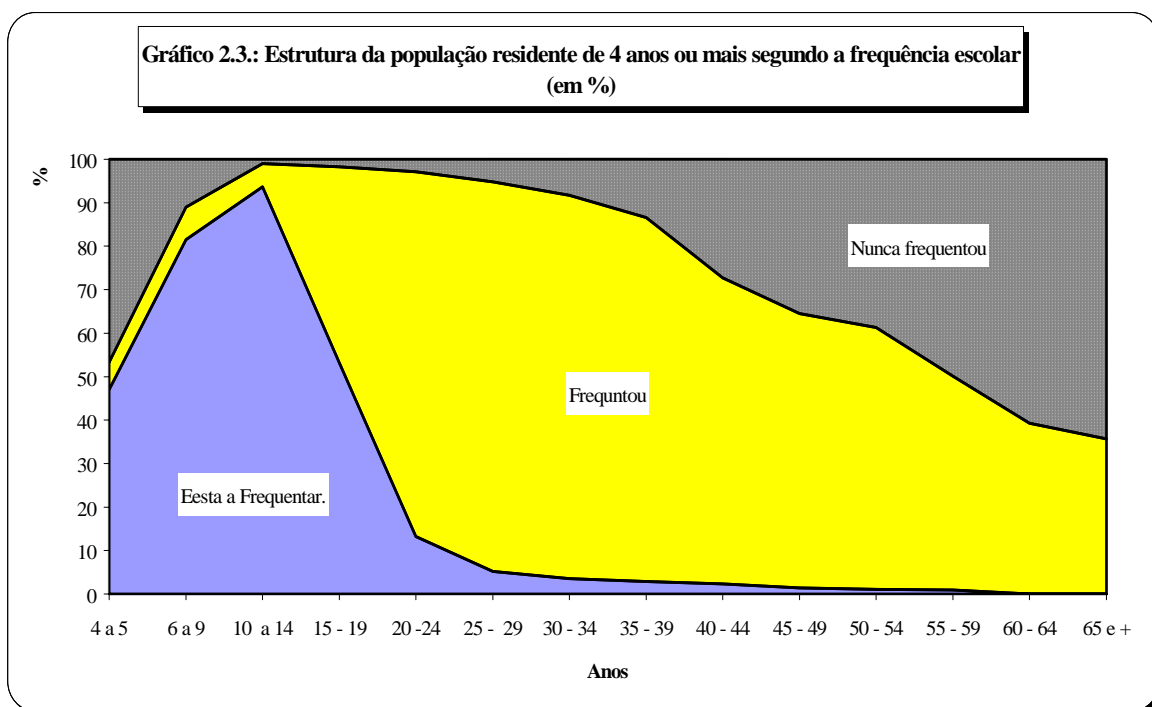
2.2. ESTRUTURA POR GRUPOS QUINQUENAIS DE IDADE

2.2.1. Estudo a nível nacional e por sexo

Em relação aos grupos etários é de assinalar que, em Cabo Verde, 47 em cada 100 crianças de idade compreendida entre 4 a 5 anos frequentavam no momento do censo, um estabelecimento de ensino, repartido em 49% do sexo masculino e 51% do sexo feminino. A frequência escolar actual nas crianças com idade compreendida entre 4 a 5 anos incide sobretudo na camada feminina.

Apenas 6% das crianças desta faixa etária, já frequentaram um estabelecimento de ensino repartido quase equitativamente pelos sexos. Isto demonstra claramente que a frequência escolar nessa idade é ainda um fenómeno recente.

Contudo é de realçar que ainda cerca de 47% das crianças dessa idade nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, o que confirma a tese que o pré-escolar é ainda um fenómeno recente e que esforços deverão ser encetados no sentido de que todas as crianças dessa idade tenham acesso a esse nível de ensino. Em relação ao sexo nota-se que a percentagem de crianças que nunca frequentou este nível de ensino é superior nas do sexo masculino.



É de assinalar que nas faixas etárias de 6 a 9 anos e 10 a 14 anos concentra a maior proporção de crianças que no momento do censo estava a estudar (82% e 94% respectivamente), o que é natural tendo em conta que a escolarização obrigatória vai de 6 a 14 anos. Convém no entanto destacar o facto de que na faixa etária de 6 a 9 anos ainda 11% dessas crianças nunca foram a escola.

A maior proporção de pessoas que já frequentaram um determinado estabelecimento ensino encontra-se a partir dos 15 anos, registando-se os maiores níveis nas faixas etárias de 20 a 24, 25 a 29 e 30 a 34 anos, com 84%, 90% e 88%, respectivamente. Em relação ao sexo, nota-se que há mais homens que já frequentaram um estabelecimento de ensino do que mulheres.

Os maiores níveis de pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino foram registados nas gerações mais antigas. No entanto convém destacar que ainda grande proporção de crianças em idade do pré-escolar não vai a escola, cerca de 47%,

Quadro 2.5.: Estrutura da população residente de 4 anos ou mais segundo a frequência escolar e sexo por grupos etários

GRUPOS ETÁRIOS (Em anos)	AMBOS OS SEXOS				MASCULINO				FEMININO			
	Total	E. Freq.	freq	Nunca fr	Total	E. Freq.	freq	Nunca fr	Total	E. Freq.	freq	Nunca fr
CABO VERDE	100	38,0	45,1	17,0	100	39,1	48,6	12,2	100	36,9	41,8	21,3
4 a 5	100	47,0	6,3	46,7	100	46,1	6,3	47,6	100	47,8	6,3	45,8
6 a 9	100	81,5	7,5	11,0	100	81,2	7,5	11,4	100	81,9	7,5	10,6
10 a 14	100	93,7	5,3	1,0	100	93,3	5,6	1,1	100	94,0	5,1	0,9
15 - 19	100	53,2	45,1	1,8	100	51,9	46,2	1,9	100	54,5	43,9	1,6
20 - 24	100	13,2	83,9	2,9	100	12,5	84,8	2,7	100	13,8	83,1	3,1
25 - 29	100	5,2	89,6	5,2	100	4,7	91,2	4,1	100	5,8	87,9	6,3
30 - 34	100	3,5	88,2	8,3	100	3,3	90,9	5,8	100	3,7	85,6	10,7
35 - 39	100	2,9	83,7	13,5	100	2,9	89,2	7,9	100	2,8	78,7	18,5
40 - 44	100	2,3	70,4	27,3	100	2,2	83,2	14,6	100	2,4	60,3	37,4
45 - 49	100	1,4	63,1	35,4	100	1,2	82,0	16,8	100	1,6	50,7	47,7
50 - 54	100	1,1	60,2	38,7	100	0,9	79,2	19,8	100	1,2	46,9	51,9
55 - 59	100	0,9	49,2	49,9	100	0,6	69,5	30,0	100	1,1	36,4	62,5
60 - 64	100	0,0	39,3	60,7	100	0,0	58,6	41,4	100	0,0	27,1	72,9
65 anos e mais	100	0,0	35,7	64,3	100	0,0	53,3	46,7	100	0,0	22,9	77,1

2.2.2. VARIAÇÃO SEGUNDO O MEIO DE RESIDÊNCIA

No que tange ao meio de residência, (Quadro 2.6), é de assinalar que no momento do censo, no meio urbano, cerca de 52% das crianças com idade compreendida entre 4 a 5 anos frequentavam um determinado nível de ensino, 42% nunca tinham frequentado e apenas 6% já tinham frequentado, o que demonstra que o pré-escolar é ainda um fenómeno recente em Cabo Verde. No meio rural, a percentagem de crianças com essa idade na escola era cerca de 10 pontos percentuais inferior ao registado no meio urbano. Já em relação às crianças que nunca frequentaram um sistema de ensino, os maiores níveis registaram-se no meio rural, 51% contra 42% do meio urbano.

Na faixa etária de 10 a 14 anos, cerca de 95% das crianças frequentavam um estabelecimento de ensino no meio urbano, apenas 1% nunca frequentou. Não se denota diferenças significativas em relação ao sexo, isto é sem duvida resultado da universalização do EBI.

Em suma, a maior proporção de pessoas que estava a frequentar um estabelecimento de ensino e que já frequentou nos diferentes grupos etários regista-se no meio urbano. Ao invés, a maior proporção de pessoas que nunca foi à escola registou-se no meio rural.

Quadro 2.6: Estrutura da população residente de 4 anos ou mais segundo a frequência escolar e sexo por meio de residência e grupos etários

Grupos etários (anos)/ Meio de residência	AMBOS OS SEXOS				MASCULINO				FEMININO			
	Total	E. Freq.	freq	Nunca fr	Total	E. Freq.	freq	Nunca fr	Total	E. Freq.	freq	Nunca fr
URBANO	100	38,8	48,4	12,8	100	39,1	51,9	8,9	100	38,5	45,1	16,3
4 a 5	100	52,4	5,7	41,9	100	52,1	5,7	42,2	100	52,7	5,7	41,7
6 a 9	100	83,4	7,2	9,5	100	83,0	7,3	9,7	100	83,7	7,0	9,3
10 a 14	100	95,4	3,7	0,8	100	94,7	4,3	1,0	100	96,2	3,1	0,7
15 - 19	100	61,5	37,1	1,4	100	59,4	38,9	1,7	100	63,5	35,4	1,1
20 - 24	100	16,9	80,7	2,4	100	16,0	81,5	2,5	100	17,8	79,9	2,3
25 - 29	100	6,8	89,0	4,2	100	6,0	90,5	3,5	100	7,6	87,5	4,9
30 - 34	100	4,4	89,2	6,5	100	4,0	91,3	4,7	100	4,7	87,0	8,3
35 - 39	100	3,7	85,6	10,7	100	3,6	90,3	6,1	100	3,8	81,1	15,1
40 - 44	100	2,8	77,4	19,7	100	2,7	87,5	9,8	100	2,9	68,3	28,7
45 - 49	100	1,8	73,8	24,4	100	1,6	87,2	11,3	100	2,0	62,6	35,4
50 - 54	100	1,3	72,3	26,5	100	1,1	86,6	12,3	100	1,4	60,3	38,3
55 - 59	100	1,0	61,7	37,3	100	0,6	79,0	20,3	100	1,3	49,3	49,4
60 - 64	100	0,0	51,3	48,7	100	0,0	71,9	28,1	100	0,0	37,9	62,1
65 anos e mais	100	0,0	44,8	55,2	100	0,0	64,4	35,6	100	0,0	32,4	67,6
RURAL	100	37,0	41,1	21,9	100	39,1	44,7	16,2	100	35,0	37,8	27,1
4 a 5	100	41,9	6,9	51,2	100	40,5	6,9	52,6	100	43,3	7,0	49,7
6 a 9	100	79,8	7,7	12,5	100	79,4	7,6	13,0	100	80,2	7,9	11,9
10 a 14	100	91,8	7,0	1,2	100	92,0	6,8	1,2	100	91,7	7,2	1,1
15 - 19	100	42,4	55,4	2,2	100	42,8	55,1	2,2	100	41,9	55,8	2,3
20 - 24	100	7,3	89,0	3,7	100	7,2	89,7	3,1	100	7,4	88,4	4,3
25 - 29	100	2,7	90,5	6,8	100	2,6	92,5	4,9	100	2,9	88,5	8,7
30 - 34	100	2,3	86,7	11,0	100	2,2	90,2	7,5	100	2,3	83,6	14,1
35 - 39	100	1,5	80,6	17,9	100	1,8	87,3	10,9	100	1,3	75,3	23,4
40 - 44	100	1,5	60,3	38,2	100	1,3	75,8	22,9	100	1,7	50,2	48,1
45 - 49	100	1,0	49,4	49,6	100	0,6	72,5	26,9	100	1,2	38,4	60,4
50 - 54	100	0,9	44,0	55,1	100	0,6	66,5	32,8	100	1,1	31,9	67,1
55 - 59	100	0,7	36,0	63,3	100	0,4	57,6	41,9	100	0,8	24,1	75,1
60 - 64	100	0,0	29,3	70,7	100	0,0	47,1	52,9	100	0,0	18,2	81,8
65 anos e mais	100	0,0	28,8	71,2	100	0,0	46,0	54,0	100	0,0	15,1	84,9

2.3. ESTRUTURA POR GRANDES GRUPOS DE IDADE CONVENCIONAL

2.3.1. ESTUDO A NÍVEL NACIONAL E POR SEXO

A análise da frequência escolar por grandes grupos etários permite-nos saber como varia a frequência escolar em função da idade determinada.

Em Cabo Verde, uma percentagem significativa de crianças de 4 a 5 anos frequentava, no momento do censo, um estabelecimento de ensino representando cerca de 47% do total, repartido em 49% do sexo masculino contra 51% do sexo feminino, (Quadro 2.7). Portanto, a frequência escolar actual nas crianças com idade compreendida entre 4 a 5 anos, incide sobretudo na camada feminina.

Apenas 6% das crianças desta faixa etária já frequentaram um estabelecimento de ensino repartido quase equitativamente pelos sexos. Isto deve-se ao facto de em Cabo Verde, a frequência escolar nessa idade ser recente, e o estado não tem dado a devida atenção a esse nível de instrução, que até hoje o maior protagonista tem sido as Câmaras Municipais. Por isso, é de realçar que ainda cerca de 47% das crianças em idade do pré-escolar nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, uma vez que nem todas as crianças dessa idade têm acesso ao Pré-escolar. Em relação ao sexo nota-se que a percentagem de crianças que nunca frequentou este nível de ensino é superior nas do sexo masculino.

Cerca de 82% das crianças com idade compreendida entre 6 a 9 anos estudavam no momento do censo, 8% já tinham estudado e 11% nunca frequentaram um estabelecimento. Se tivermos em conta que essa idade esta dentro da faixa da idade do EBI (Educação obrigatória), então facilmente se conclui que ainda uma percentagem expressiva de crianças não vão à escola. Não se verifica diferenças significativas em relação ao sexo.

A nível nacional, a maior percentagem de crianças que estava a frequentar um estabelecimento de ensino em Junho de 2000, foi registado na faixa etária de 10 a 14 anos e com uma repartição quase equitativa pelos sexos.

Quadro 2.7: Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo a frequência escolar por sexo e grandes grupos etários

Grupos etários Convencional	CABO VERDE			
	Está a Frequentar	Frequentou	Nunca Frequentou	Total
AMBOS OS SEXOS	38,0	45,1	17,0	100
4 a 5 anos	47,0	6,3	46,7	100
6 a 9	81,5	7,5	11,0	100
10 a 14	93,7	5,3	1,0	100
15 a 19	53,2	45,1	1,8	100
20 a 24	13,2	83,9	2,9	100
25 a 34	4,4	88,9	6,7	100
35 e mais	1,4	59,1	39,5	100
6 a 11	86,9	5,5	7,6	100
12 a 17	78,2	20,5	1,3	100
18 a 24	20,8	76,6	2,6	100
6 a 14	88,2	6,3	5,5	100
15 a 24	36,2	61,5	2,2	100
6 a 24	66,0	29,9	4,1	100
MASCULINO	39,1	48,6	12,2	100
4 a 5 anos	46,1	6,3	47,6	100
6 a 9	81,2	7,5	11,4	100
10 a 14	93,3	5,6	1,1	100
15 a 19	51,9	46,2	1,9	100
20 a 24	12,5	84,8	2,7	100
25 a 34	4,0	91,1	4,9	100
35 e mais	1,4	74,2	24,4	100
6 a 11	86,6	5,6	7,9	100
12 a 17	77,5	21,2	1,4	100
18 a 24	20,1	77,3	2,6	100
6 a 14	87,9	6,4	5,7	100
15 a 24	35,2	62,5	2,3	100
6 a 24	65,5	30,3	4,2	100
FEMININO	36,9	41,8	21,3	100
4 a 5 anos	47,8	6,3	45,8	100
6 a 9	81,9	7,5	10,6	100
10 a 14	94,0	5,1	0,9	100
15 a 19	54,5	43,9	1,6	100
20 a 24	13,8	83,1	3,1	100
25 a 34	4,8	86,7	8,5	100
35 e mais	1,4	47,8	50,8	100
6 a 11	87,3	5,4	7,4	100
12 a 17	79,0	19,9	1,1	100
18 a 24	21,5	75,8	2,7	100
6 a 14	88,6	6,2	5,3	100
15 a 24	37,2	60,6	2,2	100
6 a 24	66,6	29,5	4,0	100

Em relação aos grupos etários utilizados em Cabo Verde para efeito de cálculo da taxa líquida de escolarização no EBI, Secundário e no Superior (6 – 11, 12 – 17, 18 – 24 anos), é de registar que grande parte das pessoas dessa idade estava na escola ou já tinha saído dela.

No momento do censo cerca de 87% das crianças com idade compreendida entre 6 a 11 anos estudavam um determinado nível de ensino, 6% já tinham estudado e 8% nunca tiveram na escola.

A proporção de Cabo-verdianos com idade compreendida entre 6 a 14 anos e que frequentava um estabelecimento de ensino no momento do censo é de 88%, o que evidencia os investimentos feito neste nível e o reflexo da universalização do ensino básico em Cabo Verde, como se preconizou com a reforma do ensino cujas linhas de força encontram-se definidas na Constituição de Cabo Verde e na Lei de Bases do Sistema Educativo. Nessa faixa etária, também existem mais meninas que meninos a frequentar a escola, embora a diferença seja insignificante.

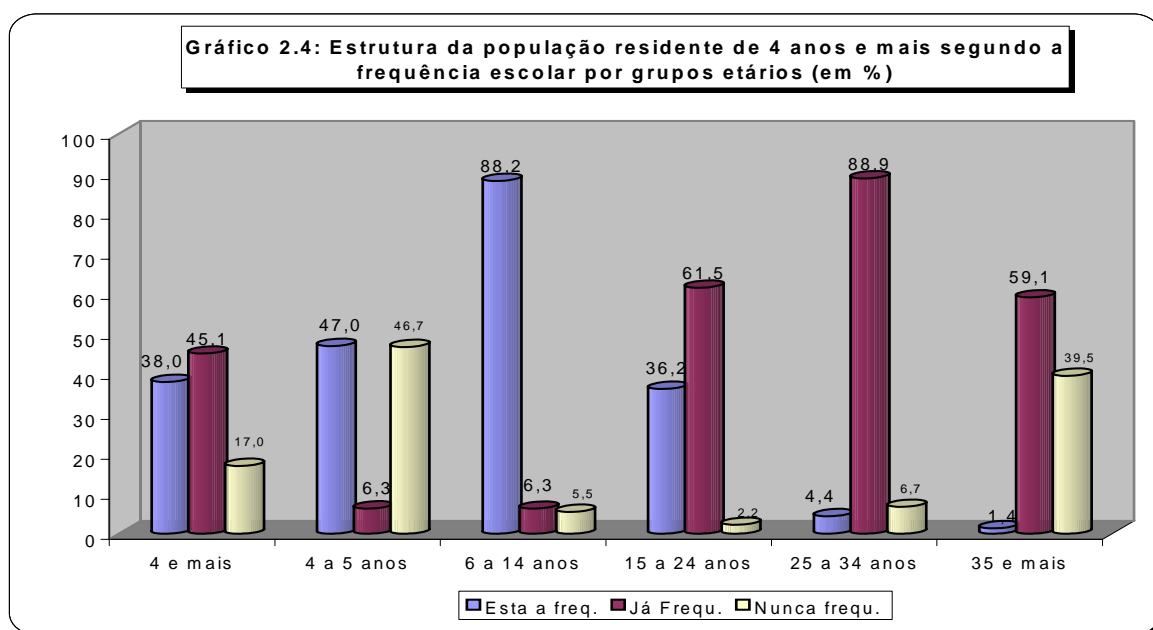
Em média, 88% das crianças dessa idade estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do censo, 6% já tinha frequentado e 6% nunca frequentou.

Na faixa etária de 15 a 24 anos, 36% da população residente frequentam um nível de ensino no momento do censo, 62% já frequentaram e apenas 2% nunca tinham frequentado um estabelecimento de ensino. Desse universo, dos que estão a frequentar, verifica-se que há mais raparigas que rapazes a frequentarem uma escola.

No que tange às pessoas em idade escolar, 6 a 24 anos, cerca de 66% frequentavam uma escola, 30% já tinham frequentado e apenas 4% nunca frequentaram. Em relação ao sexo não se regista grandes diferenças, embora a frequência no momento do censo incida nitidamente sobre as mulheres.

Na faixa etária dos 25 a 34 anos, apenas 4% dos cabo-verdianos estavam a frequentar uma escola no momento do Censo, sendo que a frequência feminina é ligeiramente superior a masculina.

Em relação ao grupo etário dos 35 e mais, apenas 1% está a frequentar a escola. Entretanto, convém ponderar que cerca de 40% da população dessa idade nunca frequentou a escola.



2.3.2. Variação Regional

Uma análise comparativa da frequência escolar actual, por grupos etários nas diferentes ilhas do país demonstra que persistem diferenças substanciais entre as mesmas.

Assim, na faixa etária dos 4 a 5 anos, é de registar que as ilhas da Boa Vista com 79%, Maio com 73%, Sal com 69%, Brava com 65% e Fogo com 49% apresentam níveis de frequência à educação pré-escolar muito superiores à média nacional. Já nas ilhas de Santiago com 46%, S. Vicente com 44%, Santo Antão com 44% e S. Nicolau com 34% acontece o contrário (Quadro 2.9 em anexo).

Na ilha de Santiago, os concelhos de São Domingos e da Praia registam as melhores taxas de frequência escolar, nas crianças de 4 a 5 anos com 59% e 51%, respectivamente, contrastando com os concelhos de Tarrafal e S. Miguel onde se registam piores taxas de escolarização do país, 25% e 32% respectivamente. O concelho de Tarrafal detém uma taxa de frequência escolar actual três vezes inferior à da Boa Vista. No concelho de S. Nicolau a frequência escolar, nessa faixa etária é duas vezes menor que a verificada nos concelhos de Maio e Sal (Quadro 2.9. e 2.10 em anexo).

Em geral, não existe disparidades substanciais no que tange à frequência entre homens e mulheres. Nas ilhas da Boa Vista, Sal e S. Vicente, a proporção de crianças do sexo feminino a frequentar o Pré-escolar é superior, o que é demonstrado pela Relação Logística da Taxa de Feminidade (RLFT).

Em relação às crianças dessa idade que nunca frequentaram o Pré-escolar, é importante realçar que, a proporção nas ilhas de S. Nicolau, Santo Antão, S. Vicente e Santiago é superior a 46%, o que reforça a hipótese de que existe uma desigualdade em relação à idade de entrada no EBI.

Em relação ao sexo, nota – se que existe mais crianças do sexo masculino que nunca frequentaram um estabelecimento escolar na idade de 4 a 5 anos, do que do sexo oposto.

No que tange às pessoas que já frequentaram o pré-escolar, as ilhas do Sal, Boa Vista e Santiago apresentam melhores níveis de escolarização com cerca de 10%, 9%, e 7% respectivamente e com maior incidência na camada feminina com excepção da ilha do Sal.

Na faixa etária de 6 – 14 anos, os níveis de frequência escolar são excelentes graças aos esforços feitos neste nível de instrução sobretudo porque é o nível obrigatório e os resultados são evidentes.

As ilhas que possuem maior cobertura em termos de frequência à educação pré-escolar são as que também apresentam as maiores taxas de frequência escolar na faixa etária de 6 a 14 anos. Assim, as ilhas de Boavista com 95% e Maio com 92% detêm as melhores taxas de frequência escolar a nível nacional. A taxa de frequência escolar nas ilhas de S. Vicente, Santo Antão e Brava é cerca de 90%, níveis esses também superiores à média nacional.

As ilhas do Fogo com 86% e S. Nicolau com 83% apresentam taxas inferiores à média nacional. Todavia, convém frisar que na ilha de S. Nicolau cerca de 11% das crianças nessa faixa etária nunca frequentaram a escola.

Os níveis de frequência escolar actual no grupo etário de 6 a 14 anos, na ilha de Santiago são de 88%, nível esse igual a média nacional. Os concelhos de S. Miguel (83%), Tarrafal (84%) e Santa Cruz (87%) apresentam as menores taxas de frequência da ilha. Por outro lado, é de se destacar que em todas as ilhas a frequência escolar das meninas é ligeiramente superior à dos meninos, (ver os quadros 2.9 e 2.10, em anexo).

Na faixa etária dos 15 a 24 anos, verifica-se que a frequência escolar é mais expressiva nas ilhas de S. Vicente com 42%, Santiago com 37% e Santo Antão com 36%, isto deve-se a existência antiga dos liceus sobretudo

nas duas primeiras ilhas. A frequência escolar é menos expressiva nas ilhas de S. Nicolau com 25%, Brava 26 %, Sal 28%, Fogo 30% e Boavista 35%.

2.3.3. VARIAÇÃO SEGUNDO O MEIO DE RESIDÊNCIA

No que se refere ao meio de residência, nota-se que maior parte das pessoas estava a frequentar ou já frequentou uma escola no meio urbano, ao contrário das que nunca foram a escola, (Quadro 2.8 e gráfico 2.3). Em relação aos grupos etários verifica-se que mais de metade (52%) das crianças com idade compreendida entre 4 a 5 anos frequenta uma escola no meio urbano contra 42% do meio rural, uma variação de cerca de 10 pontos percentuais. De todo modo, seja no meio urbano seja no meio rural a frequência escolar é mais elevada nas meninas do que nos meninos, o que reforça a ideia de que ainda persiste algumas assimetrias regionais.

Quadro 2.8: Estrutura da população residente de 4 anos ou mais segundo o sexo e frequência escolar por meio de residência e grupos etários (em %)

Meio de Residência / Grupos etários	AMBOS OS SEXOS				MASCULINO				FEMININO			
	Total	Está a freq.	Fre-quentou	Nunca frequ.	Total	Está a freq.	Fre-quentou	Nunca frequ.	Total	Está a freq.	Fre-quentou	Nunca frequ.
URBANO	100	38,8	48,4	12,8	100	39,1	51,9	8,9	100	38,5	45,1	16,3
4 a 5 anos	100	52,4	5,7	41,9	100	52,1	5,7	42,2	100	52,7	5,7	41,7
6 a 14 anos	100	90,2	5,2	4,6	100	89,5	5,6	4,8	100	90,8	4,8	4,4
15 a 24 anos	100	41,8	56,4	1,8	100	40,1	57,8	2,1	100	43,4	55,0	1,6
25 a 34 anos	100	5,6	89,1	5,3	100	5,0	90,9	4,1	100	6,2	87,3	6,5
35 e mais	100	1,9	69,2	28,9	100	1,9	82,6	15,4	100	1,9	58,3	39,8
RURAL	100	37,0	41,1	21,9	100	39,1	44,7	16,2	100	35,0	37,8	27,1
4 a 5 anos	100	41,9	6,9	51,2	100	40,5	6,9	52,6	100	43,3	7,0	49,7
6 a 14 anos	100	86,3	7,4	6,4	100	86,2	7,2	6,6	100	86,4	7,5	6,1
15 a 24 anos	100	28,4	68,8	2,8	100	28,8	68,7	2,5	100	28,0	68,9	3,1
25 a 34 anos	100	2,5	88,6	8,9	100	2,4	91,4	6,2	100	2,6	85,9	11,5
35 e mais	100	0,7	47,6	51,7	100	0,7	63,5	35,8	100	0,8	36,8	62,5

É interessante realçar que ainda cerca de 42% e 51% das crianças do meio urbano e rural respectivamente dessa faixa etária não frequentam um estabelecimento de ensino.

No respeitante ao sexo nota-se que a percentagem de crianças que nunca frequentaram um jardim incide sobretudo nas crianças do sexo masculino, tanto no meio urbano como no meio rural. Se tivermos em conta que o objectivo é que todas as crianças frequentem o Pré-escolar, condição sine qua nom para a entrada no EBI, aos 6 anos, então um grande trabalho deverá ainda ser feito, precisamente para eliminar a discriminação existente em relação a entrada no EBI ou seja as crianças que frequentam o Pré-escolar entram no EBI aos 6 anos e os que não frequentam somente aos 7 anos entram no sistema de ensino obrigatório.

Este facto reforça a ideia de que o pré-escolar ainda é um fenómeno recente e que muito esforço deverá ser empreendido, no sentido de que todas as crianças tenham a oportunidade de irem aos jardins-de-infância.

A população residente de 6 a 14 anos segundo a frequência escolar, no momento do censo apresentava a seguinte estrutura no meio urbano: cerca de 90% frequentavam um estabelecimento de ensino, 5% já tinham frequentado e 5% nunca frequentaram. Nessa faixa etária é de reconhecer o grande esforço de emancipação do sistema. Regista-se um equilíbrio em relação ao sexo, apesar de que em Cabo Verde, ao contrário do que acontece em muitos países da nossa sub-região, há uma maior predominância de mulheres a frequentar esse nível em detrimento dos homens.

Em relação a faixa etária de 15 a 24 anos, a frequência escolar actual no meio urbano é superior a do meio rural, 42% contra 28%. Sendo de 40% e 43% para homens e mulheres respectivamente no meio urbano. No meio rural não se verifica diferenças significativas em relação ao sexo.

No que tange as pessoas dessa idade e que já frequentaram um estabelecimento de ensino é interessante realçar que os melhores níveis foram registados no meio rural 69%, contra 56% do meio urbano.

Apenas 2% da população dessa idade nunca frequentaram um estabelecimento de ensino. Não se vislumbra diferenças significativas em relação aos sexos.

A proporção de pessoas da faixa etária de 25 a 34 anos e que frequentava um estabelecimento de ensino no momento do censo é de cerca 6% no meio urbano e com maior incidência nas mulheres, confirmando assim a tendência nacional em que há mais mulheres a frequentar um estabelecimento de ensino que os homens.

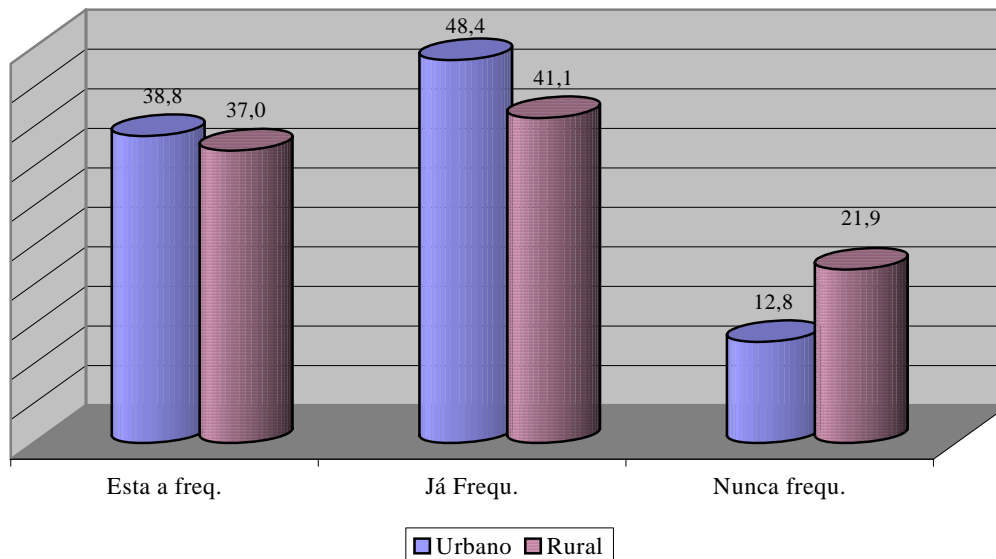
No meio rural essa proporção é quase metade do registado no meio urbano.

Convém realçar que cerca de 89% da população residente no meio urbano e rural, com essa idade já tinham frequentado um estabelecimento de ensino, com maior incidência nos homens.

Em relação as pessoas com 35 anos e mais, cerca de 2% estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no meio urbano, 69% já tinham frequentado e 29% nunca frequentaram. No meio rural essa proporção é inferior, com excepção dos que nunca frequentaram, onde a proporção é quase duas vezes superior ao do meio rural (52%).

No que tange ao sexo, a proporção dos que estavam a frequentar e dos que já frequentaram é superior nos homens, tanto no meio urbano como no meio rural. Já nas pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, a proporção é superior nas mulheres independentemente de residirem no meio urbano ou rural.

Gráfico 2.5: Estrutura da população residente de 4 anos ou mais segundo a frequência escolar, por meio de residência (em %)



CAPÍTULO 3: ESCOLARIZAÇÃO

Neste capítulo serão abordados os diferentes indicadores de educação nomeadamente:

- Taxa de escolarização por idade
- Esperança de vida escolar
- Esperança de sobrevivência escolar,
- Taxa líquida e bruta de escolarização,
- Diferenças de escolarização segundo algumas características da família:
 - Sexo do chefe da família
 - Nível de instrução do chefe da família
 - Nível de conforto do chefe da família

Por isso, esse capítulo reveste-se de extrema importância, na medida em que fornecerá indicadores úteis para a planificação e tomada de decisões.

3.1. NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO POR IDADE

3.1.1 Estudo por grupos de idade convencional

Neste ponto, será analisado a taxa de escolarização por idade (grupos etários). A taxa de escolarização é o quociente entre a população de uma determinada idade, que no momento do censo frequentava um estabelecimento de ensino, pelo total da população dessa mesma idade.

3.1.1.1. Nível nacional por sexo e variação regional

De acordo com o Quadro 3.1., a taxa de escolarização dos cabo-verdianos no momento do Censo, era de 38%, sendo de 39% para os homens e 37% para as mulheres.

Em relação aos grupos etários, é de salientar que apenas 47% das crianças com idade compreendida entre 4 e 5 anos frequentavam um estabelecimento de ensino no momento do censo. A escolarização nesse grupo etário incide sobretudo na camada feminina.

A taxa de escolarização da população residente com idade compreendida entre 6 a 9 anos é de 82%, repartido quase equitativamente pelos sexos.

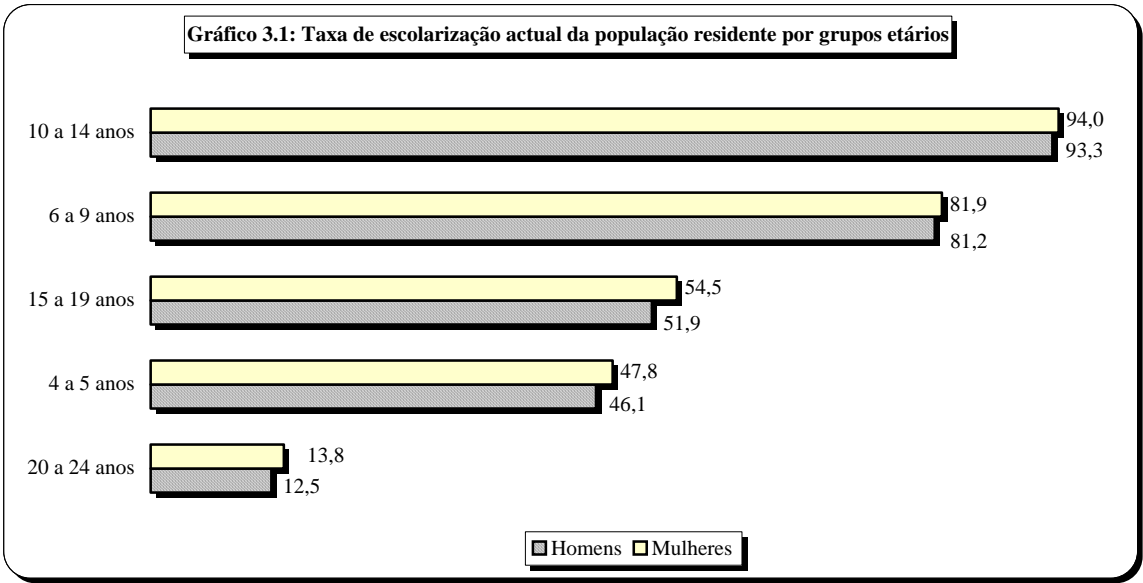
A taxa de escolarização, na faixa etária 6-11 anos, geralmente considerada como faixa etária oficial para a frequência escolar no ensino básico em Cabo Verde, é de 87%, sendo a frequência de meninas e meninos praticamente igual.

Na faixa etária dos 10 aos 14 anos, a taxa de escolarização atinge 94%, ou seja apenas 6% das pessoas dessa idade nunca frequentaram ou já frequentaram um estabelecimento de ensino.

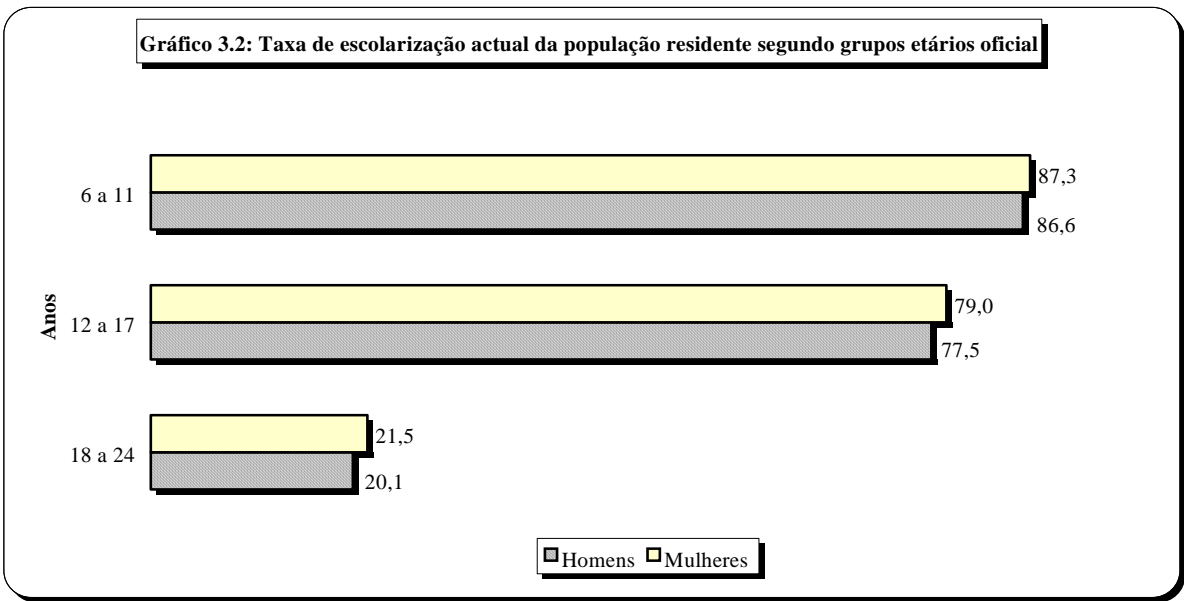
Na faixa etária dos 12 aos 17 anos, que é considerada a faixa de escolarização oficial do nível do ensino secundário, verifica-se que a taxa de escolarização é 78%, tendo as mulheres maior participação que os homens.

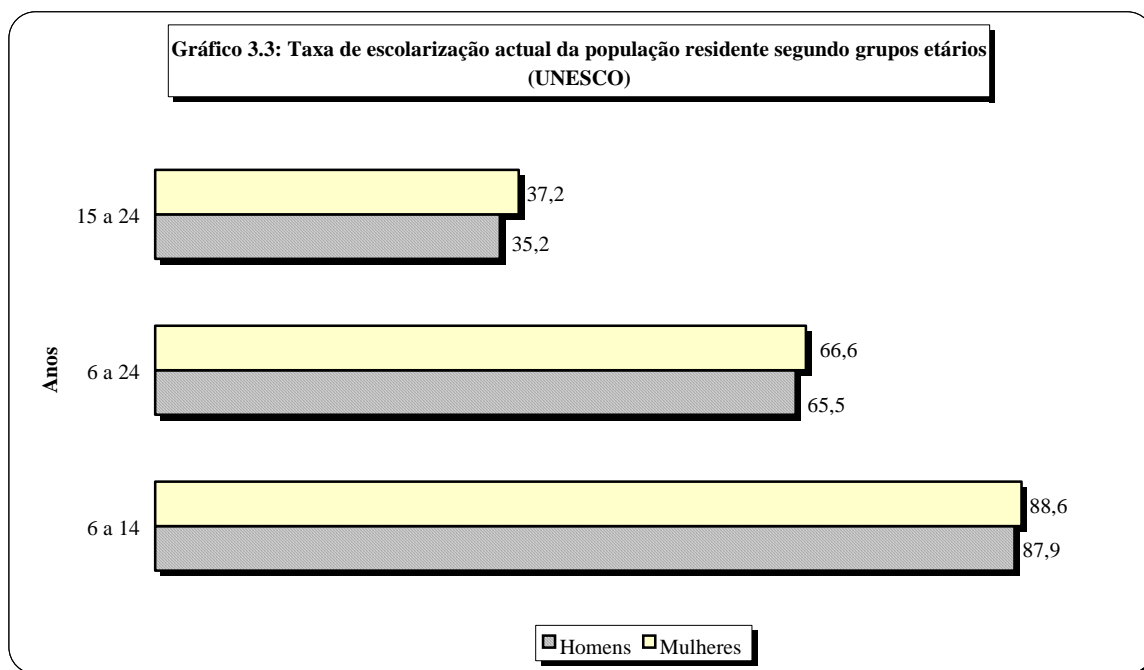
A taxa de escolarização da população com idade compreendida entre os 18 aos 24 anos (idade oficial do ensino superior) é de cerca de 21%.

No grupo etário dos 6 aos 14 anos, que é utilizada pela UNESCO para o efeito de escolarização obrigatória, a taxa atinge 88%, repartido quase equitativamente pelos sexos. Como pode-se ver há uma diferença de apenas 1 ponto percentual face ao grupo etário usado em cabo verde (6 a 11 anos).



Em suma, nota-se uma desigualdade em relação ao sexo em quase todos os grupos etários, com as taxas de escolarização mais elevadas a incidir sobre a camada feminina, como demonstra a relação logística de feminidade (RLFT) e os gráficos 3.1 e 3.2.





Verifica-se um certo abrandamento da taxa de escolarização das pessoas com idade compreendida entre os 15 aos 24 anos, o que é natural tendo em conta a juventude da nossa população. Assim os maiores níveis de escolarização nessa idade foram encontrados nos concelhos de São Vicente 42% e Praia 41%. As menores taxas de escolarização foram atingidas nas ilhas/concelhos de São Nicolau e Brava com cerca de 25% e 26% respectivamente, (Quadro 2.9 e 2.10).

3.1.1.2. Estudo por meio de residência

No que tange ao sector de residência é de assinalar que a taxa de escolarização na faixa etária de 4 aos 5 anos, incide sobretudo no meio urbano, (52%), nível esse superior em cerca de 10 pontos percentuais ao registado no meio rural (Quadro 3.2).

Em relação as crianças com idade compreendida entre 6 aos 9 anos, a taxa de escolarização é mais acentuada no meio urbano.

Se compararmos a taxa de escolarização entre homens e mulheres, verificamos que ela incide sobretudo nas mulheres tanto no meio urbano como no meio rural.

Essa tendência é extensiva aos outros grupos etários.

Em ambos os grupos etários (6 aos 11 e 12 aos 17 anos), os maiores níveis de escolarização foram registados no meio urbano, com 88% e 83%, respectivamente, contra 86% e 72% do meio rural.

Verifica-se uma certa diminuição da taxa de escolarização nas pessoas com idade compreendida entre 18 e os 24 anos. No entanto os níveis registados no meio urbano, o dobro dos do meio rural (26% contra 13%).

Quadro 3.2: Taxa de escolarização actual da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo e relação de feminidade por sector de residência e grupos etários

Meio de residência / Grupos etários	CABO VERDE			
	Ambos os sexos	Homem	Mulher	RLFT
URBANO	38,8	39,1	38,5	0,97
4 a 5 anos	52,4	52,1	52,7	1,02
6 a 9	83,4	83,0	83,7	1,05
10 a 14	95,4	94,7	96,2	1,40
15 a 19	61,5	59,4	63,5	1,19
20 a 24	16,9	16,0	17,8	1,13
25 e mais	3,3	3,2	3,4	1,09
6 a 11	88,3	88,0	88,7	1,07
12 a 17	83,3	81,6	84,9	1,26
18 a 24	25,9	24,7	27,0	1,13
6 a 14	90,2	89,5	90,8	1,15
15 a 24	41,8	40,1	43,4	1,15
6 a 24	67,7	66,8	68,5	1,08
RURAL	37,0	39,1	35,0	0,84
4 a 5 anos	41,9	40,5	43,3	1,12
6 a 9	79,8	79,4	80,2	1,05
10 a 14	91,8	92,0	91,7	0,96
15 a 19	42,4	42,8	41,9	0,97
20 a 24	7,3	7,2	7,4	1,03
25 e mais	1,3	1,3	1,3	0,99
6 a 11	85,5	85,2	85,9	1,06
12 a 17	72,3	72,8	71,8	0,95
18 a 24	13,2	13,5	12,9	0,95
6 a 14	86,3	86,2	86,4	1,01
15 a 24	28,4	28,8	28,0	0,96
6 a 24	64,2	64,0	64,3	1,01

A taxa de escolarização das pessoas pertencentes ao grupo etário de 6 aos 24 anos é cerca de 68% no meio urbano, enquanto que no meio rural ela decresce para 64%. No que diz respeito ao sexo, os níveis mais elevados de escolarização incide sobretudo nas mulheres

3.2. Estudo por idade específica

3.2.1. Nível Nacional e variação segundo as ilhas

A análise da escolarização por idade e sexo efectua-se com base nas taxas específicas de escolarização por idades. Estas taxas medem as chances reais que terão as crianças, de uma idade de referência, de frequentar uma escola no decurso do ano escolar e académico 1999-2000.

De acordo com o Quadro 3.3., a taxa específica de escolarização da população residente de 6 anos e que no momento do censo frequentavam um estabelecimento de ensino era de 63%, sendo cerca de 62% para as crianças do sexo masculino e 64% para as do sexo feminino.

A taxa específica de escolarização por idade vai aumentando, até atingir o auge nas pessoas com 10 anos de idade (98%). É de realçar que, nesta idade, a nível nacional apenas 2% da população não frequentavam um estabelecimento de ensino. A partir daí a taxa específica de escolarização, começa a decrescer paulatinamente

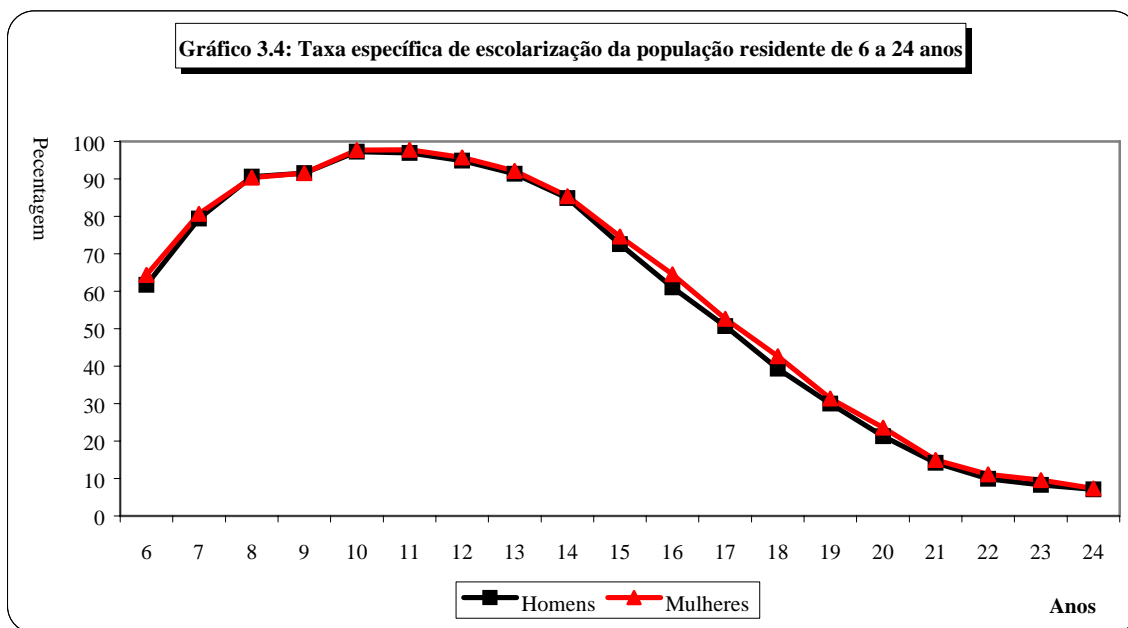
até aos 14 anos onde atinge 85%. A partir desta idade, nota-se uma descida mais acentuada dos níveis de escolarização, atingindo o valor mais baixo, aos 24 anos com cerca de 7%.

Quadro 3.3: Taxa de escolarização por idade específica da população residente de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)

Idade	Cabo Verde			Urbano			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
6	63.1	61.7	64.4	67.7	66.8	68.6	58.7	56.8	60.5
7	80.0	79.4	80.7	82.0	80.7	83.2	78.3	78.1	78.4
8	90.5	90.6	90.3	90.6	91.3	89.9	90.3	89.9	90.7
9	91.5	91.6	91.5	92.0	92.1	92.0	91.1	91.1	91.1
10	97.5	97.3	97.7	98.0	97.9	98.0	97.1	96.7	97.4
11	97.4	96.9	97.8	97.9	97.5	98.4	96.8	96.4	97.2
12	95.3	94.8	95.7	96.4	96.0	96.7	94.2	93.7	94.6
13	91.8	91.4	92.2	94.7	93.6	95.8	88.5	89.1	87.9
14	85.1	84.9	85.4	89.9	88.0	91.8	79.6	81.4	77.6
15	73.6	72.6	74.6	81.9	79.7	83.9	63.7	64.3	63.1
16	62.8	61.0	64.6	71.0	67.8	74.0	52.5	53.0	52.0
17	51.7	50.7	52.6	61.4	59.6	63.1	39.1	40.2	37.9
18	40.9	39.3	42.7	50.3	47.4	53.3	28.3	29.0	27.4
19	30.7	30.0	31.3	38.6	38.0	39.1	19.6	19.8	19.3
20	22.5	21.3	23.6	28.4	27.4	29.4	13.6	12.9	14.4
21	14.6	14.2	14.9	19.3	19.1	19.6	7.1	7.1	7.2
22	10.5	9.9	11.1	13.5	12.7	14.3	5.6	5.4	5.8
23	8.9	8.3	9.6	11.7	10.4	12.9	4.8	5.0	4.6
24	7.3	7.1	7.4	9.5	9.1	10.0	3.5	3.9	3.1

Em relação ao sexo verifica-se que a taxa de escolarização específica a nível nacional com excepção das pessoas com 8 e 9 anos de idade é maior na camada feminina.

O Gráfico em baixo mostra claramente, que em Cabo Verde, não existe uma diferença de escolarização em relação ao sexo. Este gráfico permite visualizar dois aspectos essenciais no processo da escolarização em Cabo Verde. Primeiro, o excelente nível de acesso à frequência escolar, o que traduz uma política de democratização do acesso à educação, que colocará o país no futuro próximo grandes desafios no que tange à formação pós-básico e secundário. Segundo, é a relação quase simétrica, no que concerne a frequência escolar de homens e mulheres.



Analisando a taxa específica de escolarização dos 6 aos 24 anos nas diferentes ilhas do país (Quadro 3.4 a 3.12 em anexo), conclui-se que, ela aumenta com a idade, até atingir o auge entre os 10 e 11 anos de idade. Os maiores níveis de escolarização nessas idades foram registados nas ilhas do Maio, Boavista e Sal, com cerca de 99%.

Em relação as crianças com 6 anos de idade é de assinalar que também nessas ilhas foram atingidos os maiores níveis de escolarização, o que demonstra a alta taxa de frequência no pré-escolar, pois como é sabido somente as crianças que frequentam este nível podem entrar no Ensino Básico aos 6 anos de idade.

Em relação ao sexo nota-se uma ligeira supremacia das mulheres em detrimento dos homens. É importante acrescentar, que nas ilhas do Maio e de Boavista praticamente todas as meninas com 10 anos de idade frequentavam um estabelecimento de ensino no momento do censo.

A partir de certa altura a taxa de escolarização específica, diminui, a medida que aumenta a idade, atingindo os níveis mais baixos aos 24 anos, mais precisamente nas ilhas de Boavista, Fogo e Brava.

Convém acrescentar que aos 24 anos as maiores taxas específicas de escolarização foram atingidas nas ilhas de São Vicente e Santiago com 12% e 7% respectivamente, o que é natural, tendo em conta as alternativas existentes em termos de infra-estruturas escolares. A taxa de escolarização em São Vicente nessa idade incide mais nos homens, o que já não acontece com Santo Antão.

3.2.2. Variação segundo o meio de residência

A taxa específica de escolarização no que tange ao meio de residência, é superior no meio urbano. O maior nível de escolarização no meio urbano é de 98% e foi registado nas pessoas com 10 anos de idade. Em relação ao sexo, verifica-se uma distribuição quase equitativa, (Quadro 3.3.).

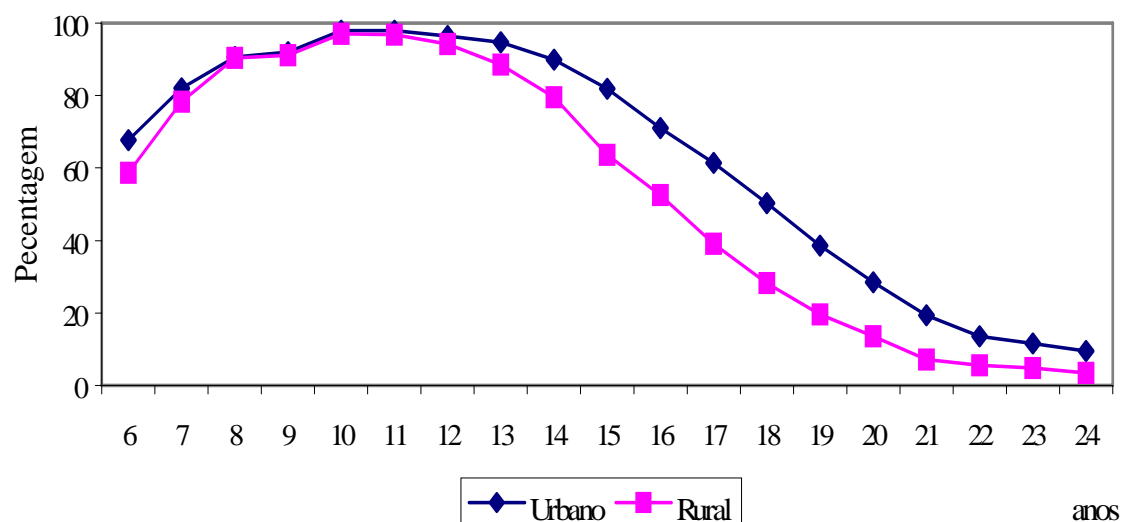
No meio rural, a maior taxa de escolarização específica foi registada também nas pessoas com 10 anos de idade. Apesar de ter havido uma redução de um ponto percentual em relação ao meio urbano, não se denota diferenças significativas em relação ao sexo.

É interessante realçar que quase todas as meninas residentes na ilha do Maio com 10 anos de idade frequentavam um estabelecimento de ensino no momento do censo, tanto no meio urbano como no meio rural. Convém realçar ainda, que na ilha de Boavista quase todas as crianças dos 10 e 11 anos, independentemente do sexo frequentavam um estabelecimento de ensino no meio urbano e praticamente, todas as do sexo feminino frequentavam no meio rural.

É de assinalar que na ilha do Sal, quase todas as pessoas dos 8 aos 13 anos de idade no meio rural, frequentam um estabelecimento de ensino (Quadro 3.4 a 3.12 em anexo).

Em suma Vislumbra-se discrepâncias de taxas específicas de escolarização entre o meio urbano e o rural, como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 3.5: Taxa específica de escolarização da população residente de 6 a 24 anos por meio de residência



3.3. ESPERANÇA DE VIDA E ESPERANÇA DE SOBREVIVÊNCIA ESCOLAR

A Esperança de Vida e de Sobrevivência Escolar são dois indicadores fundamentais para medir o acesso e participação das pessoas no sistema educativo. Constituem ferramentas fundamentais para a análise da democratização do acesso ao ensino.

A diferença entre as duas taxas reside especialmente no facto de que, enquanto a esperança de vida escolar, tem como universo qualquer criança escolarizável; a taxa de sobrevivência incide sobre as pessoas escolarizadas. Com efeito, a esperança de sobrevivência escolar é, no fundo, uma taxa de esperança de vida escolar para as pessoas escolarizadas.

3.3.1 Esperança de vida escolar

A **Esperança de Vida Escolar (EVE)** é definida como “o número total de anos de educação formal, de que um indivíduo de determinada idade, pode esperar beneficiar no futuro, assumindo que a probabilidade da sua escolaridade numa idade superior é igual à taxa de escolarização actual para essa mesma idade”.

3.3.1.1. Nível Nacional por sexo e variação regional

De acordo com o quadro 3.13, a esperança de vida escolar em Cabo Verde é em média de 11,2 anos, sendo de 11 anos para homens e de 11,3 anos para mulheres.

As ilhas de São Vicente (12 anos), Maio (11,7 anos), Boavista (11,6 anos), Santo Antão e Santiago (11,3 e 11,2 anos respectivamente) apresentam maiores esperanças de vida escolar do País. Em relação ao sexo, nota-se que em todas as ilhas, as mulheres esperam permanecer mais tempo no sistema escolar que os homens, o

que é demonstrado pelo Índice de Paridade (Mulheres/homens). As maiores variações em termos percentuais foram registadas nas ilhas de Barlavento, com realce para a ilha do Sal (108,1%).

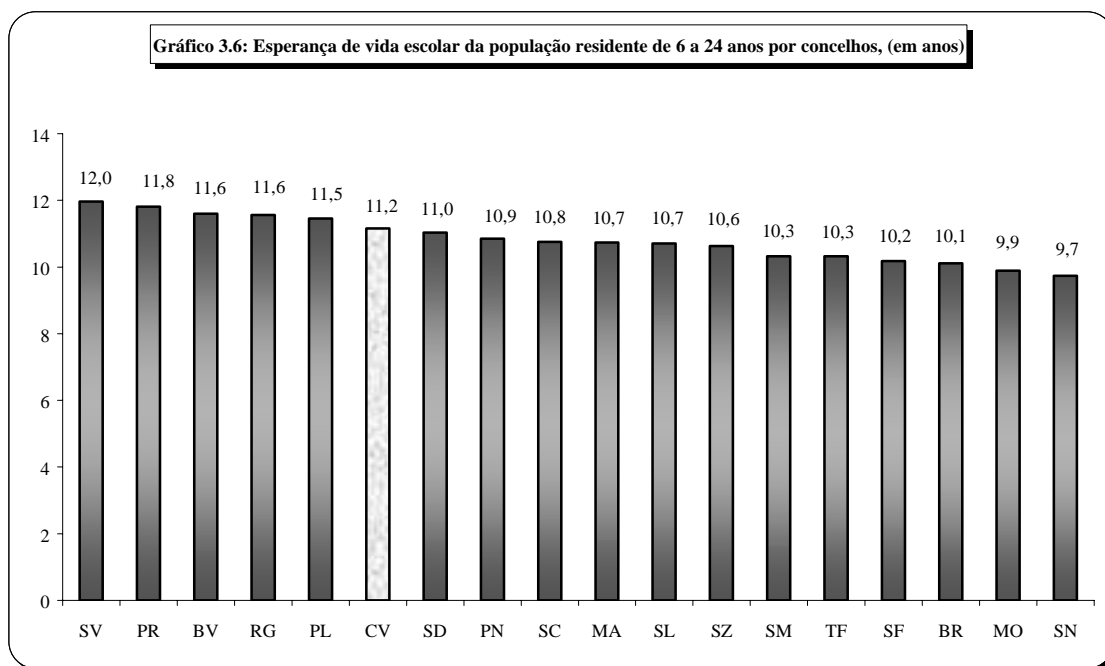
Curiosamente as ilhas do Maio, Sal e Brava, que geralmente têm apresentado as maiores taxas de frequência escolar na idade compreendida entre 4 e 14 anos de idade, contrariamente possuem as menores esperanças de vida e de sobrevivência escolar. Isto prende-se com o facto de nessas ilhas o acesso ao ensino na faixa dos 15 aos 24 anos, ser mais restrita devido a construção mais recente de liceus para atender a forte demanda do ensino secundário.

Uma análise comparativa entre a esperança de vida e de sobrevivência escolar demonstra que apresentam índices muito próximos, uma diferença, a nível nacional, em média de 0,2 anos. A similaridade entre os dois indicadores deve-se ao facto de que, em Cabo Verde, à maioria das crianças têm acesso à escola. Todavia, como se depreenderá dessa análise a esperança de vida escolar tende a ser mais baixa nas ilhas onde as taxas de escolarização forem menos significativas.

**Quadro 3.13: Esperança de vida escolar da população residente de 6 a 24 anos
segundo o sexo e índice de paridade por ilhas/concelhos**

ILHAS	AMBOS OS SEXOS	HOMEM	MULHER	IP (M/H)
CABO VERDE	11,2	11,0	11,3	102,3
Santo Antão	11,3	11,0	11,6	105,3
Ribeira grande	11,6	11,2	11,9	106,6
Paúl	11,5	11,3	11,7	104,1
Porto Novo	10,9	10,7	11,1	103,7
São Vicente	12,0	11,7	12,2	104,2
São Nicolau	9,7	9,4	10,1	106,8
Sal	10,7	10,3	11,1	108,1
Boavista	11,6	11,4	11,8	103,5
Maio	10,7	10,7	10,8	101,2
Santiago	11,2	11,2	11,2	100,6
Tarrafal	10,3	10,7	10,0	94,0
Santa Catarina	10,8	10,9	10,6	97,7
Santa Cruz	10,6	10,4	10,9	104,5
Praia	11,8	11,7	11,9	101,7
São Domingos	11,0	10,9	11,2	103,0
São Miguel	10,3	10,5	10,1	96,4
Fogo	10,1	10,1	10,1	100,5
Mosteiros	9,9	10,1	9,7	96,2
São Filipe	10,2	10,1	10,3	101,8
Brava	10,1	10,1	10,1	100,5

IP = Índice de Paridade (Mulher/Homem)



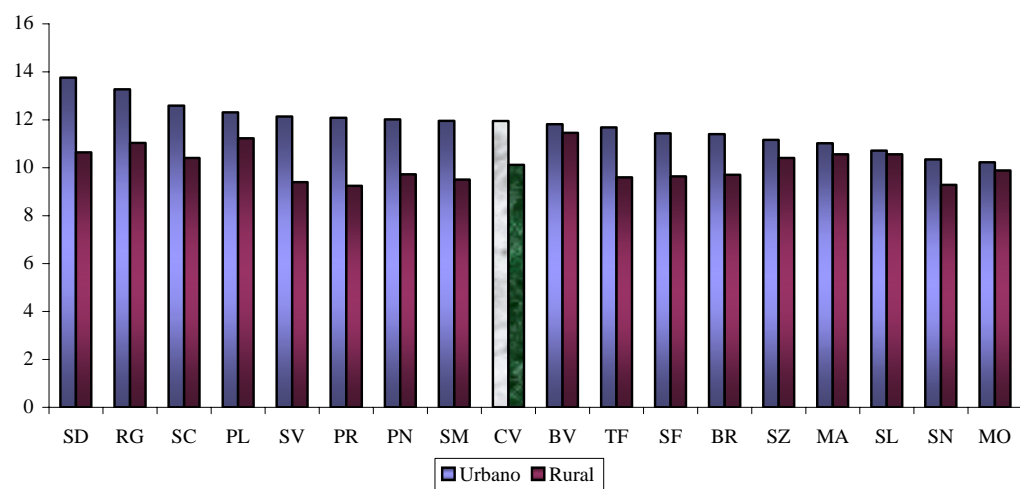
3.3.1.2. Variação segundo o meio de residência

Pelos dados do quadro 3.14, a esperança de vida escolar no meio urbano é superior em relação ao do meio rural, em cerca de 2 anos. Isto porque, o meio urbano oferece melhores condições de estudo do que no meio rural, nomeadamente infra-estruturas escolares. Em relação ao sexo, nota-se que as mulheres esperam permanecer mais tempo na escola do que os homens no meio urbano. No meio rural, também a esperança de vida escolar nas mulheres é superior a dos homens, com excepção das ilhas de Santiago, Fogo e Brava – (ver o Índice de Paridade).

Entretanto, nas ilhas de S. Vicente e Santiago, a discrepância entre a esperança de vida escolar no meio urbano e rural é mais acentuada que nas demais ilhas, em 3 e 2 anos respectivamente.

De um modo geral os menores níveis de esperança de vida escolar foram registados no meio rural sobretudo na ilha de São Nicolau (9,3 anos), sendo 9,2 anos para homens e 9,4 anos para mulheres. A ilha de São Vicente apresenta maior esperança de vida escolar a nível nacional, embora no meio rural apresente dos piores níveis do país.

Gráfico 3.7: Esperança de vida escolar da população residente de 6 a 24 anos por concelhos, segundo o meio de residência, (em anos)



**Quadro 3.14: Esperança de vida escolar da população residente de 6 a 24 anos
segundo o sexo e índice de paridade (M/H), por meio de residência, ilhas/concelhos**

Ilhas/Concelhos	AMBOS OS SEXOS	HOMEM	MULHER	IP (M/H)
URBANO	11,9	11,7	12,1	103,3
Santo Antão	12,5	12,3	12,6	102,1
Ribeira grande	13,3	13,2	13,3	101,0
Paúl	12,3	12,1	12,6	104,0
Porto Novo	12,0	11,9	12,1	101,6
São Vicente	12,1	11,9	12,4	103,8
São Nicolau	10,3	9,8	10,9	110,8
Sal	10,7	10,3	11,1	108,5
Boavista	11,8	11,7	11,9	101,8
Maio	11,0	11,0	11,2	102,1
Santiago	12,0	11,9	12,2	102,4
Tarrafal	11,7	11,8	11,5	98,0
Santa Catarina	12,6	12,7	12,6	99,3
Santa Cruz	11,2	10,7	11,6	107,8
Praia	12,1	12,0	12,2	102,1
São Domingos	13,8	13,3	14,1	105,7
São Miguel	12,0	11,7	12,2	104,1
Fogo	11,4	11,1	11,6	104,5
Mosteiros	10,2	10,0	10,0	100,3
São Filipe	11,4	11,2	11,7	104,8
Brava	11,4	11,1	11,6	104,5

RURAL	10,1	10,1	10,1	99,6
Santo Antão	10,7	10,4	11,1	106,1
Ribeira grande	11,0	10,7	11,5	107,7
Paúl	11,2	11,0	11,5	104,1
Porto Novo	9,7	9,5	9,9	104,3
São Vicente	9,4	9,1	9,7	106,4
São Nicolau	9,3	9,2	9,4	102,9
Sal	10,6	10,5	10,6	101,0
Boavista	11,5	11,3	11,6	102,7
Maio	10,6	10,5	10,6	100,9
Santiago	10,1	10,3	10,0	97,6
Tarrafal	9,6	10,0	9,2	92,1
Santa Catarina	10,4	10,6	10,2	96,7
Santa Cruz	10,4	10,3	10,5	102,8
Praia	9,2	9,4	9,1	96,8
São Domingos	10,6	10,6	10,7	101,3
São Miguel	9,5	9,9	9,2	92,8
Fogo	9,7	9,8	9,6	98,8
Mosteiros	9,9	10,1	9,7	96,0
São Filipe	9,6	9,6	9,6	99,9
Brava	9,7	9,8	9,6	98,8

3.3.2. Esperança de Sobrevivência escolar

A **Esperança de Sobrevivência Escolar (ESE)** define-se como sendo o número total de anos de escolaridade de que uma criança dessa idade, já escolarizada, pode esperar beneficiar, supondo-se que a probabilidade da sua escolarização numa dada idade no futuro seja igual à relação entre a taxa de escolarização actual mais elevada para qualquer idade superior à idade de referência”.

3.3.2.1. Nível Nacional por sexo e variação regional

A esperança de sobrevivência escolar é de 11,4 anos, obtendo as mulheres 11,5 anos e os homens 11,3 anos, (quadro 3.15). É importante indagar quais são as razões que levam a que a esperança de sobrevivência escolar das mulheres sejam superiores a dos homens.

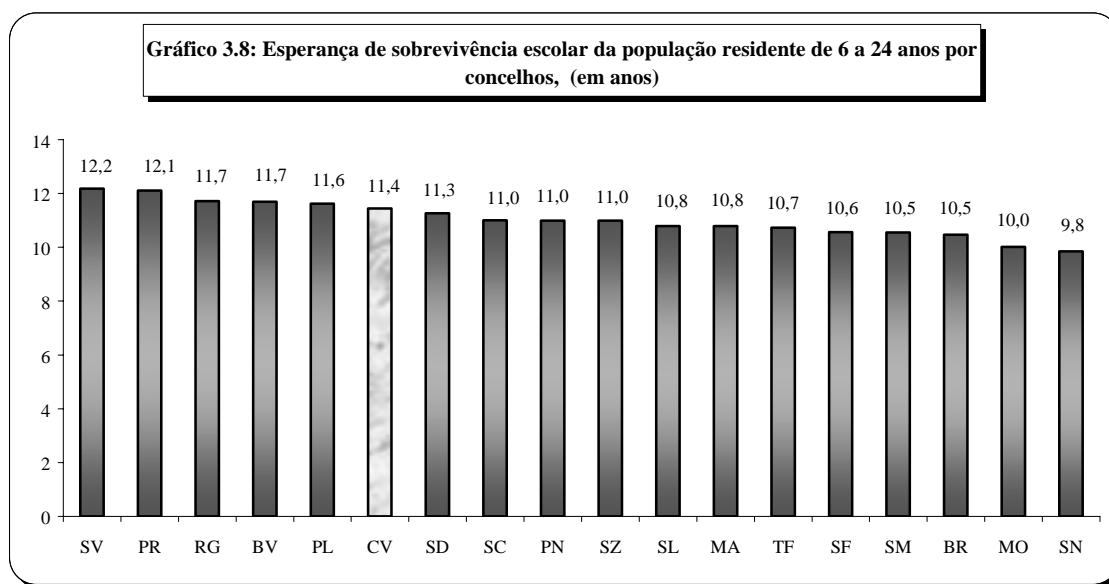
Quadro 3.15: Esperança de Sobrevivência escolar da população residente de 6 a 24 anos segundo o sexo e Índice de Paridade (M/H), por ilhas/concelhos

Ilhas/Concelhos	AMBOS OS SEXOS	HOMEM	MULHER	IP
Cabo Verde	11,4	11,3	11,5	101,8
Santo Antão	11,4	11,2	11,7	104,8
Ribeira grande	11,7	11,4	12,1	105,7
Paúl	11,6	11,4	11,7	102,8
Porto Novo	11,0	10,8	11,2	103,3
São Vicente	12,2	11,9	12,4	103,9
São Nicolau	9,8	9,6	10,1	105,9
Sal	10,8	10,4	11,2	107,4
Boavista	11,7	11,6	11,8	101,8
Maio	10,8	10,8	10,8	100,3
Santiago	11,5	11,5	11,5	100,1
Tarrafal	10,7	11,1	10,4	94,4
Santa Catarina	11,0	11,2	10,9	97,2
Santa Cruz	11,0	10,9	11,1	102,1
Praia	12,1	12,0	12,1	100,9
São Domingos	11,3	11,1	11,4	102,0
São Miguel	10,5	10,7	10,4	97,2
Fogo	10,5	10,4	10,5	100,3
Mosteiros	10,0	10,2	9,8	96,0
São Filipe	10,6	10,4	10,7	102,3
Brava	10,5	10,4	10,5	100,3

IP = Índice de Paridade (Mulher/Homem)

Algumas hipóteses poderiam ser lançadas. Uma delas seria a de que as raparigas obtêm melhor desempenho escolar que os homens. Outra seria a de que a taxa de abandono escolar dos rapazes é superior à das raparigas, isto porque as oportunidades de trabalho para os rapazes são por razões de vária índole superior as das meninas, o que faz com que muitos pais visualizem no abandono oportunidades imediatas de melhoria do rendimento familiar.

As ilhas de São Vicente com 12,2 anos, Boavista com 11,7 anos, Santiago com 11,5 anos, Santo Antão com 11,4 apresentam os maiores níveis de esperança de sobrevivência escolar. As ilhas de S. Nicolau com 9,8 anos, Fogo e Brava com 10,5 anos cada, Sal e Maio com 10,8 anos detêm os menores níveis. Em todas as ilhas do país, a esperança de sobrevivência escolar das mulheres é superior a dos homens, como pode-se ver pelo Índice de Feminidade.



Uma apreciação das variações da esperança de vida e de sobrevivência escolar nos diferentes concelhos demonstram que no interior das ilhas subsistem diferenças significativas. Em Santiago por exemplo, os concelhos da Praia e S. Domingos apresentam os melhores scores, enquanto que os concelhos de S. Miguel, Tarrafal e Santa Cruz apresentam taxas inferiores à média obtida em Santiago. No Concelho de Santa Catarina as taxas são ligeiramente inferiores à média da ilha.

Do mesmo modo, na ilha de Santo Antão, os concelhos da Ribeira e do Paúl detêm os melhores níveis, isto devido as infra-estruturas existentes em Ribeira Grande, enquanto que o concelho do Porto Novo apresenta resultados aquém dos outros concelhos.

Na ilha do Fogo, o concelho de S. Filipe apresenta uma esperança de vida e de sobrevivência escolar pouco superior ao da do Concelho dos Mosteiros.

De um modo geral nota-se que não existe diferenças significativas em relação a Esperança de Vida e Esperança de Sobrevivência Escolar, o que significa dizer que o abandono escolar é insignificante.

3.3.2.2. Variação segundo o meio de residência

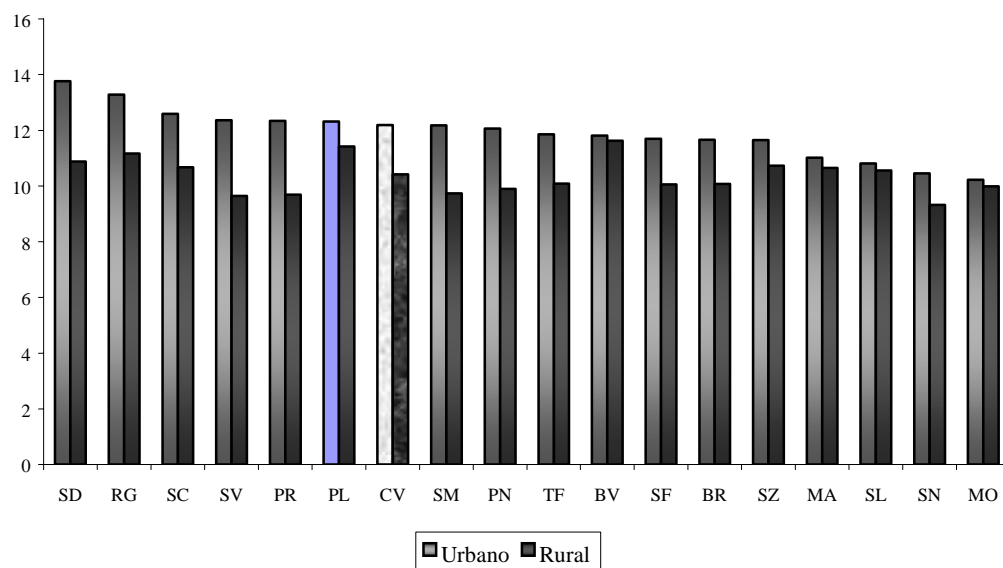
Em relação a Esperança de Sobrevivência Escolar (ESE), a tendência pouco difere da Esperança de Vida Escolar, ou seja os níveis mais altos de ESE, também foram registadas no meio urbano 12,2 anos contra 10,4 anos do meio rural (Quadro 3.16). A Esperança de Sobrevivência escolar é mais elevada no meio urbano de Santo Antão com 12,6 anos contra 10,9 anos do meio rural. Os menores níveis foram encontrados no meio rural das ilhas do Sal e São Vicente com 9,3 e 9,6 anos respectivamente.

Pelo exposto em relação a esperança de vida e de sobrevivência escolar, reforça assim a tendência de que no meio urbano as oportunidades escolares são maiores por razões que se prendem com vantagens históricas conseguidas desde o período colonial e que, apesar dos esforços, não se conseguiu reverter a situação.

Como se depreende do Quadro 3.16, a Esperança de Sobrevivência Escolar, é superior nas mulheres do meio urbano em quase todas as ilhas e concelhos do país. Já o mesmo não se pode dizer em relação ao meio rural das ilhas do Maio e da Brava, onde os níveis são mais favoráveis aos homens.

Como demonstra o gráfico a seguir, a Esperança de Sobrevivência Escolar é maior meio urbano do que no meio rural.

Gráfico 3.9: Esperança de sobrevivência escolar da população residente de 6 a 24 anos, segundo o meio de residência por concelhos, (em anos)



**Quadro 3.16: Esperança de Sobrevivência escolar da população residente de 6 a 24 anos
segundo o meio de residência, por ilhas/concelhos**

Ilhas/Concelhos	AMBOS OS SEXOS	HOMEM	MULHER	IP (M/H)
URBANO	12,2	12,0	12,4	103,2
Santo Antão	12,6	12,4	12,7	102,1
Ribeira grande	13,3	13,2	13,3	101,0
Paúl	12,3	12,1	12,6	104,0
Porto Novo	12,1	12,0	12,1	100,7
São Vicente	12,4	12,1	12,5	103,6
São Nicolau	10,5	10,0	10,9	108,1
Sal	10,8	10,4	11,2	108,0
Boavista	11,8	11,7	11,9	101,8
Maio	11,0	11,0	11,2	102,1
Santiago	12,3	12,2	12,4	102,0
Tarrafal	11,9	11,9	11,7	97,7
Santa Catarina	12,6	12,7	12,6	99,3
Santa Cruz	11,7	11,3	11,9	105,1
Praia	12,3	12,2	12,4	101,6
São Domingos	13,8	13,3	14,1	105,7
São Miguel	12,2	11,8	12,2	102,9
Fogo	11,7	11,4	11,7	102,8
Mosteiros	10,2	10,0	10,0	100,3
São Filipe	11,7	11,4	11,8	103,2
Brava	11,7	11,4	11,7	102,8

RURAL	10,4	10,5	10,4	98,9
Santo Antão	10,9	10,6	11,2	105,6
Ribeira grande	11,2	10,8	11,6	106,7
Paúl	11,4	11,2	11,5	102,7
Porto Novo	9,9	9,7	10,1	103,7
São Vicente	9,6	9,4	9,9	104,6
São Nicolau	9,3	9,2	9,4	102,0
Sal	10,6	10,5	10,6	101,0
Boavista	11,6	11,3	11,6	102,7
Maio	10,6	10,7	10,6	99,5
Santiago	10,5	10,6	10,3	97,0
Tarrafal	10,1	10,5	9,7	93,0
Santa Catarina	10,7	10,9	10,5	96,1
Santa Cruz	10,7	10,7	10,7	100,4
Praia	9,7	10,0	9,4	94,6
São Domingos	10,9	10,9	10,9	100,3
São Miguel	9,7	10,1	9,4	93,4
Fogo	10,1	10,1	10,0	98,7
Mosteiros	10,0	10,2	9,7	95,3
São Filipe	10,1	10,0	10,1	101,4
Brava	10,1	10,1	10,0	98,7
IP = Índice de Paridade (Mulher/Homem)				

3.4. ESCOLARIZAÇÃO POR NÍVEL DE ESTUDO

Neste ponto serão analisadas as taxas bruta e líquida de escolarização no EBI e no Ensino Secundário, segundo o sexo, meio de residência, ilha e concelho.

As taxas bruta e líquida de escolarização são dois indicadores fundamentais para medir a capacidade de cobertura do sistema de ensino, comparando a população integrada no mesmo com o universo da população total em idade escolar.

A taxa bruta de escolarização “refere-se ao número de alunos matriculados num determinado nível de ensino, qualquer que seja a idade, expresso como uma percentagem da população com idade correspondente à idade oficial de frequência desse nível de ensino, num dado ano lectivo”¹⁴.

Esse indicador constitui uma ferramenta importante para avaliar a capacidade do sistema de ensino para atender à procura social de um determinado nível de ensino. Uma taxa bruta de escolarização acima dos 100% aponta para uma certa capacidade que o sistema de ensino possui para acomodar-se às necessidades educativas do país. Com efeito, também indica que pode existir um número excessivo de repetentes ou de crianças em idade precoce ou que entram tardiamente no sistema de ensino.

Por seu lado, a taxa líquida de escolarização “representa o número de alunos matriculados num determinado nível de ensino, com idade correspondente à idade teórica de frequência desse nível de ensino, expresso como uma percentagem da população com a idade correspondente”. Assim, “uma taxa líquida de escolarização elevada indica um grau de participação elevado da população em idade escolar oficial, sendo o seu valor máximo teórico de 100%.”¹⁵.

Entretanto, o cálculo das taxas líquida e bruta de escolarização, em Cabo Verde, revela-se um pouco complexo devido ao facto de que existem duas idades de ingresso oficial no Ensino Básico. As crianças que frequentarem dois anos no pré-escolar ingressam no ensino básico aos 6 anos e as demais acedem ao Ensino Básico com 7 anos de idade. A existência de dois critérios de ingresso no EBI dificulta a definição da idade oficial de permanência ao nível do Ensino Básico, que poderá ser de 6-11 anos, ou de 7-12 anos, e no ensino secundário, de 12-17 anos ou 13-18 anos.

Por outro lado, considerando que existem variações em termos de cobertura da educação pré-escolar nas diferentes ilhas e concelhos do país é evidente que a opção por uma ou outra faixa etária oficial provoca resultados distorcidos e que poderão não constituir dados fiáveis para a concepção de planos estratégicos no sector educativo.

Nestes termos, tendo em atenção que a maioria das crianças ingressam no Ensino Básico aos 6 anos de idade, optou-se por considerar 6 à 11 anos e no Ensino Secundário, 12 à 17 anos como idade oficial para a frequência nesses níveis de ensino.

¹⁴ Estatística de Educação, Portugal, Pag. 49

¹⁵ Idem

3.4.1. Escolarização no Ensino Básico Integrado (EBI)

3.4.1.1. Nível Bruto de Escolarização no EBI

A taxa bruta de escolarização a nível nacional é de 111%, e distribui quase equitativamente pelos sexos.

As ilhas São Antão, Brava e Boavista com cerca de 119% cada, S. Vicente com 116%, Maio e Fogo com 112% cada, apresentam taxas brutas de escolarização acima da média nacional. Falando do sexo, com excepção da ilha do Maio e São Nicolau a taxa bruta de escolarização é mais expressiva nas mulheres, (quadro 3.17.).

As variações da taxa bruta de escolarização não ocorrem apenas entre as ilhas mas também intra-concelhos. De um modo geral os concelhos de Santo Antão e da Brava apresentaram as maiores taxas bruta de escolarização do País (Quadro 3.18 em anexo). Convém destacar concretamente o concelho do Paúl, onde a taxa bruta de escolarização atingiu 121%, nível esse superior a média nacional em cerca de 10 pontos percentuais.

Os níveis mais baixos da taxa bruta de escolarização foram registados no concelho de São Miguel na ilha de Santiago, cerca de 101%.

A taxa Bruta de escolarização na ilha de Santiago foi cerca de 109%, 2 pontos percentuais abaixo da média nacional. Nos concelhos de S. Domingos e Praia foram registados os níveis mais baixos. Em contrapartida em São Miguel foi encontrada a menor taxa bruta de escolarização do país.

Por sexo, constata-se que, as taxas brutas de escolarização são mais expressivas nos meninos do que nas meninas em todos os concelhos, exceptuando os de São Nicolau, Maio e São Domingos, o que significa dizer que pode haver mais repetentes do sexo masculino.

Por local de residência, não se nota diferenças significativas em relação a taxa bruta de escolarização, embora ela tende a incidir mais no meio urbano. As maiores diferenças em termos percentuais a favor do meio urbano foram registadas nos concelhos da ilha de Santo Antão e da Boavista. Por outro lado nos concelhos do Sal, Maio e Brava, a taxa bruta de escolarização incide mais no meio rural.

Conclui-se que a taxa bruta de escolarização nas diferentes ilhas e concelhos do país demonstra que efectivamente o país apresenta uma boa capacidade para atender a procura social pela educação.

Quadro 3.17: Taxa Bruta de escolarização de 6 a 11 anos no EBI segundo o meio de residência por ilha e sexo

ILHAS	EBI		
	Total	Urbano	Rural
CABO VERDE	111,4	111,8	111,0
Masculino	111,9	111,9	112,0
Feminino	110,8	111,8	109,9
SANTO ANTÃO	119,4	122,2	118,4
Masculino	120,6	122,6	119,8
Feminino	118,3	121,8	117,0
SÃO VICENTE	115,7	115,5	118,7
Masculino	116,6	116,4	119,9
Feminino	114,8	114,6	117,4
SÃO NICOLAU	107,6	107,9	107,5
Masculino	105,7	108,1	104,0
Feminino	109,8	107,6	111,4
SAL	107,0	105,5	119,7
Masculino	110,3	108,5	128,4
Feminino	103,8	102,6	113,0
BOA VISTA	118,7	122,0	116,0
Masculino	121,3	127,1	116,8
Feminino	115,9	116,7	115,3
MAIO	111,8	108,5	113,8
Masculino	109,7	105,2	112,6
Feminino	113,9	112,2	115,0
SANTIAGO	108,9	109,6	108,3
Masculino	109,4	109,0	109,8
Feminino	108,4	110,2	106,9
FOGO	111,9	113,4	111,5
Masculino	112,0	112,6	111,8
Feminino	111,7	114,3	111,1
BRAVA	119,1	115,9	120,1
Masculino	119,4	118,4	119,7
Feminino	118,8	113,5	120,4

3.4.1.2. Nível Líquida de Escolarização no EBI

A taxa líquida de escolarização no Ensino Básico a nível nacional é 83%, quase igualmente repartida entre meninas e meninos. Por meio de residência, nota-se que a taxa é mais expressiva no meio urbano (84%) do que no meio rural (82%) - (Quadro 3.19.).

As ilhas/concelhos da Boa Vista com 91%, Brava com 90% e Maio com 87% apresentam as taxas líquidas de escolarização mais elevadas do país. Ao invés as ilhas/concelhos de São Nicolau e Fogo (Mosteiros) apresentam os menores níveis, com 78% e 81% respectivamente. Convém acrescentar ainda o concelho de São Miguel, (ver Quadro 3.20 em anexo).

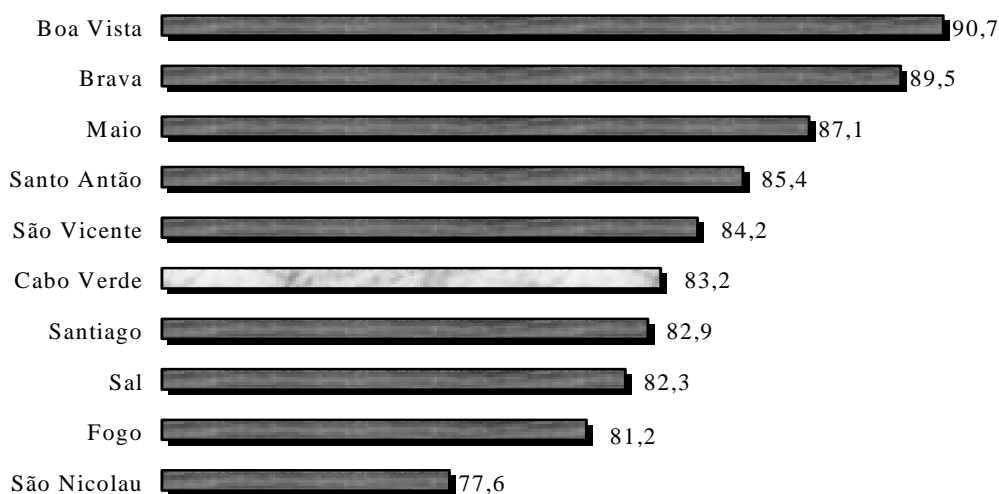
**Quadro 3.19: Taxa Líquida de escolarização de 6 a 11 anos no EBI
segundo o meio de residência por ilha e sexo**

ILHAS	EBI		
	Total	Urbano	Rural
CABO VERDE	83,2	84,4	82,0
Masculino	83,0	84,2	81,7
Feminino	83,4	84,6	82,3
SANTO ANTÃO	85,4	89,0	84,0
Masculino	84,5	88,6	82,9
Feminino	86,2	89,3	85,1
SÃO VICENTE	84,2	84,6	79,0
Masculino	84,4	84,9	77,2
Feminino	84,0	84,2	80,9
SÃO NICOLAU	77,6	80,8	75,4
Masculino	76,9	80,1	74,6
Feminino	78,4	81,5	76,2
SAL	82,3	81,3	90,1
Masculino	83,2	82,4	91,2
Feminino	81,4	80,3	89,3
BOA VISTA	90,7	90,1	91,1
Masculino	90,3	91,5	89,3
Feminino	91,1	88,6	93,1
MAIO	87,1	86,1	87,7
Masculino	86,9	82,9	89,4
Feminino	87,3	89,6	86,0
SANTIAGO	82,9	84,3	81,6
Masculino	82,7	84,0	81,5
Feminino	83,0	84,7	81,6
FOGO	81,2	81,9	81,1
Masculino	81,0	80,3	81,1
Feminino	81,5	83,5	81,1
BRAVA	89,5	90,7	89,2
Masculino	88,8	90,4	88,2
Feminino	90,2	91,0	90,0

Por sexo, constata-se que apenas na ilha do Sal, a taxa líquida de escolarização é superior nos meninos, nas demais ilhas a situação é diferente.

Por local de residência, verifica-se que a taxa líquida de escolarização é de 84% no meio urbano e 82% no meio rural. Na maioria das ilhas, a taxa líquida de escolarização no meio urbano é superior ao do meio rural. Nas ilhas do Sal, Boavista e Maio a situação é diferente.

Gráfico 3.10: Taxa líquida de escolarização de 6 a 11 anos no EBI, (%)



3.4.2. Escolarização no Ensino Secundário

3.4.2.1. Nível Bruto de Escolarização no ensino secundário

A nível nacional a taxa bruta de escolarização no ensino secundário atinge cerca de 65%, sendo de 67% para mulheres e 62% para homens. Por local de residência, a taxa bruta de escolarização no meio urbano é quase o dobro da registada no meio rural (81% contra 45%).

As ilhas de São Vicente com 81%, Boavista com 69%, e Santiago com 66%, apresentam as taxas mais elevadas. Em contrapartida, as ilhas de S. Nicolau com 43%, Fogo e Brava com 47%, detêm taxas mais baixas, (Quadro 3.21.).

Por sexo, constata-se que a taxa bruta de escolarização nas mulheres é superior à dos homens na maioria das ilhas e concelhos do país. Apenas nas ilhas do Maio e da Brava a situação se inverte.

Por local de residência, é de se registar que, a taxa bruta de escolarização é mais elevada no meio rural em todas as ilhas e concelhos do país. É de realçar ainda que, no meio urbano de alguns concelhos do país, a taxa bruta de escolarização ultrapassa os 100%. Tratam-se dos concelhos de São Domingos (110%) e Ribeira Grande (101%), sendo esses níveis superiores aos do meio rural quase duas vezes, (Quadro 3.18 em anexo).

Quadro 3.21: Taxa Bruta de escolarização de 12 a 17 anos no Ensino Secundário, segundo o meio de residência por ilha e sexo

ILHAS	SECUNDARIO		
	Total	Urbano	Rural
CABO VERDE	64,6	81,4	45,1
Masculino	61,8	77,1	44,9
Feminino	67,4	85,5	45,3
SANTO ANTÃO	59,5	82,0	48,7
Masculino	55,9	79,9	45,4
Feminino	63,4	84,0	52,4
SÃO VICENTE	81,1	84,3	37,6
Masculino	74,8	78,0	34,7
Feminino	87,3	90,3	41,0
SÃO NICOLAU	42,9	55,0	33,5
Masculino	40,0	46,3	35,2
Feminino	45,7	63,5	31,8
SAL	64,4	66,2	49,0
Masculino	56,2	57,5	45,6
Feminino	72,3	74,3	53,1
BOA VISTA	69,4	78,0	62,3
Masculino	68,6	76,7	62,4
Feminino	70,3	79,4	62,1
MAIO	54,5	62,1	49,9
Masculino	55,6	58,7	53,9
Feminino	53,4	64,9	45,9
SANTIAGO	65,9	83,6	46,7
Masculino	64,0	80,5	46,8
Feminino	67,8	86,6	46,6
FOGO	46,6	72,9	39,2
Masculino	45,9	68,5	39,9
Feminino	47,3	77,1	38,5
BRAVA	47,2	82,0	35,7
Masculino	49,7	80,4	39,0
Feminino	44,5	84,0	32,0

3.4.2.2 Nível Líquida de Escolarização no ensino secundário

Em Cabo Verde, a taxa líquida de escolarização no ensino secundário é de 46% com maior incidência nas mulheres que nos homens, 48% contra 44%. Por local de residência, constata-se que a taxa líquida de escolarização é mais expressiva no meio urbano com uma diferença em cerca de 19 pontos percentuais (55% contra 36%), (Quadro 3.22).

As ilhas de Boavista com 59%, Sal e S. Vicente com 53% cada, detêm níveis superiores à média nacional. As restantes ilhas apresentam níveis menos expressivos.

Todavia, convém realçar que no interior das ilhas persistem assimetrias substanciais entre os diferentes concelhos. Com excepção das ilhas atrás referidas que coincidem com os respectivos concelhos, apenas o concelho da Praia, apresenta uma taxa líquida de escolarização superior a média nacional (54%). Na ilha de

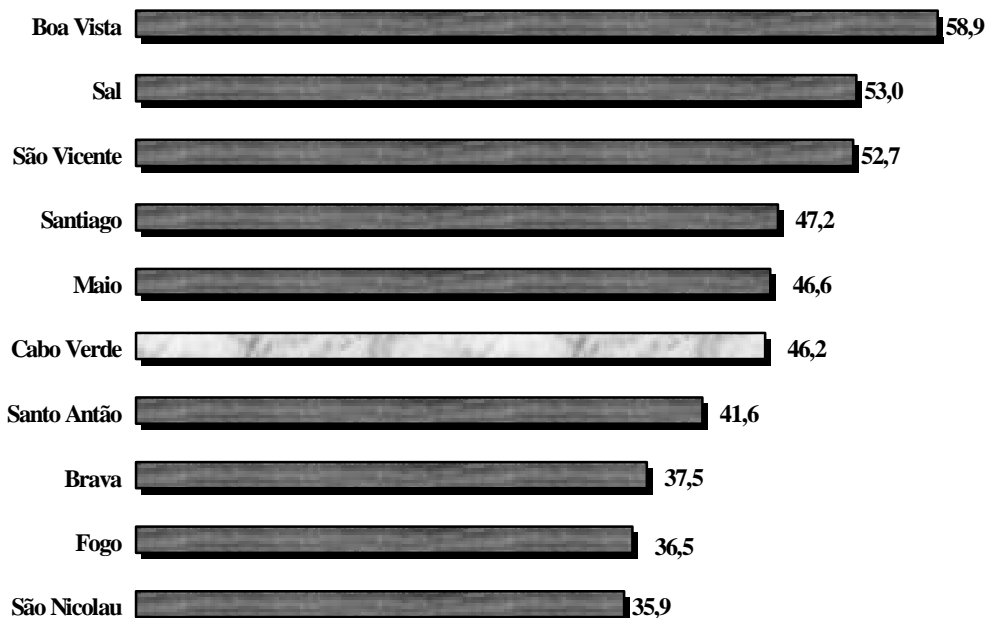
Santo Antão, todos os concelhos detêm taxas inferiores à média nacional, com especial destaque para o concelho do Porto Novo, com apenas 38%, (Quadro 3.20 em anexo).

Por sexo, é de se registar que mantém a tendência nacional segundo a qual, a taxa líquida de escolarização é mais elevada nas mulheres do que nos homens, excepção feita às ilhas do Maio e da Brava.

Em relação ao local de residência, é de se realçar que em todas as ilhas e concelhos do país, as taxas líquidas de escolarização são mais elevadas no meio urbano que no meio rural.

Os maiores níveis de taxas líquidas de escolarização no ensino secundário da população residente com idade compreendida entre 12 e 17 anos foram registados no meio urbano das ilhas da Boavista (62%), Brava (60%) e Santo Antão (56%). No meio rural dessas ilhas esses níveis são inferiores com excepção da ilha de Boavista. No que diz respeito ao sexo, verifica-se que a taxa líquida de escolarização é superior nas mulheres, na maior parte dos concelhos. Apenas nos concelhos do Maio, Tarrafal, Santa Catarina, São Miguel e Mosteiros, verifica-se uma vantagem dos homens.

Gráfico 3.11: Taxa líquida de escolarização de 12 a 17 anos no Secundário, (%)



3.5. DIFERENÇAS DE ESCOLARIZAÇÃO SEGUNDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA

3.5.1. Sexo do chefe da família

O objectivo deste item é saber até que ponto em Cabo Verde, a escolarização dos jovens é influenciada em função do chefe do agregado familiar ser homem ou mulher.

Pelos dados do Quadro 3.23, conclui-se que ao contrário do que acontece em alguns países da nossa Sub-região, aqui em Cabo Verde na escolarização dos jovens é indiferente o chefe de família ser homem ou mulher.

Convém destacar que apenas no meio urbano, concretamente na faixa etária dos 15 aos 19 anos existe uma diferença em cerca de 3 pontos percentuais a favor dos homens chefes de família.

Ora, se analisarmos a Relação Logística de Feminidade (RLFT), verificamos que a taxa de escolarização seja ela nos casos em que o chefe do agregado familiar é homem seja nos casos em que é mulher é praticamente igual, 1 contra 1,2 vezes. Isto quer dizer que em Cabo Verde existe uma certa igualdade no que concerne ao papel que os homens e as mulheres desempenham no processo de escolarização dos filhos.

De outro modo não se vislumbra diferenças significativas no acesso à educação das pessoas em função do sexo do chefe de família, embora a taxa de escolarização dos jovens seja nitidamente superior onde o chefe de família é homem.

Em relação aos grupos etários, verifica-se pelos dados do quadro em cima que, os homens tendem a melhor escolarizar as crianças da faixa etária de 6 a 14 anos do que as mulheres. No entanto se compararmos o sexo, nota-se que tanto os homens como as mulheres tendem a melhor escolarizar as meninas do que os meninos. Essa tendência é verificada também no meio de residência.

Quadro 3.23: Disparidade entre homens e mulheres chefes de família de 25 anos e mais em matéria de das crianças e jovens de 6 a 24 anos, segundo o sexo e Relação Logísticas de feminidade

Sector de residência/ Grupos etários	CHEFE DE FAMÍLIA_ HOMEM				CHEFE DE FAMÍLIA_ MULHER			
	Total	Meninos	Meninas	RLTF	Total	Meninos	Meninas	RLTF
CABO VERDE								
6 a 14 anos	88,6	88,3	88,9	1,06	87,9	87,5	88,4	1,09
15 a 24 anos	39,1	39,0	39,3	1,01	39,5	36,9	42,1	1,24
URBANO								
6 a 14 anos	90,8	90,3	91,2	1,12	89,7	88,8	90,6	1,21
15 a 24 anos	46,1	46,0	46,1	1,00	45,7	41,7	49,6	1,38
RURAL								
6 a 14 anos	86,5	86,4	86,7	1,02	86,2	86,2	86,2	1,00
15 a 24 anos	30,1	30,5	29,6	0,96	30,9	30,7	31,2	1,03

RLTF = Relação Logística de Feminidade das taxas

A taxa de escolarização dos jovens dos 15 aos 24 anos é ligeiramente superior nas famílias dirigidas por mulheres. As mulheres escolarizam melhor as meninas do que os meninos.

Se compararmos as meninas e os meninos escolarizados verificamos uma diferença de cerca de 3 pontos percentuais a favor das meninas residentes em famílias dirigidas por mulheres, (42% contra 39%).

Verificam-se diferenças significativas em relação ao meio de residência. A taxa de escolarização dos jovens dos 15 aos 24 anos residentes em famílias dirigidas por homens no meio urbano é de 46% contra 30% no meio rural. Em relação as famílias dirigidas por mulheres os níveis são sensivelmente os mesmos. No entanto se compararmos o sexo, notamos que os homens escolarizam da mesma forma as meninas e os meninos, o que não acontece com as mulheres, onde regista uma vantagem a favor das meninas.

3.5.2. Nível de instrução do chefe de família

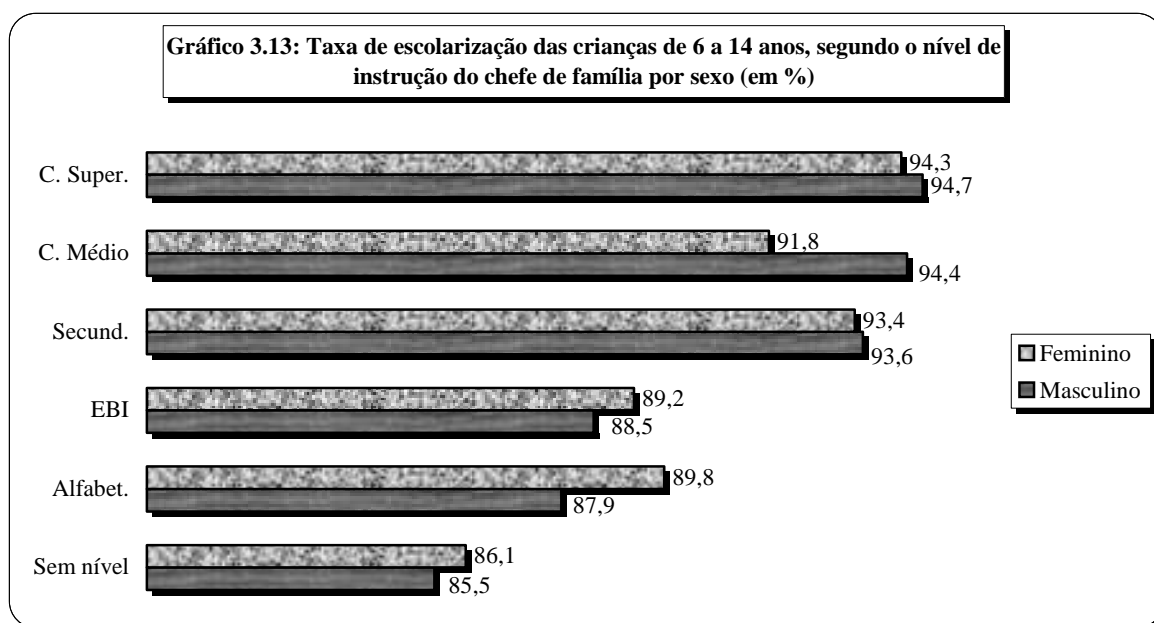
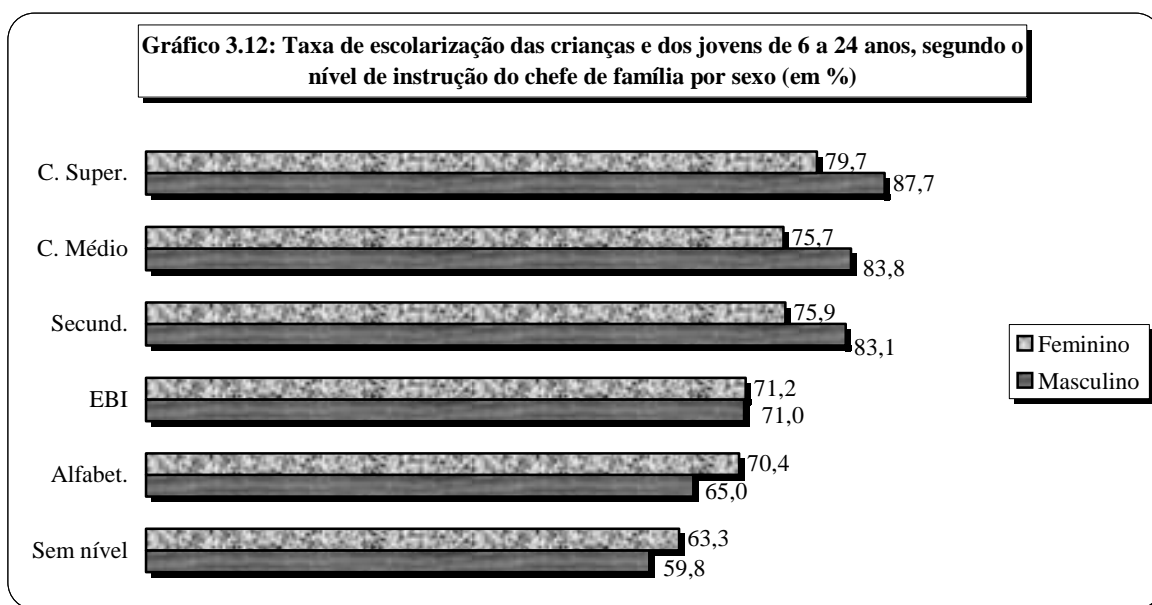
Pelos dados do Quadro 3.24, pode-se depreender que, a taxa de escolarização relaciona-se directamente com o nível de instrução do chefe de família, ou seja ela é mais elevada nas famílias com um nível de instrução maior.

Quadro 3.24: Taxa de escolarização da população residente de 6 a 24 anos segundo o nível de instrução do chefe do agregado familiar com 25 anos e mais, por sexo grupos etários e meio de residência

Grupos etários	Sector de residência/Sexo	Nível de Instrução do Chefe do agregado familiar					
		Sem nível	Alfabet.	EBI	Secund.	C. Médio	C. Super.
6 a 24 anos	TOTAL	61,5	67,6	71,1	79,2	79,3	83,4
	Masculino	59,8	65,0	71,0	83,1	83,8	87,7
	Feminino	63,3	70,4	71,2	75,9	75,7	79,7
	URBANO	63,0	69,4	72,1	79,3	79,0	83,4
	Masculino	60,1	66,0	71,5	83,0	83,6	87,7
	Feminino	66,1	73,0	72,5	76,1	75,5	79,7
	RURAL	60,5	66,5	69,9	79,0	82,0	82,7
	Masculino	59,6	64,4	70,4	83,6	85,2	86,5
	Feminino	61,5	68,8	69,5	75,1	78,3	79,5
6 a 14 anos	TOTAL	85,8	88,8	88,9	93,5	93,1	94,5
	Masculino	85,5	87,9	88,5	93,6	94,4	94,7
	Feminino	86,1	89,8	89,2	93,4	91,8	94,3
	URBANO	87,3	91,0	90,6	93,6	92,5	94,4
	Masculino	86,0	89,8	90,1	93,7	94,0	94,7
	Feminino	88,6	92,2	91,1	93,6	91,2	94,1
	RURAL	84,8	87,6	86,9	93,1	97,4	
	Masculino	85,1	86,8	86,7	93,3	96,7	
	Feminino	84,5	88,5	87,2	92,8	98,1	
15 a 24 anos	TOTAL	29,4	36,7	41,9	60,2	62,2	69,4
	Masculino	27,6	33,8	41,5	66,6	67,4	76,9
	Feminino	31,4	40,0	42,2	55,6	58,9	64,3
	URBANO	35,2	43,0	46,2	61,6	56,1	
	Masculino	31,7	38,5	44,9	67,6	63,3	
	Feminino	39,0	48,0	47,4	57,2	50,0	
	RURAL	25,0	32,1	34,6	50,2	46,7	63,9
	Masculino	24,7	30,5	36,0	58,6	56,3	71,4
	Feminino	25,5	34,0	33,2	44,7	35,7	59,1

Assim, a taxa de escolarização dos jovens com idade compreendida entre 6 e 24 anos é de cerca de 62% nas famílias sem nenhum nível de instrução, elevando-se para 79% nas famílias com um nível de instrução secundário ou médio e para 83% nas famílias com o nível superior. Em relação ao sexo, verifica-se que a taxa de escolarização é superior nas meninas, onde o chefe do agregado tem até o EBI, invertendo a partir daí a situação.

No que tange ao sector de residência, nota-se que a taxa de escolarização é superior no meio urbano, com excepção nas famílias com o nível médio.

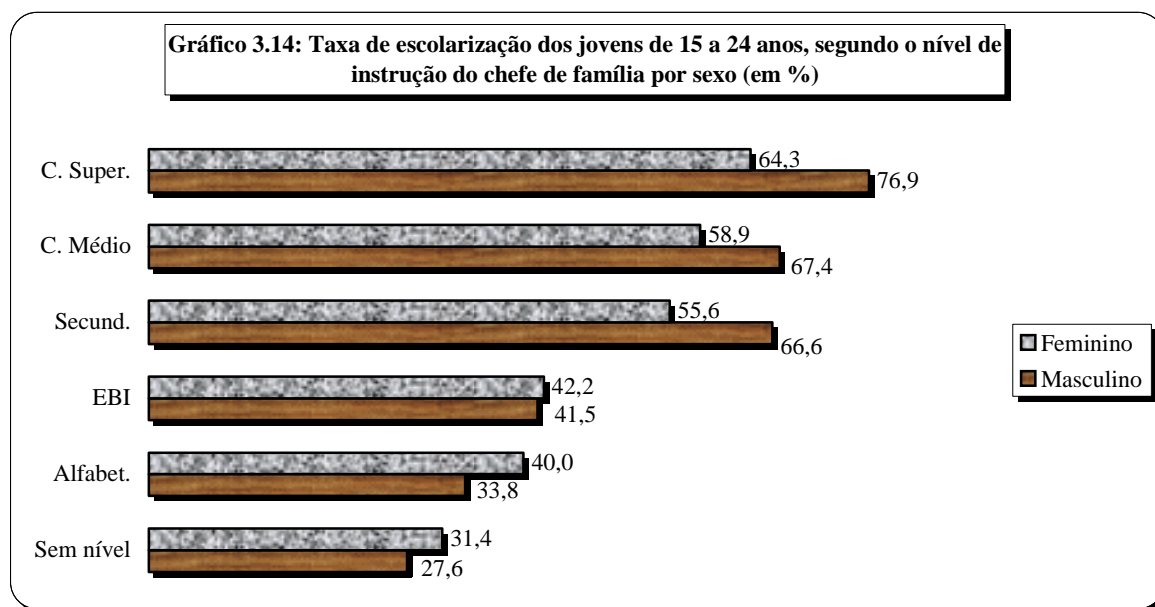


Na faixa etária dos 6 aos 14 anos, também a taxa de escolarização aumenta com o nível de instrução do chefe de família. Ela varia em cerca de 9 pontos percentuais entre uma família sem nenhum nível de instrução e outra com o curso superior (86% e 95% respectivamente), o que reforça a tese defendida. Em relação ao sexo, não se regista grandes diferenças embora a taxa de escolarização seja nitidamente superior nas meninas vivendo em famílias com um nível de instrução até o EBI, a partir daí nota-se o contrário, (Gráfico 3.13).

Em relação ao meio de residência, as famílias do meio urbano com um nível de ensino até o secundário, escolarizam melhor os educandos do que as do meio rural. O mesmo já não se pode dizer em relação as famílias do meio rural com um nível de instrução médio ou superior, onde a taxa de escolarização das crianças é em cerca de 4 pontos percentuais superiores a do meio urbano.

Em relação aos jovens com idade compreendida entre 15 e 24 anos, os níveis de escolarização são inferiores aos dos outros grupos etários, independentemente do nível de instrução do chefe, o que significa dizer que também a taxa de escolarização diminui com a idade.

Verifica-se a mesma tendência em relação a descrita nos outros grupos etários. No entanto convém acrescentar que neste grupo etário as diferenças de escolarização são mais expressivas em relação ao sector de residência. A taxa de escolarização dos jovens de 15 a 24 anos é superior na camada masculina residente em famílias cujos os chefes têm um nível de instrução ao EBI, (ver gráfico 3.14).



3.5.3. Nível de conforto do chefe de família

Este ponto estuda a escolarização dos alunos segundo o nível de conforto da família. Para o efeito foi cruzado a variável nível de conforto da família com a frequência escolar actual.

Pelos dados do Quadro 3.25, pode-se concluir que o nível de escolarização das crianças e jovens esta positivamente associado ao nível de conforto das famílias onde residem.

Assim a taxa de escolarização da população residente dos 6 aos 24 anos é de 64%, onde as famílias têm um nível de conforto muito baixo, elevando-se para cerca de 81% nas famílias com um nível de conforto muito alto ou seja uma variação de cerca de 17 pontos percentuais. Este facto demonstra que a taxa de escolarização aumenta a media que aumenta o nível de conforto da família. De um outro modo as famílias com melhor conforto escolarizam melhor os seus filhos do que as que têm um nível de conforto baixo.

Quadro 3.25: Taxa de escolarização segundo o nível de conforto do chefe do agregado familiar onde o chefe tem 25 e mais anos

Grupos etários	Sector de residência/Sexo	M_Baixo	Baixo	Médio	Alto	M_Alto
6 a 24 anos	TOTAL	64,4	67,9	72,1	75,5	80,9
	Masculino	64,0	67,3	71,0	74,9	81,4
	Feminino	64,9	68,5	73,1	76,1	80,5
	URBANO	64,1	67,2	72,3	75,8	81,2
	Masculino	63,2	66,6	71,2	75,2	81,6
	Feminino	65,0	67,8	73,2	76,5	80,8
	RURAL	64,5	68,8	71,4	72,7	75,1
	Masculino	64,3	68,2	70,4	72,2	75,6
	Feminino	64,8	69,4	72,5	73,2	74,6
6 a 14 anos	TOTAL	84,7	89,6	92,7	94,1	94,7
	Masculino	84,3	89,1	92,2	94,0	95,4
	Feminino	85,0	90,1	93,2	94,1	94,1
	URBANO	84,4	89,2	92,9	94,1	94,6
	Masculino	83,0	88,5	92,4	94,0	95,3
	Feminino	85,7	89,9	93,4	94,3	94,0
	RURAL	84,8	90,2	92,1	93,4	97,2
	Masculino	84,8	89,9	91,5	94,0	97,4
	Feminino	84,8	90,4	92,7	92,8	96,9
15 a 24 anos	TOTAL	27,5	35,8	44,8	55,9	66,6
	Masculino	27,5	35,2	43,0	53,9	66,2
	Feminino	27,4	36,4	46,6	57,8	66,9
	URBANO	29,8	35,3	45,8	56,9	67,3
	Masculino	29,6	34,4	43,4	54,8	67,0
	Feminino	30,0	36,2	48,1	58,7	67,5
	RURAL	26,5	36,4	41,4	46,4	48,3
	Masculino	26,7	36,2	41,8	45,6	46,6
	Feminino	26,3	36,6	40,9	47,3	50,0

Em relação ao sexo não se verifica grandes diferenças embora a taxa de escolarização das meninas seja ligeiramente superior a dos meninos independentemente do nível de conforto das famílias onde estão inseridas, (ver gráfico 3.15).

Gráfico 3.15: Taxa de escolarização das crianças e dos jovens de 6 a 24 anos, segundo o nível de conforto da família por sexo (em %)

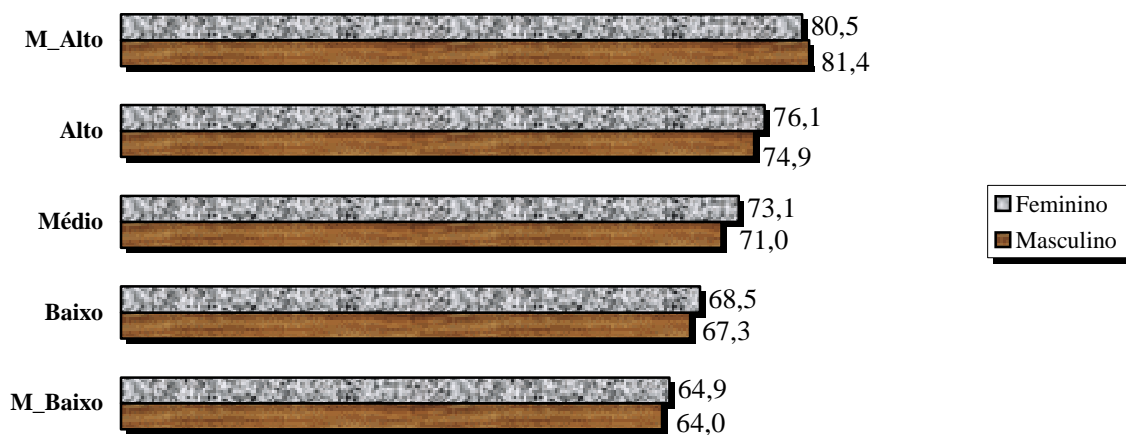
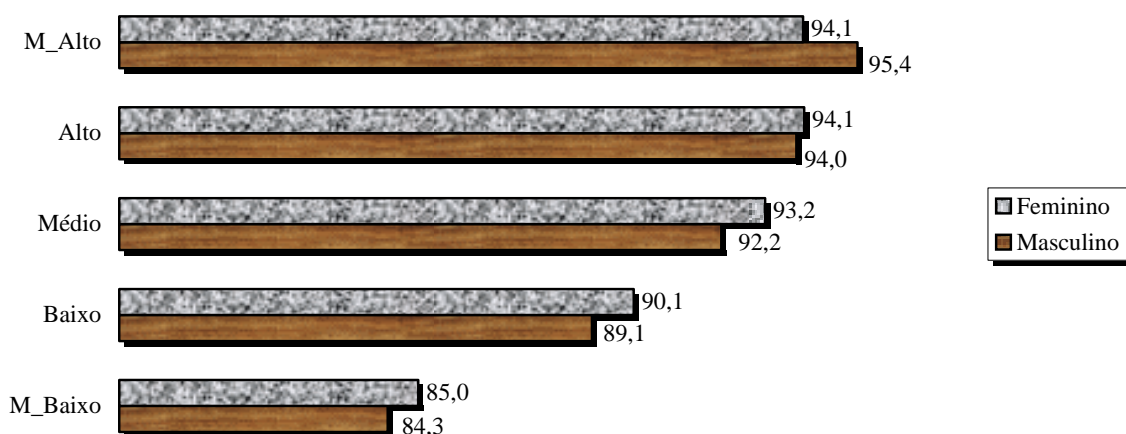


Gráfico 3.16: Taxa de escolarização das crianças 6 a 14 anos, segundo o nível de conforto da família por sexo (em %)



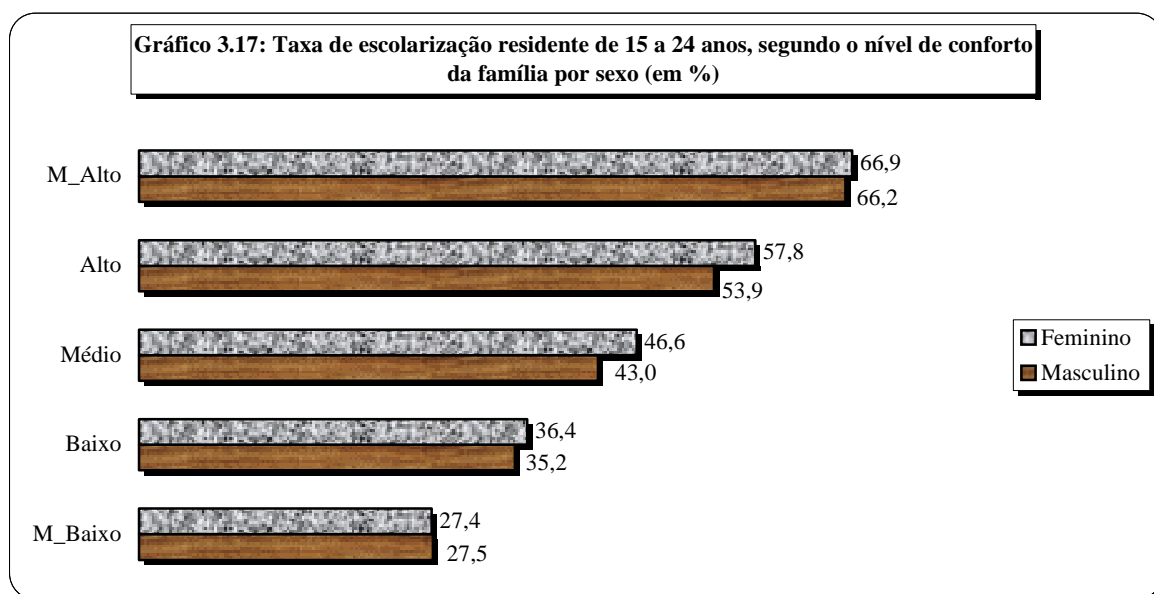
Em relação as pessoas com idade compreendida entre 6 e 14 anos a taxa de escolarização globalmente são elevadas, registando os maiores níveis nas famílias com um nível de conforto mais elevado. Assim a taxa de escolarização é de 84% nas famílias com um nível de conforto muito baixo, 93% nas famílias com um nível de conforto médio e eleva-se para 96% nas famílias com um nível de conforto muito alto.

Em relação ao sexo, nota-se ligeira vantagem a favor das crianças do sexo feminino, (ver gráfico 3.16).

Nesta faixa etária não se denota diferenças significativas da taxa de escolarização nas famílias com um nível de conforto médio, alto e muito alto.

Referente ao meio de residência, não se verifica grandes diferenças, no entanto, é de realçar o facto de que, a taxa de escolarização das crianças de ambos os sexos, com idade compreendida entre 6 e 14 anos residentes em famílias com um nível de conforto muito alto, é superior no meio rural. Convém realçar também que, no meio urbano a taxa de escolarização das crianças dos 6 aos 14 anos que vivem em famílias com um nível de conforto muito baixo é superior no sexo feminino, 86% contra 83% do sexo masculino.

Na faixa etária dos 15 aos 24 anos, a taxa de escolarização dos jovens residentes em famílias com um nível de conforto alto e muito alto é superior em mais de duas vezes em relação a taxa de escolarização nas famílias com um nível de conforto muito baixo, isto reforça a ideia de que, as famílias com melhores condições de vida escolarizam melhor os seus educandos do que as famílias mais desfavorecidas.



Também a taxa de escolarização dos jovens dessa idade vivendo em famílias com um nível de conforto médio e alto é superior na camada feminina, com uma diferença em cerca de 4 pontos percentuais.

A taxa de escolarização das pessoas dessa idade é de cerca de 67%, onde as famílias têm um nível de conforto muito alto e de apenas 28% nas famílias com um nível de conforto muito baixo, cerca de 2,4 vezes inferior.

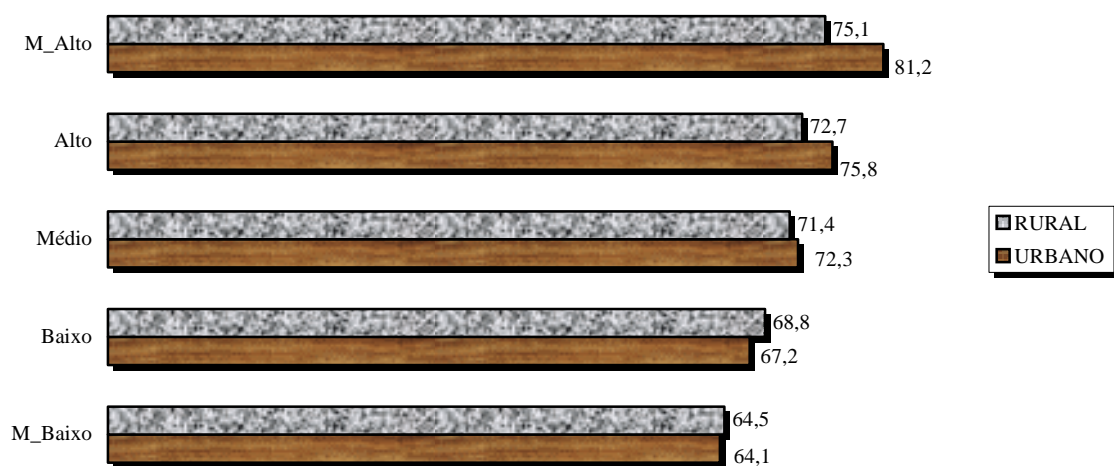
Em relação ao sexo, não se nota diferenças significativas, no entanto a taxa de escolarização dos jovens dessa idade vivendo em famílias com um nível de conforto médio e alto é superior em cerca de 4% na camada feminina.

Relativamente ao sector de residência, nota-se que a taxa de escolarização dos jovens dos 15 aos 24 anos, residentes em famílias com um nível de conforto alto e muito alto é superior no meio urbano, uma diferença em mais de 10 pontos percentuais em detrimento dos do meio rural.

Em suma, a taxa de escolarização dos jovens residentes nas famílias com um nível de conforto alto e muito alto é superior em mais de duas vezes em relação a taxa de escolarização nas famílias com um nível de conforto muito baixo, o que significa dizer que, as famílias com melhores condições de vida escolarizam melhor os seus educandos do que as famílias mais desfavorecidas.

Verifica-se que a taxa de escolarização das pessoas residentes em famílias com um nível de conforto muito baixo e baixo, é ligeiramente superior no meio rural, o que já não acontece nas famílias com um nível de conforto médio, alto e muito alto, que pelos dados escolarizam melhor os educandos, (Ver gráfico 3.18).

Gráfico 3.18: Taxa de escolarização das crianças e dos jovens de 6 a 24 anos, segundo o nível de conforto da família por meio de residência (em %)



CAPÍTULO 4 – NÍVEL DE INSTRUÇÃO

A instrução escolar é um dos principais indicadores para medir o grau de desenvolvimento do sistema educativo. Trata-se de uma medida importante para avaliar o stock em termos de recursos humanos disponíveis numa sociedade e que podem ser mobilizados e potencializados para o desenvolvimento de uma sociedade.

No seu sentido lato, o termo instrução significa a aquisição de conhecimentos básicos cujos contornos dependem sempre das exigências históricas que cada sociedade faz dos seus integrantes. No seu sentido restrito, “a instrução refere-se à formação intelectual, formação e desenvolvimento das capacidades cognitivas mediante o domínio de certo nível de conhecimentos sistematizados. O ensino corresponde a acções, meios e condições para a realização da instrução; contém pois a instrução.”¹⁶

Na sociedade contemporânea marcada pela racionalização das várias esferas da vida condicionada pelos imperativos científico-tecnológicos, a instrução, enquanto apropriação de conhecimentos, valores e atitudes essenciais por parte dos cidadãos, constitui uma condição fundamental para a afirmação da cidadania. Nos tempos modernos, não ter nenhum nível de instrução constitui um factor de exclusão não só ao nível de inserção no mercado de trabalho mas também limita a capacidade do indivíduo na apropriação das políticas sociais do Estado.

Este capítulo será analisado com base na pergunta 14 feita no questionário do RGPH 2000: qual foi o nível de ensino mais elevado que frequentou ou que anda a frequentar? Essa pergunta tem várias modalidades de resposta como se pode ver no questionário em anexo.

Para efeito de análise, este capítulo foi dividido em 3 partes:

Nível de instrução da população total,

Nível de instrução da população que já frequentou uma escola,

Nível de instrução da população que no momento do censo frequentava uma escola.

4.1. Nível de Instrução do total da População

Neste ponto será analisado o nível instrução da população de Cabo Verde, independentemente da frequência escolar.

4.1.1. Estrutura por Grupos Etários.

Os dados do censo de 2000 demonstram que 17% da população de 4 anos e mais, não possui nenhum nível de instrução, 4% possui o Pré-escolar, 3% possui a alfabetização, 56% o Ensino Básico, 19% ensino Secundário, 0,5% possui o ensino médio e 1% o ensino superior, (quadro 4.1).

A maior ou menor concentração da população num determinado nível de instrução depende geralmente, das diferentes faixas etárias em torno das quais se aglutina a população.

¹⁶ C.f. LIBÂNEO, José Carlos, **Didáctica**. São Paulo, Cortez Editora, 1987, p.23

Quadro 4.1: Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo o nível de instrução por sexo e grupo etários

Sexo/ Grupos etários	Total	Sem Nível	Pré- Escolar	Alfabe- tização.	EBI	Secun- dário	Curso Médio	Curso Superior
Total	100	17,1	4,4	2,7	55,6	18,6	0,5	1,1
4 a 5	100	46,7	51,7	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0
6 a 9	100	11,0	6,9	0,0	82,0	0,0	0,0	0,0
10 a 14	100	1,0	0,1	0,2	77,1	21,7	0,0	0,0
15 - 19	100	1,8	0,1	1,0	37,1	59,9	0,1	0,0
20 -24	100	3,0	0,0	2,2	60,1	32,9	0,8	1,0
25 - 29	100	5,3	0,1	3,2	67,6	20,1	1,4	2,3
30 - 34	100	8,4	0,1	4,2	69,3	13,9	1,1	2,9
35 - 39	100	13,6	0,3	5,6	63,7	12,5	1,2	3,2
40 - 44	100	27,6	0,4	9,3	47,2	10,9	1,1	3,5
45 - 49	100	35,8	0,5	9,7	41,0	8,5	1,0	3,6
50 - 54	100	39,1	0,3	7,8	40,2	7,8	1,3	3,4
55 - 59	100	50,4	0,4	7,7	33,6	5,2	0,8	2,0
60 - 64	100	61,2	0,4	7,1	27,9	2,4	0,2	0,8
65 anos e mais	100	65,0	0,5	3,4	29,6	1,2	0,2	0,2

MASCULINO

Total	100	12,3	4,5	2,1	59,8	19,3	0,6	1,4
4 a 5	100	47,5	51,0	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0
6 a 9	100	11,4	6,7	0,0	81,9	0,0	0,0	0,0
10 a 14	100	1,1	0,1	0,1	78,3	20,4	0,0	0,0
15 - 19	100	2,0	0,1	1,0	39,1	57,8	0,1	0,0
20 -24	100	2,8	0,0	2,1	61,3	32,0	0,8	1,0
25 - 29	100	4,1	0,0	2,7	68,2	21,1	1,5	2,3
30 - 34	100	5,9	0,1	3,4	69,5	16,2	1,5	3,5
35 - 39	100	8,0	0,2	4,4	66,5	15,0	1,5	4,5
40 - 44	100	14,8	0,2	7,4	57,0	13,6	1,5	5,6
45 - 49	100	17,1	0,2	6,8	56,1	11,9	1,6	6,3
50 - 54	100	20,1	0,2	5,3	55,4	11,4	1,9	5,7
55 - 59	100	30,3	0,2	6,0	50,4	7,8	1,5	3,8
60 - 64	100	41,9	0,3	6,6	45,4	4,2	0,3	1,4
65 anos e mais	100	47,2	0,6	3,5	46,0	1,9	0,3	0,4

FEMININO

Total	100	21,5	4,3	3,2	51,8	18,0	0,4	0,8
4 a 5	100	45,8	52,4	0,0	1,8	0,0	0,0	0,0
6 a 9	100	10,6	7,2	0,0	82,2	0,0	0,0	0,0
10 a 14	100	0,9	0,1	0,2	75,9	22,9	0,0	0,0
15 - 19	100	1,6	0,1	1,1	35,1	62,0	0,1	0,0
20 -24	100	3,1	0,0	2,3	58,9	33,8	0,9	1,0
25 - 29	100	6,4	0,1	3,6	67,1	19,2	1,3	2,4
30 - 34	100	10,8	0,2	4,9	69,2	11,8	0,8	2,3
35 - 39	100	18,7	0,3	6,7	61,1	10,4	0,8	2,0
40 - 44	100	37,7	0,5	10,8	39,5	8,8	0,8	1,9
45 - 49	100	48,2	0,6	11,6	31,0	6,2	0,6	1,8
50 - 54	100	52,3	0,4	9,6	29,7	5,2	0,8	1,9
55 - 59	100	63,0	0,5	8,8	23,0	3,5	0,4	0,9
60 - 64	100	73,4	0,4	7,5	17,0	1,2	0,2	0,4
65 anos e mais	100	77,8	0,3	3,2	17,8	0,7	0,1	0,1

População Sem Nível de Instrução

Os níveis mais elevados de pessoas sem nenhum nível de instrução concentram-se nas faixas etárias de 4 à 5 anos com 47%, 55-59 anos com 50%, 60-64 anos com 61% e 65 anos e mais com 65%. Todavia, é de se realçar que, 11% da população de 6 aos 9 anos não possui qualquer nível de instrução. Isso demonstra que um número não desprezível de crianças não acedia ao sistema de ensino. Por outro lado, verifica-se que, nos grupos etários 10-14 anos (1%), 15-19 anos (2%), 20-24 anos (3%), apresentam taxas mais baixas de pessoas sem nível de instrução. Na faixa etária dos 25 aos 39 anos, as taxas oscilam entre 5% à 13%.

Essas variações reforçam a ideia de que os níveis mais baixos de instrução condensam-se na população mais envelhecida da sociedade e que sob vários aspectos confirma o pressuposto de que, no passado uma parte significativa da população não acedia ao sistema de ensino.

Por sexo, denota-se que a percentagem das mulheres sem nível de instrução é quase o dobro da atingida pelos homens. Entretanto, as mulheres apresentam taxa inferior à dos homens na faixa etária dos 6 aos 19 anos. A partir dos 20 anos, constata-se que, a percentagem de mulheres sem nível de instrução é muito superior à dos homens.

Educação Pré – Escolar.

Na faixa etária dos 4 aos 5 anos, concentra-se a maior percentagem das crianças que estudam/estudaram esse nível de instrução, 52% contra 7% das crianças de 6-9 anos. Nas demais faixas etárias, as taxas situam-se abaixo de 1%, o que demonstra que, o acesso a esse tipo de ensino é um fenómeno recente.

Por sexo, é de se registar que a participação das meninas no Pré-escolar é nitidamente superior a dos meninos.

Alfabetização (Educação de Adultos)

As maiores taxas de participação registam-se nas faixas etárias que vão dos 35 aos 49 anos, em que as variações oscilam entre os 6% à 10%. Na faixa etária dos 10 aos 24 anos, a taxa de participação nesse nível de educação é muito baixa, uma vez que se trata de uma fase em que as pessoas frequentam o ensino básico/secundário.

Por sexo, nota que a presença feminina tem sido maior que a dos homens, uma diferença que varia entre 1% e 2%.

Ensino Básico Integrado (EBI)

Os dados do censo apontam que existem aproximadamente 2% de crianças em idade precoce que frequentam o ensino básico. Isto representa um incumprimento das orientações do Ministério da Educação relativamente à idade de ingresso no Ensino Básico, que é de 6 anos, para aqueles que frequentarem o Pré-escolar por um período não inferior a 2 anos, e 7 anos para os que não acederam ao Pré-escolar.

As faixas etárias de 6-9 anos e 10-14 anos congregam as maiores percentagens de participação no ensino básico com 82% e 77%, respectivamente. Por outro lado, é de destacar que, na faixa etária dos 20 aos 39 anos, mais de 60% da população, provavelmente, tinha estudado ou estavam a estudar o Ensino Básico.

Por sexo, verifica-se que existem mais homens que mulheres que estudam/estudaram o ensino básico.

Ensino Secundário

No ensino secundário, os maiores níveis de instrução incidem nas faixas etárias que vão dos 15 aos 25 anos. Na faixa etária dos 15-19 anos, 60% das pessoas estudam/estudaram nesse nível de ensino. Na faixa etária dos 20-24 anos verifica-se uma redução quase pela metade. A partir dos 25 anos, nota-se que há uma tendência para a diminuição drástica das taxas de instrução, atingindo os 2% e 1% respectivamente, nas faixas etárias dos 60-64 anos e 65 anos e mais.

Uma análise mais aprofundada aponta para o facto de que, os níveis mais elevados situaram-se nas camadas mais jovens que nas mais envelhecidas, o que reflecte as profundas transformações encetadas ao nível do ensino secundário, com reforma do sistema de ensino, implementada nos meados dos anos 90. Tal situação aponta para a tendência do aumento do stock de recursos humanos com o nível de instrução secundária, podendo contribuir para deslocar a concentração do nível de instrução do ensino básico para o ensino secundário

Por sexo, nota-se que, em média, a proporção de pessoas com o nível de ensino secundário é ligeiramente superior nos homens. Todavia, essa diferença é favorável às mulheres na faixa etária dos 15-24 anos, enquanto que na faixa etária dos 25 e mais, nota-se uma clara vantagem a favor dos homens, atingindo às vezes níveis de 3 a 4 vezes superior ao das mulheres. Isto induz-nos a postular que, para os próximos anos, a tendência será do grupo feminino apresentar taxas de instrução mais elevadas que o dos homens.

Ensino Médio.

Ao nível do ensino médio, verifica-se que as maiores concentrações condensam em torno da faixa etária dos 25 aos 54 anos, alcançando em média 1%, o dobro da média nacional. Nos demais grupos etários, nota-se que a taxa oscila entre os 0,2% à 0,8%.

Por sexo, constata-se que existem mais homens a estudar ou que estudaram o ensino médio que mulheres, em média 0,6% contra 0,4%. Na faixa etária dos 25 aos 54 anos, a percentagem de homens com nível de instrução média é quase 2 vezes superior à das mulheres.

Ensino Superior.

Os recursos humanos habilitados com instrução superior constituem um importante indicador para aquilatar se o stock de recursos humanos que o país dispõe é compatível com os imperativos da modernização do Estado e do mercado, enquanto dois subsistemas mais importante da sociedade contemporânea.

Apenas 1,1% da população têm um nível de ensino superior. Os níveis de instrução mais elevados ocorrem nas faixas etárias que vão dos 40 aos 44 anos e dos 45 aos 49 anos com cerca de 4%, praticamente 4 vezes superior à média nacional.

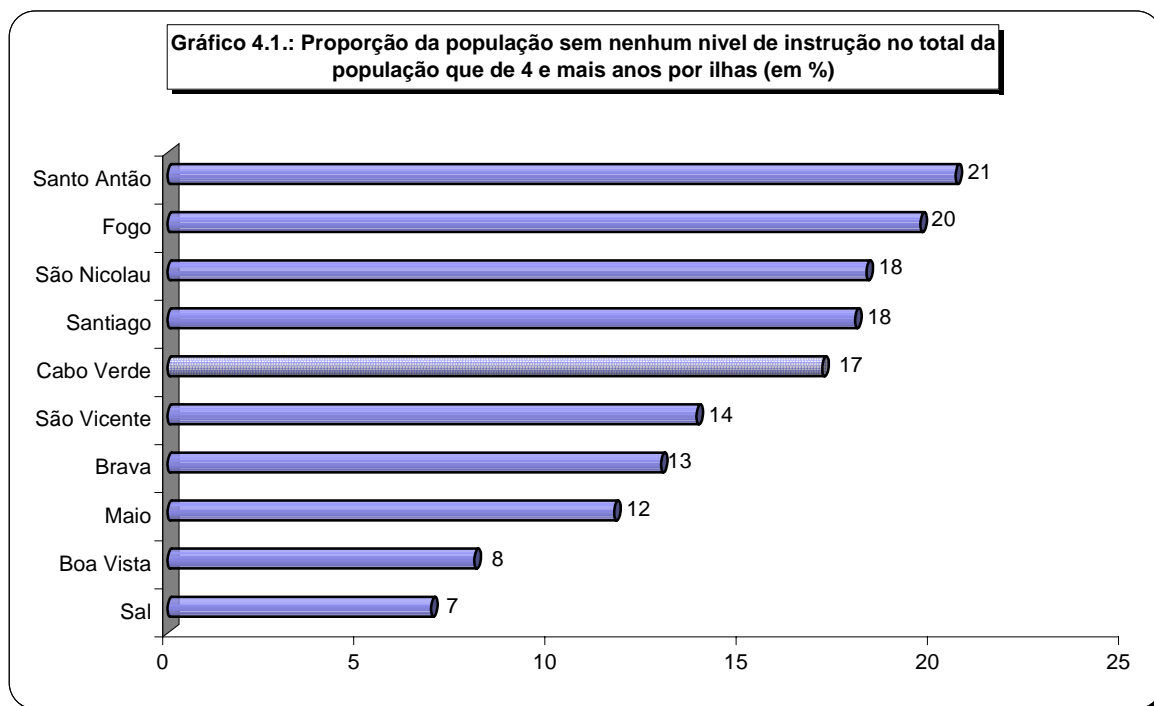
Por sexo, verifica-se que os maiores níveis foram registados nos homens com idade compreendida entre 30 e 54 anos, onde a proporção de pessoas com o curso superior oscila entre 4 à 6%. Nas mulheres, os níveis mais elevados foram atingidos na faixa etária entre 25 e 39 anos com cerca de 2%, o que representa uma redução em relação aos homens em 2 ou 3 vezes. Tal situação demonstra que ainda persiste uma forte disparidade entre homens e mulheres que detêm um nível de instrução superior. Ademais, essa diferença a favor dos homens é expressão das diferenciações que existiam no que toca ao nível de instrução alcançado pelos homens e pelas mulheres no passado recente.

4.1.2. Variação segundo as ilhas

De acordo com o Quadro 4.2, maior proporção de pessoas sem nenhum nível de ensino, foi registada nas ilhas de Santo Antão, Fogo, São Nicolau e Santiago, níveis esses superiores à média nacional (Gráfico 4.1). Nessas ilhas a proporção dessas pessoas sem nenhum nível de ensino, é superior nas mulheres.

A maior parte da população Cabo-verdiana tem o EBI, cerca de 56%. Os níveis mais elevados de pessoas com o EBI foram registados nas ilhas da Brava em cerca de 64%, São Nicolau e Boavista com cerca de 63% cada. Nessas ilhas a participação dos homens é superior a das mulheres.

O Gráfico 4.1. ilustra como varia a proporção da população de 4 anos e mais sem nenhum nível de ensino nas diferentes ilhas.



Os níveis mais elevados de pessoas com o nível secundário foram atingidos nas ilhas de São Vicente, Sal, Boavista e Santiago.

Em relação aos cursos médios e superiores, ainda os níveis são baixos. A maior proporção de pessoas com o nível superior foi registado nas ilhas de São Vicente, Sal e Santiago com um pouco mais de 1% em cada uma.

Quadro 4.2: Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo o Nível de ensino por ilhas e sexo

Ilhas / Sexo	Total	Sem Nível	Pré- Escolar	Alfabe- tização.	EBI	Secun- dário	Curso Médio	Curso Superior
CABO VERDE	100	17,1	4,4	2,7	55,6	18,6	0,5	1,1
Masculino	100	12,3	4,5	2,1	59,8	19,3	0,6	1,4
Feminino	100	21,5	4,3	3,2	51,8	18,0	0,4	0,8
SANTO ANTÃO	100	20,6	3,5	5,3	54,9	15,1	0,2	0,4
Masculino	100	16,1	3,4	5,7	59,3	14,8	0,3	0,5
Feminino	100	25,5	3,7	4,9	50,1	15,5	0,1	0,3
SÃO VICENTE	100	13,8	2,9	1,9	54,8	24,2	0,7	1,7
Masculino	100	9,9	3,0	1,4	59,0	23,8	0,7	2,0
Feminino	100	17,6	2,9	2,4	50,7	24,5	0,6	1,3
SÃO NICOLAU	100	18,3	2,8	4,1	62,8	11,1	0,7	0,3
Masculino	100	14,2	2,6	3,0	67,8	11,2	0,7	0,5
Feminino	100	22,3	3,0	5,1	57,8	11,0	0,7	0,1
SAL	100	6,9	5,0	2,3	59,5	24,2	0,8	1,4
Masculino	100	4,6	4,7	1,1	63,4	23,4	1,0	1,8
Feminino	100	9,5	5,2	3,6	55,2	25,0	0,6	1,0
BOAVISTA	100	8,0	4,7	4,1	62,6	18,8	0,7	1,0
Masculino	100	5,0	4,5	2,8	67,7	18,0	0,6	1,4
Feminino	100	11,5	5,0	5,6	56,8	19,7	0,9	0,5
MAIO	100	11,7	6,1	6,6	59,1	16,0	0,2	0,3
Masculino	100	7,7	6,2	4,8	63,7	16,8	0,3	0,5
Feminino	100	15,1	6,0	8,1	55,0	15,4	0,2	0,1
SANTIAGO	100	18,0	4,9	2,0	54,7	18,7	0,5	1,3
Masculino	100	12,8	5,1	1,3	58,5	20,0	0,6	1,7
Feminino	100	22,5	4,6	2,6	51,4	17,5	0,4	0,9
FOGO	100	19,7	4,7	3,7	56,8	14,5	0,3	0,3
Masculino	100	14,1	4,8	2,9	61,8	15,6	0,4	0,4
Feminino	100	24,8	4,6	4,5	52,3	13,5	0,1	0,1
BRAVA	100	12,9	6,0	3,6	63,5	13,3	0,4	0,3
Masculino	100	10,1	6,0	2,5	64,9	15,5	0,7	0,4
Feminino	100	15,7	5,9	4,7	62,1	11,2	0,2	0,2

4.1.3. Variação segundo grandes Grupos Etários

De acordo com o quadro 4.3, no momento do censo, cerca de 13% da população residente com idade inferior a 15 anos não tinha nenhum nível de instrução, 12% tinha o pré – escolar, 66% tinha o EBI e 9% o secundário.

Em relação ao sexo não se vislumbra diferenças significativas. No tocante ao meio de residência, nota – se que no meio rural concentra maior proporção de pessoas dessa idade sem nenhum nível de instrução 15% contra 11% do meio urbano. Também a maior proporção de pessoas com o EBI foi registada no meio rural 67%, nível esse em 3 pontos percentuais superior ao do meio urbano. Não se verifica diferença significativa em relação ao sexo.

Na faixa etária de 15 a 64 anos que corresponde a idade da população potencialmente activa, 14% dessa população não tem nenhum nível de ensino, 53% tem o EBI, 0,2 tem o pré – escolar, 4,3% alfabetização, 26,3% tem o secundário e 2,7 % tem o curso médio ou superior.

Os níveis de pessoas sem nenhum nível de ensino incide sobretudo nas mulheres o que é natural uma vez que como é sabido o analfabetismo incide sobretudo nas mulheres. Em relação aos outros níveis de ensino, nomeadamente EBI, secundário, médio e superior acontece precisamente o contrário.

Quanto ao meio de residência verifica – se que também nessa faixa etária a maior proporção de pessoas sem nenhum nível de ensino e com o alfabetização foi registada no meio rural, quase o dobro em ambos os níveis.

Quadro 4.3: Estrutura da população residente, segundo o nível de instrução por grandes grupos etários e sexo

Sexo/Grupos etários	Total	Sem Instr	P. Escolar	Alfabet.	EBI	Secund.	C. Médio/Sup.
TOTAL	100	17,1	4,4	2,7	55,6	18,6	1,6
<15 anos	100	12,8	11,8	0,1	65,5	9,8	0,0
15-64 anos	100	14,0	0,2	4,3	52,6	26,3	2,7
65+	100	65,0	0,5	3,4	29,6	1,2	0,4
15+	100	19,6	0,2	4,2	50,1	23,5	2,5
MASCULINO	100	12,3	4,5	2,1	59,8	19,3	2,0
<15 anos	100	13,2	11,6	0,1	65,9	9,2	0,0
15-64 anos	100	8,0	0,1	3,3	57,1	27,9	3,5
65+	100	47,2	0,6	3,5	46,0	1,9	0,7
15+	100	11,8	0,2	3,4	56,0	25,4	3,2
FEMININO	100	21,5	4,3	3,2	51,8	18,0	1,2
<15 anos	100	12,4	11,9	0,1	65,1	10,4	0,0
15-64 anos	100	19,3	0,2	5,1	48,5	24,8	2,0
65+	100	77,8	0,3	3,2	17,8	0,7	0,1
15+	100	26,3	0,3	4,9	44,9	21,9	1,8

Pelos dados do quadro pode-se concluir ainda que, a maior proporção de pessoas sem nenhum nível de instrução encontra – se nas idades mais avançadas o que confirma a tese defendida em que o analfabetismo incide sobretudo nas gerações mais antigas.

Em relação as pessoas com 15 anos e mais são de salientar que, cerca de 50% delas têm o EBI, cerca de 16% abaixo das pessoas com menos de 15 anos.

Nessa idade 20% das pessoas não têm nenhum nível de instrução, 24% têm o secundário e 3% tem o curso médio e superior. Em relação ao sexo nota – se que essas proporções são superiores na camada feminina que não tem nenhum nível de instrução, no pré – escolar e no analfabetismo.

Referente ao meio de residência, não se verifica grandes diferenças em relação ao atrás exposto. No entanto convém acrescentar que os níveis do EBI registados no meio rural são superiores em relação aos do meio urbano em cerca de 2 pontos percentuais.

No que diz respeito a estrutura da população residente de 15 anos e mais nas diferentes ilhas do país, nota – se que ainda existe algumas assimetrias.

Assim os maiores níveis de pessoas sem nenhum nível de instrução foram registados nas ilhas de S. Antão e Fogo com 24% cada e Santiago (21%) Em todas essas ilhas a proporção dessas pessoas é superior nas mulheres.

As menores proporções de pessoas sem nenhum nível de instrução foram encontradas nas ilhas do Sal e Boavista com 7% e 10% respectivamente.

Convém realçar que os níveis mais elevados de pessoas com o EBI foram registados nas ilhas da Boavista, São Nicolau e Brava.

Em relação ao secundário, nota – se que os níveis mais elevados foram registados nas ilhas de S Vicente, Sal e Santiago, isso deve – se ao facto de que foram nessas ilhas que construíram os primeiros Liceus. Isto explica também em parte o porque da existência nessas ilhas de maiores proporções de pessoas com o nível médio e superior. No que toca ao sexo, em todas essas ilhas verifica – se uma supremacia dos homens.

Quadro 4.4: Estruturada população residente, de 15 anos ou mais segundo o nível de instrução por ilhas e sexo

Ilha / Sexo	Total	Sem Instr	P. Escolar	Alfabet.	EBI	Secund.	C. Médio/Sup.
CABO VERDE	100	19,6	0,2	4,2	50,1	23,5	2,5
Masculino	100	11,8	0,2	3,4	56,0	25,4	3,2
Feminino	100	26,3	0,3	4,9	44,9	21,9	1,8
SANTO ANTAO	100	24,4	0,2	8,2	47,6	18,8	0,9
Masculino	100	17,1	0,1	8,6	54,5	18,4	1,2
Feminino	100	32,5	0,2	7,7	39,8	19,3	0,6
SÃO VICENTE	100	14,2	0,1	2,7	50,2	29,4	3,3
Masculino	100	8,6	0,1	2,1	55,7	29,5	4,0
Feminino	100	19,4	0,2	3,4	45,1	29,3	2,7
SÃO NICOLAU	100	17,9	0,1	6,1	61,2	13,2	1,5
Masculino	100	10,8	0,0	4,6	68,7	14,1	1,9
Feminino	100	24,6	0,1	7,5	54,2	12,3	1,2
SAL	100	7,4	0,2	3,2	57,2	28,9	3,1
Masculino	100	4,3	0,1	1,5	62,3	27,9	3,8
Feminino	100	11,0	0,2	5,2	51,3	30,0	2,3
BOA VISTA	100	9,7	0,0	5,6	62,3	20,0	2,3
Masculino	100	5,5	0,1	3,8	68,6	19,5	2,7
Feminino	100	14,8	0,0	7,8	54,9	20,7	1,8
MAIO	100	15,0	0,2	10,4	54,2	19,4	0,8
Masculino	100	8,7	0,1	8,0	61,0	20,8	1,4
Feminino	100	20,0	0,3	12,2	48,8	18,3	0,4
SANTIAGO	100	21,0	0,3	3,2	48,5	24,2	2,9
Masculino	100	12,2	0,2	2,2	54,0	27,5	4,0
Feminino	100	27,9	0,3	4,1	44,2	21,5	2,1
FOGO	100	24,1	0,2	5,9	50,6	18,5	0,9
Masculino	100	14,7	0,1	4,7	57,9	21,1	1,4
Feminino	100	31,9	0,2	6,9	44,4	16,2	0,4
BRAVA	100	16,1	0,5	5,5	60,9	16,0	1,0
Masculino	100	11,6	0,5	3,8	63,9	18,7	1,6
Feminino	100	20,5	0,6	7,1	57,9	13,4	0,5

4.2. Nível de Instrução da População que já frequentou uma escola

Uma análise da distribuição do nível de instrução da população cabo-verdiana constitui por si só um indicador fundamental para avaliar o stock de recursos humanos para desenvolver as actividades nos mais diferentes subsistemas sociais.

4.2.1. Nível Nacional

Por nível de ensino, constata-se que poucas pessoas tiveram acesso ao Pré-escolar em Cabo Verde, cerca de 2%, sendo que a participação das mulheres fora ligeiramente superior a dos homens, (Quadro 4.5).

Essa taxa permite-nos afirmar que a expansão da educação Pré-escolar em Cabo Verde é um fenómeno recente.

A proporção de Cabo-verdianos que a nível nacional já estudaram um determinado nível de ensino é de cerca de 2% no Pré-escolar, 5% na alfabetização, 74% no EBI, 16% no secundário, 1% no ensino médio e 2% no ensino superior. Em relação ao sexo, com excepção do Pré-escolar e alfabetização, a participação dos homens no passado foi superior a das mulheres.

O nível de instrução dos cabo-verdianos concentra-se sobretudo ao nível do ensino básico. Assim, 36% dos cabo-verdianos estudaram até 4º ano, 19% até o 6º ano, o que quer dizer que mais de metade da população tem um nível de instrução muito baixo se considerarmos as exigências da sociedade contemporânea, marcada pela penetração da racionalidade científica como parâmetro ou cosmovisão da vida social.

Por sexo, constata-se que o nível de instrução dos homens é ligeiramente superior ao das mulheres.

Ao nível do ensino secundário, é de se realçar que a grande maioria das pessoas têm o nível de instrução até o 9º ano (ex-3º Ano do Curso Geral dos Liceus, que pelo sistema reformado era o ano terminal do 1º ciclo do ensino secundário). Apenas 2% das pessoas possuem o nível de instrução até o 11º ano (equiparado ao ex. - 2º Ano do Curso Complementar dos Liceus, ano terminal do ensino secundário reformado). Por sexo, nota-se que, o grau de instrução dos homens é ligeiramente superior ao das mulheres em praticamente todos os anos de escolaridade, o que demonstra uma certa desigualdade.

Quanto ao ensino médio, a percentagem da população que estudou esse nível de ensino é pouco expressiva, aproximadamente 1%, sendo a maioria dessa população constituída por homens.

Relativamente ao Ensino Superior, nota-se que a percentagem das pessoas que estudaram este nível de ensino é praticamente o dobro das que estudaram o nível do ensino médio. Assim, os que estudaram o 5º ano do curso superior representam 1,4%, contra 0,3% dos que estudaram o 4º ano e 0,2% para os que estudaram o 3º ano.

Quadro 4.5: Proporção da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo por nível e ano que já estudou

Nível de ensino	Total	Masculino	Feminino
	%	%	%
Total	100	100	100
Pre-escolar - ano 1	0,9	0,8	0,9
Pre-escolar - ano 2	0,7	0,6	0,8
Alfabetização - ano 1	1,7	1	2,5
Alfabetização - ano 2	2,2	1,8	2,8
Alfabetização - ano 3	1,2	1	1,4
EBI - ano 1	3,5	3,2	3,9
EBI - ano 2	5,8	5,6	5,9
EBI - ano 3	7,3	6,5	8,1
EBI - ano 4	35,7	37,3	34,1
EBI - ano 5	3,3	3,3	3,4
EBI - ano 6	18,7	19,1	18,4
Secundário - ano 1	2,3	2,3	2,2
Secundário - ano 2	2,9	2,7	3
Secundário - ano 3	6,5	6,6	6,3
Secundário - ano 4	0,9	1	0,9
Secundário - ano 5	2,1	2,4	1,8
Secundário - ano 6	1,5	1,5	1,4
Curso médio - ano 1	0	0,1	0
Curso médio - ano 2	0,1	0,1	0,1
Curso médio - ano 3	0,7	0,8	0,6
Superior - ano 1	0	0	0
Superior - ano 2	0	0	0
Superior - ano 3	0,2	0,2	0,2
Superior - ano 4	0,3	0,3	0,2
Superior - ano 5 +	1,4	1,8	1,1

Por sexo, nota-se que existem mais homens que estudaram o nível superior. Todavia é pouco acentuada a diferença entre homens e mulheres que estudaram o 3º ano do curso superior.

4.2.2. Variação segundo as ilhas

Uma apreciação do nível de ensino de pessoas que já estudaram constitui um importante indicador para avaliar o potencial de recursos humanos existentes em cada ilha (Quadro 4.6).

Educação Pré-escolar.

Os níveis mais elevados de pessoas que já estudaram o pré-escolar registam-se nas ilhas de Sotavento, nomeadamente nas ilhas de Santiago com 2,1%, Brava 1,9%, Fogo e Maio com 1,7%. Os níveis mais baixos registam-se nas ilhas de São Vicente com 0,7%, S. Antão e São Nicolau, com 0,9%, Sal com 1,3% e Boa Vista com 1%.

Por sexo, a participação das mulheres é superior ao dos homens na maior parte das ilhas, salvo nas ilhas do Maio e Boavista.

Quadro 4.6: Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo o Nível de ensino que já tinha estudado um nível de ensino por lhas e sexo

Ilhas / Sexo	Total	Pré-Escolar	Alfabetização.	EBI	Secundário	Curso Médio	Curso Superior
CABO VERDE	100	1,6	5,2	74,2	16,2	0,9	2,1
Masculino	100	1,4	3,8	74,7	16,6	1,0	2,5
Feminino	100	1,7	6,7	73,6	15,7	0,7	1,6
SANTO ANTÃO	100	0,9	11,4	74,4	12,0	0,5	0,8
Masculino	100	0,8	10,8	75,6	11,3	0,6	1,0
Feminino	100	1,2	12,2	72,8	12,8	0,3	0,6
SÃO VICENTE	100	0,7	3,3	71,8	20,6	1,0	2,7
Masculino	100	0,6	2,3	72,8	20,2	1,1	3,1
Feminino	100	0,8	4,4	70,6	21,0	0,9	2,2
SÃO NICOLAU	100	0,9	6,9	82,0	8,4	1,2	0,6
Masculino	100	0,7	4,5	83,9	8,8	1,2	0,9
Feminino	100	1,1	9,6	79,7	8,0	1,3	0,3
SAL	100	1,3	3,3	68,7	23,4	1,1	2,3
Masculino	100	1,1	1,4	70,2	23,3	1,3	2,6
Feminino	100	1,6	5,8	66,7	23,4	0,8	1,8
BOA VISTA	100	1,0	5,9	77,2	13,4	1,0	1,4
Masculino	100	1,3	3,9	80,4	11,7	0,8	1,9
Feminino	100	0,6	8,5	72,9	15,7	1,4	0,9
MAIO	100	1,6	11,6	72,9	12,9	0,4	0,6
Masculino	100	1,7	7,4	76,3	13,0	0,6	0,9
Feminino	100	1,6	15,4	69,8	12,8	0,2	0,3
SANTIAGO	100	2,1	4,0	74,1	16,3	0,9	2,6
Masculino	100	2,0	2,4	73,9	17,3	1,1	3,3
Feminino	100	2,2	5,5	74,3	15,4	0,7	1,9
FOGO	100	1,6	7,3	77,0	13,0	0,6	0,6
Masculino	100	1,4	5,1	78,1	13,6	0,8	0,9
Feminino	100	1,8	9,6	75,8	12,2	0,3	0,3
BRAVA	100	1,8	6,5	80,9	9,5	0,8	0,5
Masculino	100	1,8	4,5	81,0	10,9	1,2	0,6
Feminino	100	1,8	8,7	80,8	8,0	0,3	0,4

Alfabetização

A participação nas acções de formação nas diferentes actividades de educação de adultos tendo em vista a erradicação do analfabetismo constitui desde os primórdios da independência uma das principais bandeiras para elevação do nível de instrução dos cabo-verdianos, condição necessária, como se dizia na época, para construir um país de progresso.

Nas ilhas do Maio, com 12%, S. Antão com 11%, Fogo, São Nicolau e Brava com 7% e Boa Vista com 6% registam-se as taxas mais elevadas de pessoas que já estudaram algum nível organizado no âmbito das acções de alfabetização. Em contrapartida, as ilhas de São Vicente e Sal com 3% cada, e Santiago com 4% apresentam as taxas menos expressivas.

Por sexo, denota-se uma maior participação de mulheres nos diferentes cursos de alfabetização que os homens. A relação é praticamente de 2 mulheres para cada homem. É evidente que a participação mais expressiva das mulheres justifica-se em parte devido ao facto de que o analfabetismo incide por questões de ordem históricas mais sobre as mulheres que sobre os homens.

Ensino Básico Integrado

Pode-se dizer que praticamente três quartos da população de Cabo Verde possuem um nível de instrução correspondente ao Ensino Básico. As ilhas de São Nicolau com 82%, Brava com 81%, Fogo e Boavista com 77%, Santo Antão e Santiago com 74%, registam as taxas mais elevadas da população com um nível de instrução correspondente ao ensino básico. As ilhas do Sal com 69%, São Vicente com 72% e Maio com 73% apresentam taxas menos elevadas.

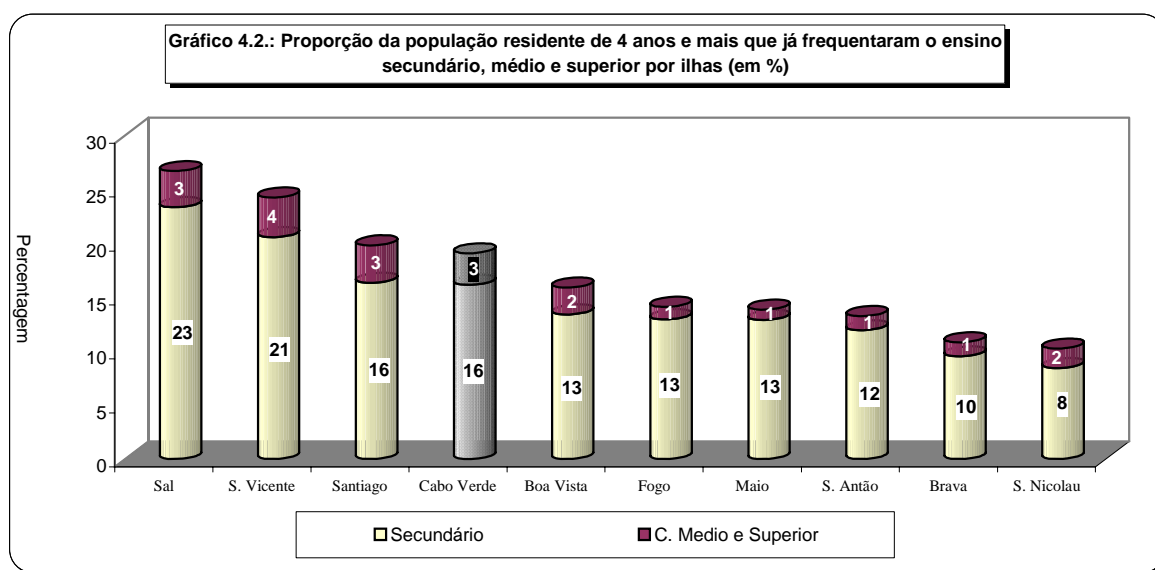
Por sexo, repara-se que existem mais homens que mulheres que já estudaram o ensino básico na grande maioria das ilhas do país, excepto na ilha de Santiago, com uma ligeira vantagem para as mulheres.

Ensino Secundário.

A nível do ensino secundário, nota-se que existem diferenças substanciais entre os níveis alcançados pelas diferentes ilhas. As ilhas do Sal com 23%, São Vicente com 21% e Santiago com 16% apresentam níveis mais elevados de instrução no ensino secundário do país. Em contraposição as ilhas de São Nicolau com 8%, Brava com 10%, Santo Antão com 12%, Boavista, Maio e Fogo com 13% apresentam níveis menos expressivos.

Por sexo, nota-se que, em média, existem mais homens que mulheres com o nível instrução correspondente ao secundário. Nas ilhas de Sotavento, o nível de instrução dos homens é maior que o das mulheres. Nas ilhas de Barlavento, a situação inverte com excepção da ilha de São Nicolau.

O gráfico a seguir ilustra a proporção da população de 4 anos e mais que já frequentou o ensino secundário, médio e superior por ilhas.



Ensino Médio

Os dados do censo 2000 mostram que ainda em Cabo Verde existe um número pouco expressivo de pessoas que estudaram o ensino médio. Isso revela que a aposta do país em termos de qualificação dos técnicos intermediários é ainda incipiente. Apenas 0,9% dos cabo-verdianos estudaram esse nível de ensino, sendo que a maioria foram homens.

As ilhas de São Nicolau, Sal, São Vicente e Santiago apresentam melhores desempenhos, com níveis praticamente superiores à média nacional. Nas ilhas do Maio, S. Antão e Fogo foram registados os piores

níveis do país. Tal situação demonstra realmente o desigual stock em termos de recursos humanos para potencializar o desenvolvimento nas diferentes ilhas do país.

Por sexo, nota-se que apenas nas ilhas de São Nicolau e Boavista as mulheres que já estudaram esse nível de ensino apresentam melhores resultados que os homens. Nas demais ilhas, constata-se que a situação é mais favorável aos homens.

Ensino Superior

As ilhas de São Vicente, Santiago e Sal, com 2,7%, 2,6% e 2,3% respectivamente são as ilhas que concentram o maior número de pessoas que estudaram o ensino superior em Cabo Verde. As demais ilhas apresentam níveis muito inferiores à média nacional. Assim, as ilhas de Brava, Fogo, Maio e São Nicolau apresentam níveis quatro vezes inferiores aos das ilhas de São Vicente e Santiago, o que reforça a ideia de que, a medida que se eleva o grau de ensino maiores são as assimetrias entre as ilhas

Nesta perspectiva, é de se registar que, a ilha de S. Antão, a terceira maior ilha em termos populacionais, tem 3 vezes menos técnicos que já tenha estudado o ensino superior que Santiago ou São Vicente. Tal situação compromete de facto uma política de desenvolvimento regional devido a escassez de recursos humanos qualificados.

Por sexo, consta-se que em todas as ilhas a percentagem de homens que estudaram o nível de ensino superior é maior à das mulheres.

4.2.3. Variação segundo grandes Grupos Etários

Os dados do quadro 4.7 revelam que, cerca de 26% da população com menos de 15 anos no momento do censo já tinham frequentado o pré – escolar, 71% o EBI e cerca de 3% o secundário.

Em relação ao sexo verifica-se que, os níveis entre os homens e mulheres são semelhantes, podendo dizer o mesmo em relação ao meio de residência.

A proporção de pessoas com idade compreendida entre 15 – 64 anos e que já frequentaram um estabelecimento de ensino é de cerca 0,2% no pré – escolar 5,2 % na alfabetização, 74% no EBI, 18% no secundário e 3,2 % curso médio e superior. Se tivermos em conta que nessa idade que concentra o grosso da população activa (que é o motor de desenvolvimento de qualquer país), então facilmente se conclui que esses níveis são baixos e concentram – se sobretudo no EBI, isto tanto no meio urbano como no meio rural.

Quadro 4.7 : Estruturada população residente, segundo o nível de instrução que já frequentou por grandes grupos etários e sexo

Sexo/Grupos etários	Total	P. Escolar	Alfabet.	EBI	Secund.	C. Médio/Sup.
TOTAL	100	1,6	5,2	74,2	16,2	2,9
<15 anos	100	25,9	0,3	71,4	2,5	0,0
15-64 anos	100	0,2	5,2	73,7	17,7	3,2
65+	100	1,3	9,6	84,7	3,4	1,1
15+	100	0,3	5,4	74,3	16,9	3,1
MASCULINO	100	1,4	3,8	74,7	16,6	3,5
<15 anos	100	25,3	0,3	71,6	2,9	0,0
15-64 anos	100	0,1	3,8	73,9	18,3	3,9
65+	100	1,2	6,7	87,2	3,6	1,4
15+	100	0,2	4,0	74,9	17,3	3,7
FEMININO	100	1,7	6,7	73,6	15,7	2,3
<15 anos	100	26,4	0,3	71,2	2,1	0,0
15-64 anos	100	0,4	6,7	73,4	17,1	2,5
65+	100	1,6	14,6	80,3	3,0	0,6
15+	100	0,4	7,0	73,7	16,5	2,4

No que diz respeito as ilhas verifica – se que a maior proporção de pessoas de 15 anos e mais com o EBI, foi registada nas ilhas de São Nicolau, Brava, e Boavista com (82%, 81% e 78%) respectivamente. Por outro lado os níveis mais baixos de pessoas com o EBI, foram registados nas ilhas do Sal, S Vicente e Maio, (Ver Quadro 4.8 em anexo).

4.2.4. Variação segundo o meio de residência

Respeitante ao meio de residência, nota-se que cerca de 58 cabo-verdianos em cada 100 no meio urbano já estudaram um determinado nível de ensino, contra 42 em cada 100 do meio rural.

No meio urbano, a percentagem de pessoas que têm o nível de instrução até o 4º ano do EBI é de 33%, sendo de 34 em cada 100 para homens e de 31 em cada 100 para mulheres. No meio rural essa proporção é ainda superior (40%), cerca de duas vezes dos que têm até o 6ºano no meio urbano, (Ver Quadros 4.9. e 4.10 em anexo).

Essa variação reforça a ideia de que existe ainda em Cabo Verde assimetrias entre o mundo urbano e o rural. As chances de uma pessoa do meio rural apropriar das oportunidades do mercado de trabalho são muito mais reduzidas que uma pessoa do meio urbano.

Relativamente ao ensino médio, a percentagem da população que estudou esse nível de ensino é pouco expressiva (1%) e concentra-se sobretudo no meio urbano, mais precisamente no 3º ano.

Em relação ao ensino superior, maior proporção de pessoas com esse nível foi registada no meio urbano, concretamente no último ano.

4.3. Nível de Instrução da População que frequenta actualmente uma escola

Este ponto reveste de grande importância na mediada em que dá-nos um panorama geral do nível de instrução da população residente de 4 anos e mais, que no momento do censo frequentava um determinado nível de ensino, a nível nacional, nas diferentes ilhas e segundo o meio de residência.

4.3.1. Nível Nacional e variação segundo as ilhas

Os dados do censo de 2000, apontam para o facto de que, quase um terço da população residente em Cabo Verde estudava algum nível de ensino no momento do censo.

Em relação ao Quadro 4.11, é de salientar que, os efectivos dizem respeito as pessoas que declararam que efectivamente frequentavam os diferentes anos de estudo, portanto estão excluídos os não respostas (nr).

Pode-se verificar ainda no quadro que os cursos da alfabetização são frequentados por cerca de 1% da população, sendo 0,2% na 1ª fase, 0,3% na 2ª fase e 0,5% na 3ª fase. Na 3ª fase estudam mais pessoas que a 1ª e 2ª fases juntas. Trata-se de um indicador que demonstra que as pessoas procuram elevar o seu nível de instrução e que a questão que se põe à DGAEA reside essencialmente em como dar respostas a crescente procura social das pessoas que por razões diversas vêm nos estudos um factor para aproveitar as oportunidades no mercado de trabalho e reconhecimento social (Quadro 4.10).

Quadro 4.11: Proporção da população residente de 4 anos e mais o sexo segundo por nível e ano que frequenta, (em %)

Nível de ensino	Total	Masculino	Feminino
	%	%	%
Cabo Verde	100	100	100
Pré-escolar - ano 1	4,5	4,5	4,5
Pré-escolar - ano 2	5	4,9	5
Alfabetização - ano 1	0,2	0,1	0,3
Alfabetização - ano 2	0,3	0,2	0,4
Alfabetização - ano 3	0,5	0,4	0,6
EBI - ano 1	8,1	8,3	7,9
EBI - ano 2	11,5	12,1	10,9
EBI - ano 3	9,4	9,6	9,2
EBI - ano 4	11,6	12	11,3
EBI - ano 5	8,4	8,5	8,3
EBI - ano 6	10	9,8	10,1
Secundário - ano 1	6,1	6,1	6,1
Secundário - ano 2	6,6	6,3	6,9
Secundário - ano 3	6,3	5,9	6,6
Secundário - ano 4	4,4	4,2	4,6
Secundário - ano 5	3,6	3,4	3,7
Secundário - ano 6	3	2,9	3
Curso médio - ano 1	0,1	0,1	0,1
Curso médio - ano 2	0,1	0	0,1
Curso médio - ano 3	0,1	0,1	0,1
Superior - ano 1	0,1	0,1	0,1
Superior - ano 2	0,1	0,1	0,1
Superior - ano 3	0,1	0,1	0,1
Superior - ano 4	0	0	0
Superior - ano 5 +	0,1	0,2	0,1

Por sexo, constata-se que a participação das mulheres na 1ª fase é cerca de 3 vezes superior ao dos homens, na 2ª fase é duas vezes superior enquanto que na 3ª fase é uma vez e meio.

O Ensino Básico é o nível de ensino que concentra maior percentagem de pessoas que estudam. As maiores concentrações da população estudantil ocorrem nos 2º, 4º e 6º anos, com 11,5%, 11,6% e 10% respectivamente. Essa concentração explica-se em parte devido ao regime de avaliação e classificação vigente no ensino básico, em que as retenções ocorrem nos finais de cada fase ensino. Os alunos dos primeiros anos de fase (1º, 3º e 5º anos) transitam automaticamente para o ano seguinte, uma das razões que justifica deterem menores percentagens de alunos, (Quadro 4.11). Devido essa passagem automática, nem todos eles atingem os objectivos traçados o que contribui em parte para o aumento da retenção nos segundos anos de fase (2º, 4º e 6º)

Por sexo, verifica-se que no 1º, 3º, 5º e 6º anos, a percentagem das meninas que estudam é praticamente igual à dos meninos. Todavia, no 2º e 4º anos existem mais meninos que meninas a estudar.

Ao nível do Ensino Secundário, verifica-se que os três primeiros anos de escolaridade (7º, 8º e 9º) concentram-se os maiores números de efectivos. Nos demais anos (10º, 11º e 12º) nota-se uma clara tendência para a redução dos efectivos. Assim, a percentagem dos efectivos do 12º é praticamente a metade da dos efectivos do 7º e 8º anos. Em outros termos, isto quer dizer que o acesso aos anos terminais do ensino secundário continua ainda a ser extremamente selectivo. Por outro lado, cabe ressaltar que a continuação dos estudos no ensino

secundário é condicionado pelo número de reprovações, o que implica que muitos alunos são obrigados a abandonar o sistema de ensino.

Por sexo, nota-se que existem mais raparigas a estudar no ensino secundário que rapazes, em todos os 6 anos de escolaridade.

Uma análise a nível das ilhas, (Quadro 4.12), permite-nos concluir que as taxas mais elevadas de pessoas que estudam a alfabetização registam-se nas ilhas do Maio com 3%, Boavista, São Nicolau e Fogo com 2% e S. Antão com 1%. As taxas mais baixas ocorrem, nas ilhas de Santiago, São Vicente, Brava e Sal.

Quadro 4.12: Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo o Nível de ensino que frequentava no momento do censo por lhas e sexo

Ilhas / Sexo	Total	Pré-Escolar	Alfabetização.	EBI	Secundário	Curso Médio	Curso Superior
CABO VERDE	100	9,5	1,0	58,9	29,9	0,3	0,4
Masculino	100	9,5	0,7	60,2	28,8	0,3	0,5
Feminino	100	9,5	1,3	57,6	31,0	0,3	0,3
SANTO ANTÃO	100	8,3	1,4	63,1	27,1	0,1	0,1
Masculino	100	8,2	1,4	64,1	26,2	0,1	0,0
Feminino	100	8,4	1,3	62,2	28,0	0,0	0,1
SÃO VICENTE	100	7,0	0,8	52,5	38,4	0,5	0,9
Masculino	100	7,3	0,6	54,8	35,9	0,5	1,0
Feminino	100	6,7	1,0	50,3	40,8	0,5	0,8
SÃO NICOLAU	100	7,5	1,8	68,1	22,3	0,3	0,0
Masculino	100	6,9	1,7	70,4	20,7	0,3	0,0
Feminino	100	8,1	1,9	65,8	23,9	0,3	0,0
SAL	100	12,7	0,8	55,2	30,8	0,4	0,1
Masculino	100	13,5	0,4	58,3	27,3	0,3	0,1
Feminino	100	12,0	1,2	52,3	34,0	0,4	0,0
BOAVISTA	100	12,1	1,9	51,7	33,6	0,3	0,3
Masculino	100	10,9	1,0	52,9	34,3	0,3	0,7
Feminino	100	13,4	2,9	50,6	32,8	0,3	0,0
MAIO	100	13,2	2,5	59,5	24,6	0,1	0,1
Masculino	100	12,4	2,7	60,6	24,2	0,0	0,2
Feminino	100	14,1	2,3	58,5	24,9	0,2	0,0
SANTIAGO	100	9,9	0,8	58,9	29,6	0,3	0,5
Masculino	100	9,9	0,5	59,9	28,8	0,3	0,6
Feminino	100	9,9	1,2	57,8	30,4	0,3	0,4
FOGO	100	10,8	1,5	63,6	24,0	0,1	0,0
Masculino	100	10,5	1,3	64,7	23,4	0,1	0,0
Feminino	100	11,1	1,8	62,5	24,6	0,0	0,0
BRAVA	100	14,2	0,8	61,2	23,8	0,0	0,0
Masculino	100	14,0	0,2	58,6	27,1	0,0	0,1
Feminino	100	14,4	1,3	63,7	20,6	0,0	0,0

Por sexo, verifica-se também que a participação das mulheres é superior ao dos homens, excepto nas ilhas do Maio e Santo Antão. Ao nível da educação de adultos a participação das mulheres é mais elevada uma vez que o analfabetismo em Cabo Verde historicamente incidiu mais sobre as mulheres que sobre os homens.

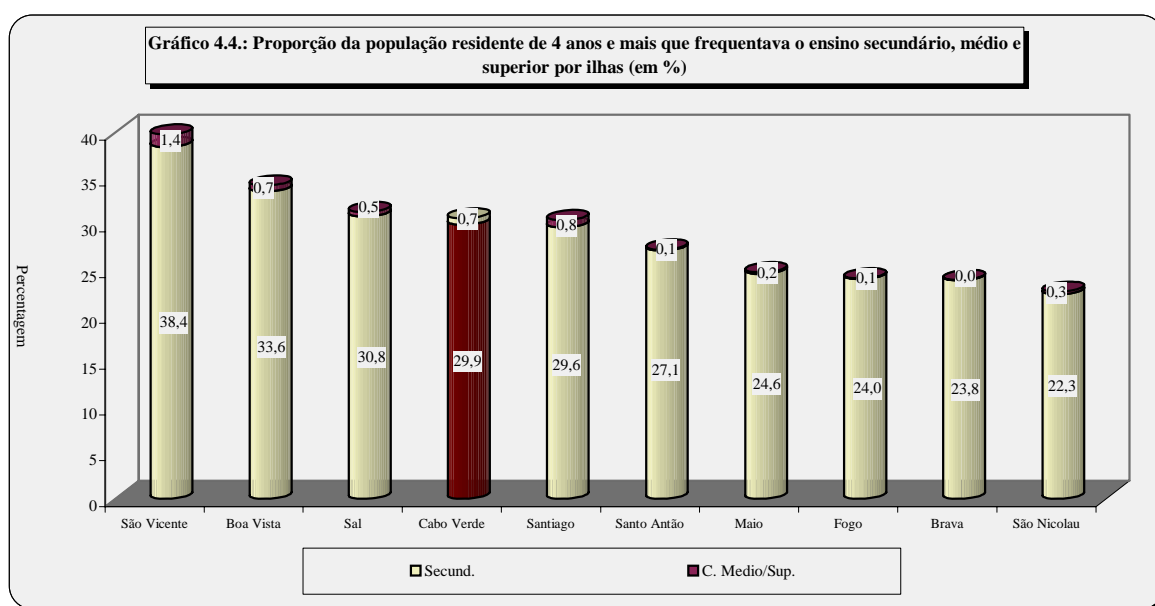
As ilhas de São Vicente com 7%, São Nicolau e S. Antão com 8%, apresentam taxas inferiores à média nacional, que é de 10%.

Por sexo, verifica-se que na maioria das ilhas existe maior percentagem de meninas a estudar o Pré-escolar que meninos. É o caso das ilhas de São Nicolau, S. Antão, Boavista e Maio, já nas ilhas de Santiago e Brava a taxa é praticamente similar.

As ilhas de São Nicolau com 68%, Fogo com 64%, Santo Antão com 63%, Brava com 61% e Maio com 60%, são as ilhas que apresentam os melhores níveis de pessoas que estão a estudar o ensino básico. Por outro lado, as ilhas da Boavista, com 52%, São Vicente com 53% e Sal com 55% apresentam proporções mais baixas. Na ilha de Santiago a percentagem de pessoas que estão a estudar o ensino básico é igual à média nacional, 59%, (Quadro 4.6).

Por sexo, nota-se que em todas as ilhas existem mais meninos que meninas a estudar no ensino básico. Em média, a diferença a favor dos meninos oscila entre os 3% e 4%.

Ao nível do ensino secundário constata-se que apenas quatro das nove ilhas apresentam taxas de participação igual ou superior à média nacional. As Ilhas de São Vicente com 38%, Boavista com 34%, Sal com 31%, Santiago 30% são as que detêm as melhores taxas. Em contrapartida, as ilhas de São Nicolau, com 22%, Fogo e Brava com 24% e Maio com 25% e S. Antão com 27% registam níveis menos expressivos de participação no ensino secundário.



Em relação ao sexo, nota-se o contrário do que ocorre no ensino básico, no ensino secundário existem mais raparigas a estudar que rapazes na maioria das ilhas. Apenas nas ilhas da Brava e Boavista verifica-se uma situação inversa das demais ilhas do país.

No que concerne ao ensino médio, apenas 0,3% das pessoas estão a estudar o ensino médio, sendo que a percentagem das pessoas que estudam em cada um dos três anos é de 0,1%, isto deve-se ao facto de Cabo Verde não possuir infra-estruturas suficientes para albergar os jovens e por isso muitos vão ao exterior.

Por sexo, é de realçar que a percentagem de homens e mulheres que estudam nesse nível de ensino é praticamente similar, embora em termos numéricos nota-se uma ligeira vantagem para os homens.

Em relação as ilhas, apenas São Vicente e Sal, apresentam níveis superiores a média nacional. Não se vislumbra diferenças significativas entre homens e mulheres que estudam nesse nível de ensino, no entanto em termos absolutos verifica-se uma nítida vantagem a favor dos homens.

No que diz respeito, ao ensino superior, é de se realçar que existe um número pouco expressivo de pessoas a estudar nesse nível de ensino, 0,4%. Nota-se uma distribuição quase equitativa dos jovens nos diferentes anos de estudo, embora com uma maior incidência para o último ano. Por sexo, nota-se uma distribuição quase equitativa entre os homens e as mulheres.

Como é de se presumir, nas ilhas de São Vicente e Santiago registam as maiores taxas de participação no ensino superior, 0,9% e 0,5%, respectivamente. Nessas duas ilhas existem mais pessoas a estudar o ensino superior que em todas as demais sete ilhas. Na ilha de São Vicente, a percentagem de pessoas que estudam nesse nível de ensino é de 0,6 pontos percentuais superior à média nacional, o que demonstra a vantagem histórica que a cidade do Mindelo teve na formação de quadros cabo-verdianos.

Na maioria das outras ilhas, a proporção de pessoas que estavam a frequentar um estabelecimento de ensino de nível superior é insignificante, o que tem a ver com a falta de infra-estrutura nessas ilhas. Tal facto demonstra que existem fortes assimetrias regionais em termos de acesso ao ensino superior. Tal situação compromete seriamente o desenvolvimento das ilhas que estão na periferia dos grandes centros, Santiago e São Vicente. No que concerne ao sexo é de assinalar que em quase todas as ilhas existem mais homens a estudar o ensino superior do que mulheres.

4.3.2. Variação segundo o meio de residência

Os Quadros 4.13 e 4.14 em anexo, mostram que maior parte da população de 4 e mais anos no momento do censo estudavam no meio urbano (55%), nível esse superior em cerca de 10 pontos percentuais sobre o meio rural. Globalmente maior parte da população que estuda no meio urbano é do sexo feminino ao contrário do verificado no meio rural.

Em relação aos diferentes anos de estudo, no meio urbano, mantém praticamente a tendência nacional, já no meio rural a situação é um pouco diferente.

No que se refere ao sexo, no Pré-escolar a participação dos meninos é praticamente igual a das meninas seja ela no meio urbano ou no meio rural.

Um facto de realce é que no EBI, existem mais crianças a estudar no meio rural que no meio urbano, sendo que a diferença é mais acentuada no 2º e 4º anos de escolaridade com taxas superiores em cerca de 3% em cada um desses anos de estudo.

Em relação ao ensino secundário, constata-se que enquanto no meio urbano existem mais raparigas a estudar que rapazes, em todos os 6 anos de escolaridade, no meio rural, a situação quase que se inverte.

Nota-se que quase todas as instituições de formação do nível do ensino médio localizam-se nos centros urbanos, especialmente nas cidades da Praia e do Mindelo, e isto explica o porque dos melhores níveis de ensino médio e superior concentrarem no meio urbano.

4.3.3. Variação segundo a idade

A análise do nível actual de instrução, por grupos etários, demonstra a forma como os diferentes grupos etários encontram-se distribuídos pelos diferentes níveis de ensino. Trata-se de um mecanismo que permite estabelecer a coerência entre a idade das pessoas e o nível de instrução.

Assim, na faixa etária dos 4-5 anos, 97% das crianças no momento do censo estudavam o Pré-escolar, enquanto 3% no EBI. Isto quer dizer que existe um número significativo de crianças com 5 anos que estudam no ensino básico. Trata-se de uma situação que reflecte o incumprimento do dispositivo legal e as orientações do Ministério da Educação.

Por sexo, constata-se que a percentagem dos meninos que estudam o Pré-escolar é ligeiramente superior à das meninas. Todavia, a situação se inverte em relação aos que estudam no ensino básico

Na faixa etária dos 6-9 anos, verifica-se que 93% das crianças estudam no ensino básico e 7% no Pré-escolar. É de se registar que a percentagem dos meninos e das meninas que estudam nos subsistemas do ensino Pré-escolar e ensino básico são similares.

Quadro 4.15: Nível de ensino da população residente de 4 anos e mais que estudam no momento do censo por sexo e grupo etários

	Pré-Escolar	Alfabetização.	EBI	Secundário	Curso Médio	Curso Superior	Total
Total	9,5	1,0	58,9	29,9	0,3	0,4	100
4 a 5	96,8	0,0	3,2	0,0	0,0	0,0	100
6 a 9	6,6	0,0	93,4	0,0	0,0	0,0	100
10 a 14	0,0	0,1	77,1	22,8	0,0	0,0	100
15 - 19	0,0	0,9	4,9	94,0	0,2	0,1	100
20 - 24	0,0	5,4	0,0	86,8	3,5	4,3	100
25 - 29	0,0	14,8	0,0	70,0	5,3	9,8	100
30 - 34	0,0	21,3	0,1	62,4	5,3	10,9	100
35 - 39	0,0	22,4	0,1	61,3	4,8	11,4	100
40 - 44	0,0	41,4	0,2	41,4	3,5	13,5	100
45 - 49	1,1	49,2	0,6	28,2	4,0	16,9	100
50 - 54	0,0	55,4	0,0	27,7	4,6	12,3	100
55 - 59	1,9	70,4	0,0	22,2	0,0	5,6	100
60 - 64							
65 anos e mais							
MASCULINO							
Total	9,5	0,7	60,2	28,8	0,3	0,5	100
4 a 5	97,2	0,0	2,8	0,0	0,0	0,0	100
6 a 9	6,4	0,0	93,6	0,0	0,0	0,0	100
10 a 14	0,0	0,1	78,5	21,4	0,0	0,0	100
15 - 19	0,0	0,8	5,7	93,3	0,2	0,1	100
20 - 24	0,0	5,3	0,0	86,6	3,2	4,9	100
25 - 29	0,0	13,8	0,0	67,4	6,1	12,7	100
30 - 34	0,0	15,2	0,0	64,3	6,1	14,5	100
35 - 39	0,0	16,2	0,0	63,2	6,1	14,5	100
40 - 44	0,0	26,2	0,5	44,3	6,0	23,0	100
45 - 49	0,0	18,0	0,0	37,7	9,8	34,4	100
50 - 54	0,0	36,4	0,0	36,4	9,1	18,2	100
55 - 59	0,0	30,8	0,0	53,8	0,0	15,4	100
60 - 64							
65 anos e mais							
FEMININO							
Total	9,5	1,3	57,6	31,0	0,3	0,3	100
4 a 5	96,5	0,0	3,5	0,0	0,0	0,0	100
6 a 9	6,8	0,0	93,2	0,0	0,0	0,0	100
10 a 14	0,0	0,2	75,7	24,1	0,0	0,0	100
15 - 19	0,0	1,0	4,0	94,7	0,2	0,1	100
20 - 24	0,0	5,5	0,0	86,9	3,8	3,8	100
25 - 29	0,0	15,7	0,0	72,1	4,8	7,5	100
30 - 34	0,0	26,4	0,2	60,8	4,7	8,0	100
35 - 39	0,0	28,3	0,3	59,4	3,6	8,4	100
40 - 44	0,0	52,9	0,0	39,2	1,7	6,3	100
45 - 49	1,7	65,5	0,9	23,3	0,9	7,8	100
50 - 54	0,0	65,1	0,0	23,3	2,3	9,3	100
55 - 59	2,4	82,9	0,0	12,2	0,0	2,4	100
60 - 64							
65 anos e mais							

A maior parte das crianças (77%) com idade compreendida entre 10 e 14 anos também estudam no ensino básico. No ensino secundário essa proporção de crianças com essa idade é de 23% e na alfabetização é de 0,1%.

Por sexo, nota-se que no ensino básico existe mais meninos que meninas a estudar, já no ensino secundário a situação é mais favorável as meninas.

No grupo etário de 15-19 anos, verifica-se que 94% das pessoas estudam no ensino secundário, 5% no ensino básico, 0,9% na alfabetização e 0,1% no ensino superior. Por sexo, constata-se que, ao nível do ensino secundário, a percentagem de mulheres que estão a estudar é ligeiramente superior à dos homens. Todavia, convém frisar que a existência de 5% de crianças nessa faixa etária a estudar no ensino básico revela que existe uma parcela ainda significativa de reprovações ou de ingressos tardios na escola.

Para o grupo etário dos 20-24 anos, é de se realçar que 87% estudava no ensino secundário, 5% na alfabetização, 4% nos ensinos médio e superior. Por sexo, verifica-se nos diferentes níveis de ensino que a participação de homens e mulheres não é muito diferente, embora haja uma ligeira vantagem dos homens.

Nos demais grupos quinquenais, nota-se que a maior proporção de pessoas que estudam na alfabetização ocorre nas faixas etárias de 45 à 60 anos, atingindo níveis que variam entre 50% a 70%. Por sexo, é de se realçar que, a participação das mulheres é superior a dos homens, obtendo níveis em alguns casos três vezes maior. Tal facto demonstra que existe uma grande afluência de mulheres aos centros concelhios de educação de adultos num esforço para elevarem o seu nível de instrução e de formação, aprendizagem profissional.

Ao nível do ensino secundário, repara-se que na faixa etária de 25 aos 29 anos existe um contingente apreciável de pessoas que estão a estudar esse nível.

Nos ensinos médio e superior também verifica-se níveis elevados, o que traduz na procura social para a elevação do nível de instrução como estratégia para melhorar o nível profissional e académico dos cabo-verdianos. Por sexo, constata-se que a presença dos homens é de longe superior que a das mulheres.

CAPÍTULO 5 – ANALFABETISMO

Os níveis de alfabetização de uma população constituem, por uma parte, um reflexo do nível alcançado pelo sistema educativo e seu avanço e por outra parte, um indício do potencial humano que pode dedicar-se ao desenvolvimento económico, social e cultural do país.

Este capítulo tem por objectivo estudar o analfabetismo na sua forma global e por diferentes grupos etários, mostrando concretamente quais são as idades a serem priorizadas no sentido de reduzir ainda mais esses níveis. Considera-se analfabeta uma pessoa que não é capaz de ler e escrever, compreendendo uma simples exposição de coisas relativas a sua vida quotidiana.

A UNESCO considera que um país alcança a alfabetização universal ou quase universal quando mais de 90% da sua população adulta está alfabetizada. De acordo com os dados do Censo 2000, a taxa de alfabetismo é de 75%. Isto demonstra que ainda algum esforço deverá ser feito para atingir os níveis desejados.

Segundo a UNESCO a taxa analfabetismo de adultos designa, especificamente, a proporção da população de 15 anos e mais que não sabe ler e escrever.

Convém acrescentar que este ponto será analisado com base nos dados das pessoas que efectivamente responderam as perguntas, ou seja está excluída da análise os não respostas.

5.1. Estudo global

5.1.1. Nível Nacional por sexo e variação regional

De acordo com os dados do censo 2000, expressos no Quadro 5.1, em Cabo Verde, 62696 pessoas não sabem ler nem escrever o que corresponde a 25%, ou seja ainda um em cada quatro Caboverdianos é analfabeto.

A fim de melhor compreender este nível de analfabetismo, que é relativamente baixo em relação aos observados em muitos países da nossa sub-região onde a escolarização é muito mais antiga, é conveniente apoiar no quadro contextual da alfabetização em Cabo Verde.

Um país com poucos recursos naturais como Cabo Verde, a valorização do capital humano constitui um imperativo. Daí que a alfabetização, desde os primeiros anos da independência foi sempre um termo emblemático para os caboverdianos. Quem não se recorda do jargão, **“Estudar e Aprender Sempre”** simbolizado na própria moeda nacional de então.

Desde 1975, os sucessivos governos elegeram a erradicação do analfabetismo como um dos vectores fundamentais da política educativa. Na época os manuais de alfabetização de adultos “No Djunta Mon” ou “Dja Djiga Ora” constituíam recursos pedagógicos cimeiros para mobilizar os cabo-verdianos para o combate ao analfabetismo;

A criação, em 1976, do departamento de educação extra-escolar e posteriormente a Direcção Geral de Alfabetização demonstra a importância que alfabetização teve para os sucessivos governos pós independência de Cabo Verde.

Segundo o Quadro supra, o analfabetismo incide mais sobre as mulheres (33%) que sobre os homens (17%).

É notória a desigualdade existente entre os sexos. A nível nacional a representação feminina é em média 2,5 vezes superior a dos homens segundo a Relação logística da Taxa de Feminidade (RLFT).

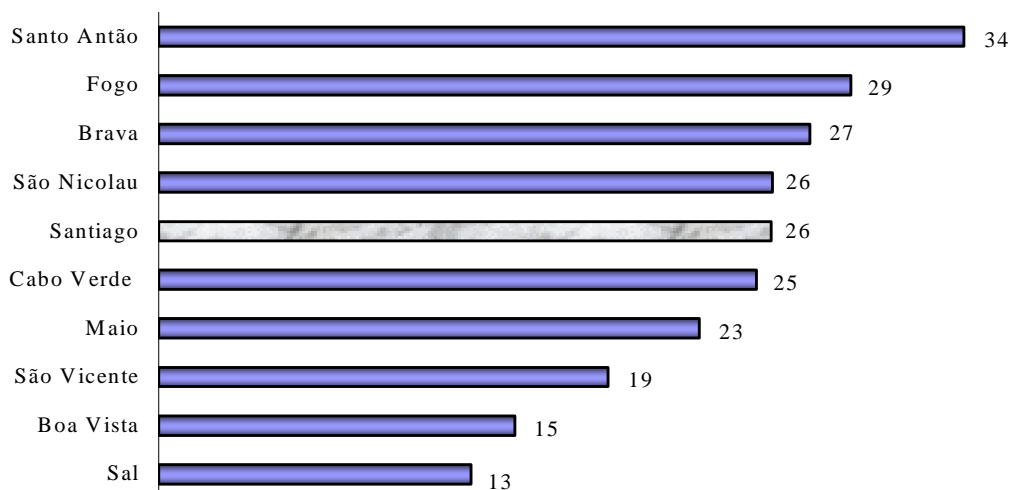
Quadro 5.1: Taxa de analfabetismo em % da população residente de 15 anos e mais segundo o sexo e relação de feminidade (RLFT), por ilha/concelhos

Ilhas / Concelhos	Ambos os sexos		Homens		Mulheres		RLFT
	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa	
CABO VERDE	62696	25,2	19124	16,5	43572	32,8	2,5
Santo Antão	9416	34,0	3863	26,5	5553	42,2	2,0
Ribeira Grande	3947	30,4	1538	22,8	2409	38,7	2,1
Paúl	1878	38,8	857	32,1	1021	47,2	1,9
Porto Novo	3591	36,3	1468	28,5	2123	44,6	2,0
São Vicente	8122	19,0	2626	12,7	5496	24,9	2,3
São Nicolau	2154	25,9	697	17,2	1457	34,1	2,5
Sal	1229	13,2	440	8,8	789	18,3	2,3
Boa Vista	430	15,0	152	9,7	278	21,4	2,5
Maio	880	22,8	237	14,0	643	29,7	2,6
Santiago	33308	25,8	8904	15,7	24404	33,8	2,7
Tarrafal	3037	32,4	754	20,0	2283	40,7	2,8
Santa Catarina	8985	34,4	2401	22,4	6584	42,9	2,6
Santa Cruz	5273	31,6	1502	20,5	3771	40,2	2,6
Praia	11264	18,3	2987	10,5	8277	25,0	2,8
São Domingos	1877	26,6	547	16,8	1330	35,0	2,7
Calheta - São Miguel	2872	35,2	713	22,2	2159	43,6	2,7
Fogo	1645	29,2	490	18,8	1155	37,9	2,6
Mosteiros	1645	31,3	490	20,2	1155	40,7	2,7
São Filipe	4403	28,5	1291	18,4	3112	36,9	2,6
Brava	1109	27,5	424	21,2	685	33,6	1,9

Ilhas onde a taxa de analfabetismo atingiu os valores máximos. Em primeiro lugar desse grupo encontra-se a ilha de Santo Antão com 34% cerca de 9% acima da média nacional, com 42% de mulheres e 34% de homens. A seguir vem a ilha do Fogo com 29%. A taxa de analfabetismo das mulheres é de cerca de duas vezes superior a dos homens nesta ilha.

As desigualdades entre homens e mulheres acentuam ainda mais nas ilhas de Santiago, Maio e Fogo onde a RLFT cresceu 2,7 vezes na primeira ilha e 2,6 vezes respectivamente nas duas últimas ilhas, isto demonstra que o analfabetismo incide sobretudo nas mulheres.

Gráfico 5.1: Taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 e mais anos por ilhas

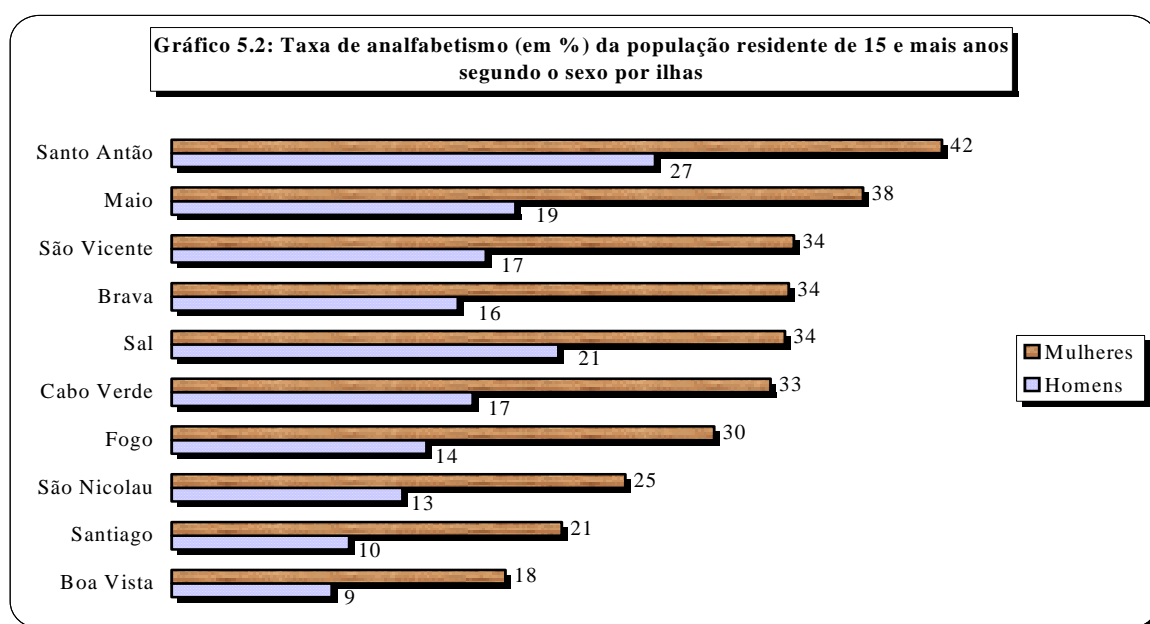


O gráfico 5.1, ilustra melhor a evolução da taxa de analfabetismo nas diferentes ilhas do arquipélago.

O quadro (5.2 em anexo) ajuda-nos a melhor compreender a distribuição percentual da população analfabeta nas diferentes ilhas. De acordo com este quadro mais de metade dos analfabetos (53%), estão na ilha de Santiago, sendo que 27% do total são homens e 73% são mulheres. As ilhas de Santo Antão e de S. Vicente ocupam o segundo e terceiro lugar com 15% e 13% respectivamente, sendo de 20% e 13% para homens e mulheres respectivamente na ilha de Santo Antão contra 14% e 13% em São Vicente.

Convém realçar que nas ilhas da Boavista e do Maio foram registados as menores proporções do analfabetismo a nível nacional, cerca de 1%.

Pelos dados da relação de masculinidade são notórias as desigualdades entre os sexos nas diferentes ilhas. Essas diferenças em relação ao analfabetismo são mais acentuadas nas ilhas de Santiago e do Maio onde os homens representam apenas 37% das mulheres (RM).



Em relação aos concelhos, é de salientar que os maiores níveis de analfabetismo foram registados nos seguintes: Paúl (39%) , Porto Novo (36%), Calheta de S. Miguel (35%); Santa Catarina (34%), Tarrafal (32%), Santa Cruz (32%) e Ribeira Grande (30%) possuem os índices mais elevados de analfabetismo. Por outro lado, os concelhos do Sal (13%), Boavista (15%), Praia (18%) e S. Vicente (19%) detêm os menores índices de analfabetismo.

Em relação ao sexo verifica-se que o analfabetismo incide sobretudo na camada feminina. Os índices mais elevados foram registados nos concelhos do Paúl e Porto Novo, na ilha de Santo Antão, com 47% e 45% respectivamente, contra 32% e 29% de homens.

Existe uma grande desigualdade em relação ao sexo (RLFT), com os níveis de analfabetismo registados nas mulheres a triplicarem em alguns casos sobre os níveis atingidos nos homens (em média 2,5 vezes superior).

Na capital do país, 18 pessoas em cada 100 não sabem ler nem escrever. Desse universo, cerca de 73 em cada 100 são mulheres e 27 são homens. Todavia, uma vista às freguesias vizinhas da capital Santíssimo Nome de Jesus (Cidade Velha) e de São João Baptista, constata-se que 33 e 50 pessoas respectivamente, em cada 100 não sabem ler e escrever, o que demonstra o contraste existente entre a zona urbana e rural do concelho.

A Relação Logística de feminidade mostra, de forma clara, a desigualdade existente entre os dois sexos, com a taxa de analfabetismo nas mulheres a superar duas vezes a registada nos homens.

Para melhor compreender os níveis de analfabetismo nos diferentes concelhos convém analisar o (Quadro 5.3. em anexo), sobre distribuição percentual da população residente de 15 e mais anos segundo o sexo e RLFT por concelhos e freguesias.

Da análise deste Quadro se depreende que apesar dos níveis mais altos de analfabetismo em Cabo Verde serem registados nos concelhos do Paúl, Porto Novo, S. Miguel e Santa Catarina, na verdade maior número de analfabetos concentram-se no concelho da Praia, representando cerca de 18% do total.

O concelho de Santa Catarina ocupa a segunda posição com 14% de analfabetos no todo nacional seguindo-se o concelho de São Vicente com 13% do total.

Nos concelhos da Boavista, Maio e Brava foram registados os menores pesos relativos ao analfabetismo com cerca de 1% do total.

A Relação de masculinidade ilustra bem as desigualdades existentes entre as mulheres e os homens, sendo o número de analfabetos registados nestes serem inferiores aos registados nas mulheres em todos os concelhos e freguesias do país. Situação sem dúvida preocupante se se pensar na problemática do género, então urge tomar medidas no sentido de inverter esta tendência.

5.1.2. Variação segundo o meio de residência

Em relação ao meio de residência, regista-se a mesma tendência segundo a qual o analfabetismo incide sobretudo nas mulheres, isto tanto no meio urbano como no rural. No entanto se compararmos os níveis de analfabetismo o meio de residência, nota-se que maior parte da população analfabeta reside no meio rural, cerca de 35% contra 18% do meio urbano (Quadro 5.4.).

Os maiores níveis de analfabetismo no meio urbano foram registados também na ilha de Santo Antão com cerca de 26%. No meio rural esse nível eleva-se para cerca de 38%, demonstrando que no meio urbano as oportunidades em termos do ensino são superiores as do meio rural. Se compararmos o sexo, verifica-se a tendência atrás descrita ou seja a percentagem de mulheres que não sabem ler nem escrever continua ainda elevada em relação a dos homens.

Em relação ao meio de residência as desigualdades são mais acentuadas no meio urbano com 2,6 vezes contra 2,4 do meio rural, (RLFT).

No meio Urbano das ilhas do Maio e Santiago foram registadas as maiores desigualdades a favor do sexo feminino com 3,4 e 2,9 vezes respectivamente. Essa mesma tendência foi registada na parte rural das ilhas de São Nicolau e Boavista com um acréscimo das mulheres sobre os homens de 2,8 e 2,7 vezes respectivamente.

Em relação aos concelhos, também é notória a diferenciação existente entre o meio urbano e rural e é evidente que os maiores níveis de analfabetismo se registam no meio rural.

À semelhança do descrito anteriormente, os maiores níveis de analfabetismo encontram-se tanto na parte urbana como na rural dos concelhos do Paúl e Porto Novo, em Santo Antão.

Quadro 5.4: Efectivos dos analfabetos e taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos e mais segundo o sexo, e RLFT, por meio de residência, ilhas/concelhos

Meio de residência/ Ilhas/concelhos	Ambos os sexos		Homens		Mulheres		RLFT
	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa	
URBANO	25547	18,1	7373	11,1	18174	24,5	2,6
Santo Antão	2280	26,0	849	19,2	1431	32,9	2,1
Ribeira Grande	539	17,4	185	12,1	354	22,7	2,1
Paúl	343	31,6	147	24,7	196	40,2	2,1
Porto Novo	1398	30,5	517	22,6	881	38,3	2,1
São Vicente	7309	18,1	2260	11,7	5049	24,1	2,4
São Nicolau	778	23,3	258	16,6	520	29,1	2,1
Sal	1049	12,5	361	8,1	688	17,6	2,4
Boa Vista	148	10,5	56	7,1	92	14,6	2,2
Maio	261	16,7	55	8,2	206	23,2	3,4
Santiago	12530	17,7	3205	9,9	9325	24,3	2,9
Tarrafal	727	23,0	177	12,9	550	30,7	3,0
Santa Catarina	668	16,6	166	9,5	502	22,0	2,7
Santa Cruz	1344	29,7	407	20,3	937	37,2	2,3
Praia	9030	16,2	2280	8,8	6750	22,6	3,0
São Domingos	135	14,5	32	7,7	103	20,0	3,0
São Miguel	626	25,1	143	13,6	483	33,4	3,2
Fogo	34	19,6	7	11,3	27	26,6	2,8
Mosteiros	34	14,8	7	6,5	27	22,1	4,1
São Filipe	944	19,8	253	11,6	691	26,8	2,8
Brava	214	19,0	69	12,6	145	25,0	2,3
RURAL	37149	34,5	11751	23,9	25398	43,4	2,4
Santo Antão	7136	37,6	3014	29,7	4122	46,8	2,1
Ribeira Grande	3408	34,5	1353	25,9	2055	44,1	2,3
Paúl	1535	40,9	710	34,2	825	49,2	1,9
Porto Novo	2193	41,2	951	33,3	1242	50,5	2,0
São Vicente	813	32,4	366	27,1	447	38,6	1,7
São Nicolau	1376	27,6	439	17,6	937	37,7	2,8
Sal	180	18,9	79	14,6	101	24,4	1,9
Boa Vista	282	19,5	96	12,4	186	27,7	2,7
Maio	619	26,9	182	17,8	437	34,3	2,4
Santiago	20778	35,8	5699	23,5	15079	44,7	2,6
Tarrafal	2310	37,2	577	24,0	1733	45,4	2,6
Santa Catarina	8317	37,7	2235	24,9	6082	46,5	2,6
Santa Cruz	3929	32,2	1095	20,6	2834	41,3	2,7
Praia	2234	39,0	707	28,0	1527	47,7	2,4
São Domingos	1742	28,4	515	18,1	1227	37,3	2,7
São Miguel	2246	39,6	570	26,4	1676	47,8	2,6
Fogo	1611	32,3	483	21,2	1128	41,5	2,6
Mosteiros	1611	32,0	483	20,9	1128	41,5	2,7
São Filipe	3459	32,4	1038	21,4	2421	41,4	2,6
Brava	895	30,7	355	24,4	540	37,1	1,8

5.2. Estudo por idade

5.2.1 Variação segundo a idade e sexo

O Quadro 5.5 apresenta os efectivos e a taxa de analfabetismo da população residente que responderam ao questionário, segundo o sexo por meio de residência. Não estão incluídos os não respostas.

Para efeito de análise, reagrupou-se os dados em 10 grupos quinquenais. É de se registar que, as menores taxas de analfabetismo foram registadas nos grupos mais jovens, particularmente no grupo de 15-19 anos, com apenas 4% da população. É interessante realçar ainda que, apenas nesse grupo encontra-se a maior percentagem de homens analfabetos do que nos grupos subsequentes, tendo representado 5% ou seja 1% acima da taxa alcançada pelas mulheres.

Quadro 5.5: Efectivos dos analfabetos e taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos e mais, segundo sexo por grupos etários

Grupo etário	POPULAÇÃO ANALFABETA					
	Ambos e Sexo		Homens		Mulheres	
	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa
TOTAL	62696	25,2	19124	16,5	43572	32,8
15 - 19	1947	4,0	1097	4,5	850	3,5
20 - 24	2110	5,9	1032	5,8	1078	5,9
25 - 29	2648	9,3	1041	7,3	1607	11,2
30 - 34	4107	14,7	1444	10,7	2663	18,5
35 - 39	5601	22,0	1635	13,6	3966	29,7
40 - 44	7292	38,1	1919	22,7	5373	50,3
45 - 49	5797	46,3	1202	24,1	4595	61,1
50 - 54	3072	48,1	689	26,2	2383	63,3
55 - 59	3834	58,9	956	38,0	2878	72,2
60 anos e mais	26288	70,9	8109	53,1	18179	83,2

Dos dados deste Quadro, constata-se que a taxa de analfabetismo vai aumentando a medida que aumenta a idade. Assim na faixa etária de 20-24 anos, o nível de analfabetismo eleva-se para 6% da população repartindo equitativamente pelos dois sexos.

Nos grupos etários seguintes regista-se um maior número de analfabetos e uma diferença acentuada em relação ao sexo. A percentagem de analfabetos na faixa etária de 25-29 anos é de 9%, tendo os homens representado os 39% e as mulheres 61%.

A taxa de analfabetismo, na faixa etária de 35-39 anos é de 22%, nível esse superior em cerca de 7% à taxa registada no grupo de 30-34 anos. Naquele grupo, 29 homens em cada 100 são analfabetos contra 71 em cada 100 mulheres. Se compararmos com o grupo anterior (30-34 anos), nota-se uma redução do nível de analfabetismo.

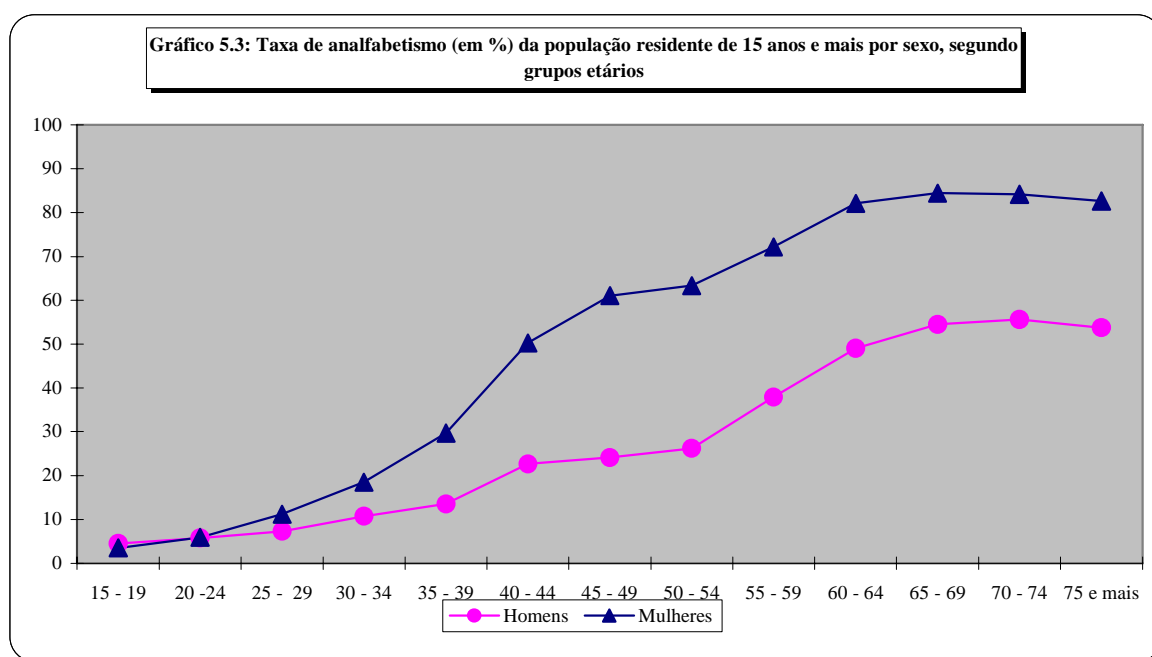
A maior percentagem de analfabetos encontra-se na geração mais velha. Com efeito, no grupo 45-49 anos, cerca de 46 pessoas em cada 100 não sabem ler nem escrever, sendo 24% para homens e de 61% para mulheres.

Em relação aos grupos etários de 55-59 e 60 anos ou mais, as taxas de analfabetismo são de 59% e 71% respectivamente, ou seja, apenas 41 e 29 pessoas em cada 100 nessas faixas etárias sabem ler e escrever. Convém destacar ainda que a taxa de analfabetismo nessas idades incide sobretudo nas mulheres com cerca de 72% e 83% respectivamente, contra 38% e 53% dos homens. O gráfico seguinte ilustra muito bem o exposto.

O Quadro 5.6 em anexo apresenta a distribuição percentual da população residente de 15 anos e mais segundo o sexo e relação de Masculinidade (RM), por meio de residência e grupos etários. Este Quadro ajuda-nos a compreender melhor os níveis de analfabetismo apresentados no Quadro anterior.

De acordo com esse quadro, cerca de 9% da população total analfabeta tem idade compreendida entre 35 e 39 anos, 12% entre 40 e 44 anos e 42% com 60 anos e mais. Em relação ao sexo, nota-se que cerca de 9% do total de homens e mulheres analfabetos tem idade compreendida entre 35 e 39 anos, 10% e 12% respectivamente tem idade compreendida entre 40 e 44 anos e cerca de 42% de ambos os sexos tem 60 e mais anos.

Pela leitura da Relação de Masculinidade (RM) são visíveis as desigualdades existentes entre os sexos. A nível nacional, há um decréscimo do número de analfabetos do sexo masculino em detrimento do sexo oposto, em cerca de 56%. Isto significa dizer que em 56 homens analfabetos existem 100 mulheres.



5.2.2. Variação segundo o meio de residência

Referente ao meio de residência nota-se que meio rural 37149 caboverdianos são ainda analfabetos, representando 35% ou seja cerca de 1 em cada 3 pessoas neste meio de residência não sabem ler nem escrever, sendo de 25% para homens e de 43% para mulheres, (Quadro 5.7).

Quadro 5.7.: Efectivos dos analfabetos e taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos e mais segundo o sexo por meio de residência e grupo etário

Grupo etário	POPULAÇÃO ANALFABETA					
	Total		Homens		Mulheres	
	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa
URBANO	25547	18,1	7373	11,1	18174	24,5
15 - 19	847	3,1	499	3,7	348	2,4
20 - 24	1053	4,8	543	5,1	510	4,5
25 - 29	1290	7,3	525	6,0	765	8,6
30 - 34	1842	11,1	631	7,7	1211	14,4
35 - 39	2610	16,8	743	9,7	1867	23,9
40 - 44	3118	27,5	802	14,9	2316	39,1
45 - 49	2284	32,5	496	15,4	1788	46,8
50 - 54	1233	33,8	270	16,2	963	48,5
55 - 59	1490	44,4	358	25,6	1132	57,8
60 anos e mais	9780	60,4	2506	39,8	7274	73,6
RURAL	37149	34,5	11751	23,9	25398	43,4
15 - 19	1100	5,2	598	5,4	502	4,9
20 - 24	1057	7,5	489	6,9	568	8,1
25 - 29	1358	12,4	516	9,4	842	15,4
30 - 34	2265	20,1	813	15,4	1452	24,1
35 - 39	2991	30,2	892	20,4	2099	38,0
40 - 44	4174	53,3	1117	36,4	3057	64,2
45 - 49	3513	64,2	706	39,8	2807	75,8
50 - 54	1839	67,2	419	43,6	1420	80,0
55 - 59	2344	74,4	598	53,3	1746	86,1
60 anos e mais	16508	78,9	5603	62,5	10905	91,2

Analisando a taxa de analfabetismo por meio de residência nos diferentes grupos etários, nota-se que, nos grupos mais jovens (15-19, 20-24 e 25-29 anos) a taxa de analfabetismo é baixa no meio urbano, ou seja 3%, 5% e 7%, respectivamente.

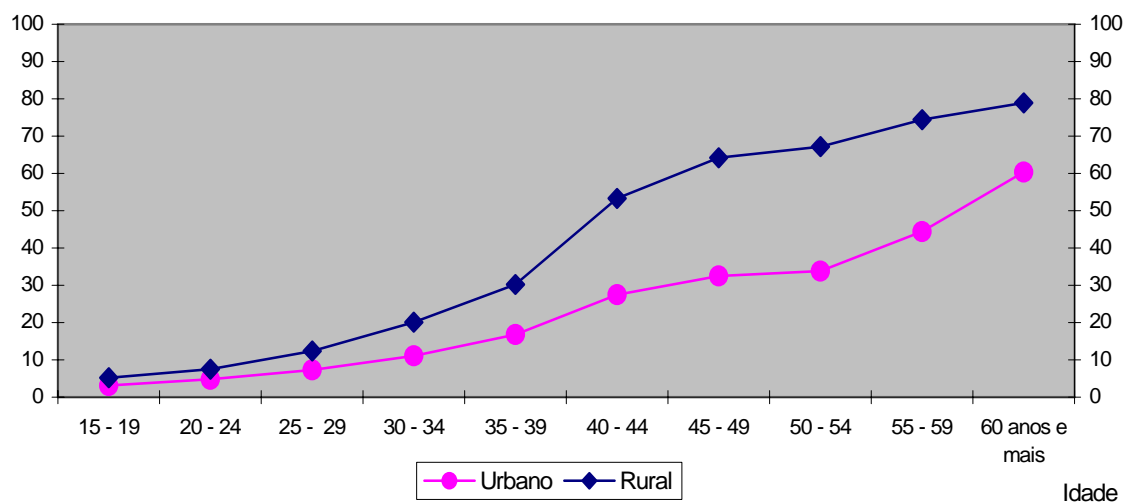
Se compararmos os níveis de analfabetismo existentes por o sexo, no meio urbano, nesses três grupos etários não se denota diferenças substanciais. Verifica-se a mesma tendência em relação ao meio rural. Convém, no entanto, frisar que, na faixa etária dos 15 aos 19 anos, a percentagem de mulheres analfabetas é inferior à dos homens tanto no meio urbano como rural.

No grupo de 20-24, no meio urbano, nota-se uma maior percentagem de homens analfabetos que de mulheres.

Nos grupos etários subsequentes nota-se diferenças mais acentuadas no nível de analfabetismo entre o meio urbano e rural com maior incidência nas mulheres.

Na faixa etária de 35-39 anos, 17 pessoas em cada 100, no meio urbano, não sabem ler nem escrever. No meio rural esse nível quase que duplica, atingindo os 30%. Em relação ao sexo, verifica-se que 10 homens em cada 100 são analfabeto, no meio urbano, contra 20, no meio rural.

Gráfico 5.4: Taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos ou mais segundo o meio de residência



No grupo de 40-44 anos, 3118 e 4174 pessoas no meio urbano e no rural são analfabetas correspondendo a 28% e 53%, respectivamente.

É de salientar que o nível de analfabetismo é mais alarmante nos grupos mais idosos, como por exemplo: na faixa etária de 55-59 anos, cerca de 44 pessoas em cada 100 no meio urbano são analfabetas. Esse nível eleva-se para 74 no meio rural. Cerca de 1 em cada 4 homens e 1 em cada 2 mulheres são analfabetas no meio urbano. No meio rural, esse nível é mais preocupante.

No grupo de 60 anos ou mais, 9780 pessoas são analfabetas no meio urbano e 16508 no meio rural o que equivale a dizer que 60 analfabetos em cada 100 estão no meio urbano, no meio rural esse nível eleva-se para 79.

O quadro 5.6 ilustra a distribuição percentual dos analfabetos por grupos quinquenais de idade.

De acordo com este quadro cerca de 12% do total dos analfabetos residentes no meio urbano tem idade compreendida entre 40 a 44 anos, distribuído por cerca de 11% e 13% do total de homens e mulheres, respectivamente. Cerca de 38% da população analfabeta, no meio urbano tem 60 e mais anos. A proporção do total de homens e mulheres analfabetos nesta idade é de 34% e 40%, o que demonstra claramente que o grosso de analfabetos está na geração mais antiga, isto porque todos os trabalhos de sensibilização no sentido de minimizar os níveis de analfabetismo começaram após a independência nacional.

No meio rural, verifica-se ainda uma maior concentração de analfabetos, na faixa etária de 60 anos ou mais com 44% do total, distribuído por 48% e 43% do total de homens e mulheres, respectivamente. A proporção de analfabetos no meio rural com idade compreendida entre 40-44 anos é de 11% do total.

Em relação ao meio de residência, nota-se que há mais mulheres analfabetas do que homens tanto no meio urbano como no meio rural, o que é demonstrado pela relação de masculinidade em que existe 59 homens para 100 mulheres no meio urbano contra 53 para 100 no meio rural.

5.2.3. Nível de analfabetismo por grandes grupos etários

As taxas de analfabetismo por grupos etários constituem um excelente instrumento para estudar a dinâmica e as perspectivas de irradiação do analfabetismo. Para efeito de análise foram definidos 4 grupos etários: 15 e mais, 15-34anos, 35-49 anos e 50 e mais, (Quadro 5.8).

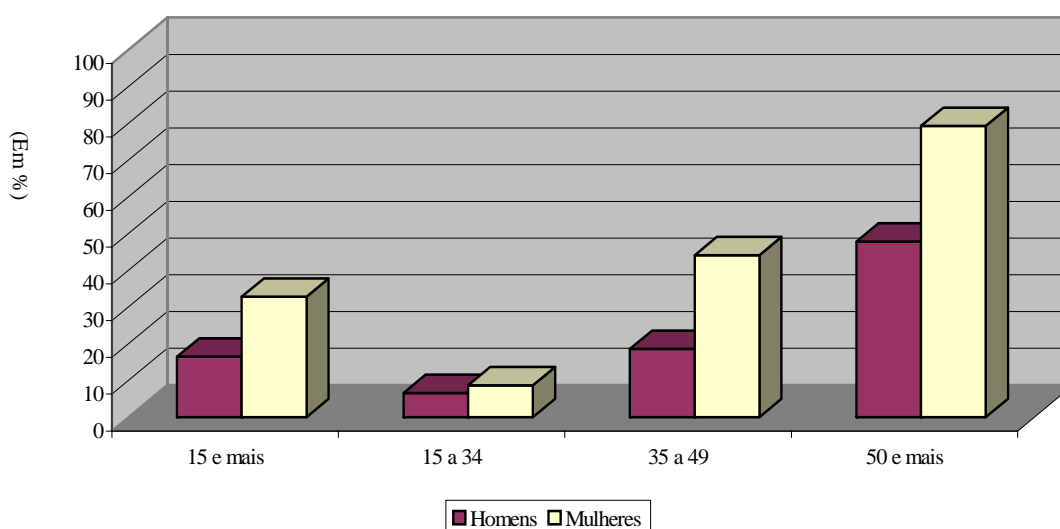
No que se refere a evolução da taxa de analfabetismo por grandes grupos etários, conclui-se que, no grupo de 15 a 34 anos, (grupo alvo da actuação da Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos), a taxa de analfabetismo a nível nacional, é de cerca de 8%, sendo 25 em cada 100 são homens e 75 em cada 100 são mulheres.

Quadro 5.8: Effectivos de analfabetos e taxa de analfabetismo (%) da população residente de 15 anos ou mais segundo sexo e por meio de residência, por grupo etário

Meio de residência/ Grupos etários	CABO VERDE					
	Total	Taxa	Homens	Taxa	Mulheres	Taxa
TOTAL (15 e mais)	62696	25,2	19124	16,5	43572	32,8
15 a 34	10812	7,6	4614	6,6	6198	8,7
35 a 49	18690	32,7	4756	18,6	13934	44,1
50 e mais	33194	66,4	9754	47,8	23440	79,2
URBANO (15 e mais)	25547	18,1	7373	11,1	18174	24,5
15 a 34	5032	6,0	2198	5,4	2834	6,6
35 a 49	8012	23,7	2041	12,5	5971	34,0
50 e mais	12503	53,9	3134	33,5	9369	67,7
RURAL (15 e mais)	37149	34,5	11751	23,9	25398	43,4
15 a 34	5780	10,0	2416	8,4	3364	11,7
35 a 49	10678	46,0	2715	29,4	7963	56,9
50 e mais	20691	77,2	6620	59,9	14071	89,2

No grupo etário de 35-49 anos, a taxa de analfabetismo é de cerca de 33% a nível nacional, sendo 44% para a população feminina e de 19% para a masculina. Portanto, também nesta faixa etária o analfabetismo afecta mais as mulheres, o que constitui, sem dúvida, um alvo a atingir nos próximos tempos de forma a reduzir a disparidade entre os sexos.

Gráfico 5.5: Taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos ou mais por grandes grupos etários, segundo o sexo



A maior percentagem de caboverdianos que não sabem ler nem escrever encontra-se na faixa etária de 50 anos e mais. Mais de metade da população desse grupo etário é analfabeta (66%), sendo que cerca 71 em cada 100 são mulheres e 29 são homens.

Todavia, na faixa etária dos 50 e mais, 66 em cada 100 cabo-verdianos não sabem ler nem escrever, o que demonstra que o analfabetismo incide especialmente na camada mais envelhecida da sociedade. Nas cidades da Praia e do Mindelo, mais de metade da população, nesta faixa etária, não sabe ler nem escrever. Este facto é mais agravante nos seguintes concelhos, a saber: Porto Novo (83%), Paúl, (81%), São Miguel (82%), Santa Catarina (80%) e Tarrafal (79%), (Quadro 5.12 em anexo).

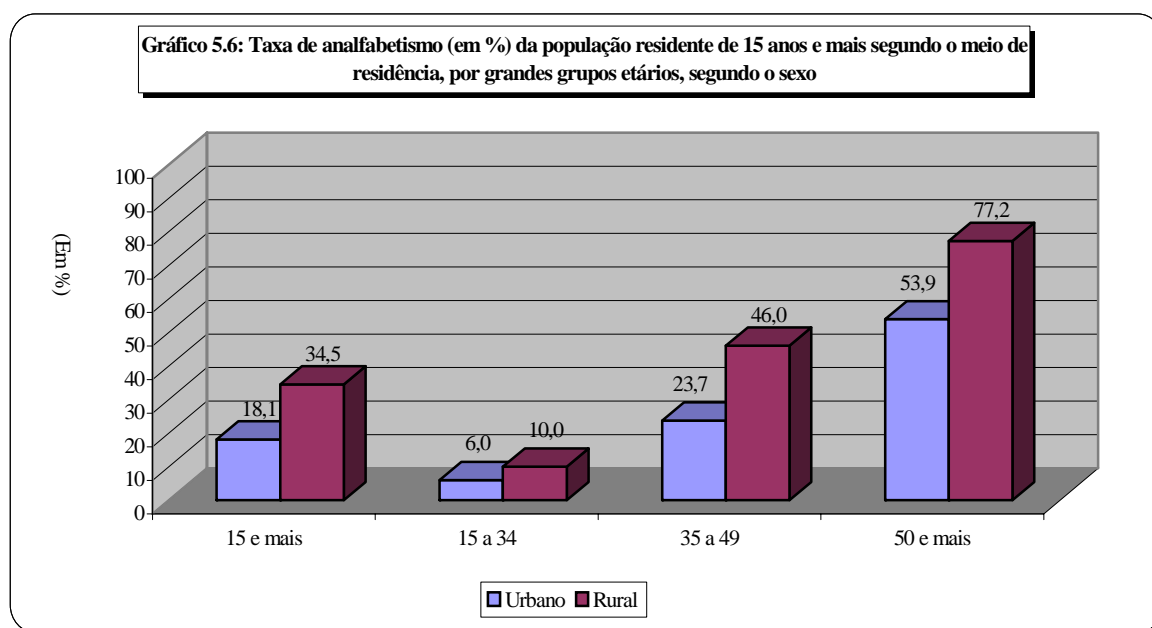
Pela análise feita a nível nacional, conclui-se que nos grupos etários definidos a população feminina é mais vulnerável do que a masculina e está sujeita ao abandono e ao insucesso escolar.

Se tivermos em conta a alta taxa de analfabetismo registada nessa faixa etária de 35 à 49 anos e o grande potencial da população activa, conclui-se então que, no que se refere à produtividade da sua mão-de-obra e da sua capacidade de adaptação às mudanças, merece especial atenção o nível de alfabetização da população ainda nessa faixa etária. As tendências verificadas mostram claramente que será preciso adoptar medidas a fim de elevar o nível de alfabetização da população activa.

Como é sabido, as políticas, as estratégias e as medidas destinadas a erradicar o analfabetismo só resultam eficazes se for determinado, claramente, qual é a população analfabeta que se considera prioritária.

É evidente que a distribuição do número de pessoas analfabetas em função do sexo e idade pode ser distinta e requerer por isso soluções diferentes. Por esta razão, na medida do possível, haveria que analisar a distribuição do analfabetismo por grupo de idade e segundo se trate de homens ou mulheres ao longo do tempo a fim de ter uma ideia mais precisa dos problemas concretos e suas consequências, de facilitar a definição da população prioritária e das estratégias apropriadas.

Em relação ao meio de residência (gráfico 5.6), nota-se que 18% dos analfabetos estão no meio urbano, no meio rural o nível de analfabetismo quase que duplica (35%). No que diz respeito ao sexo nota-se que a taxa de analfabetismo nos homens é quase duas vezes inferior a das mulheres tanto no meio urbano como no meio rural, (Quadro 5.11).



Por grupos etários, a taxa de analfabetismo é mais baixa nas gerações mais novas e aumenta a medida que aumenta a idade, independentemente do meio de residência, (Gráficos 5.5).

No meio rural, cerca de 46 pessoas em cada 100 de idade compreendida entre 35 e 49 anos, não sabem ler nem escrever, já no meio urbano esse indicador aproxima da média nacional 24%. Mais de metade dessas mulheres no meio rural são analfabetas (57%), já no meio urbano, a proporção é de aproximadamente 1 em cada 3. Em relação aos homens, essa percentagem é de 29% no meio rural, e 13% no meio urbano.

A nível dos concelhos é importante ressaltar o caso de S. Cruz onde na faixa etária de 35-49 anos, a maior percentagem de analfabetismo situa-se no meio urbano, o que contraria a tendência registada a nível nacional.

Cerca de 77 pessoas em cada 100 com 50 anos e mais não sabem ler nem escrever, no meio rural, contrastando com 54 em cada 100, no meio urbano. Em relação ao sexo, essa percentagem é de 89% e 68% para mulheres no meio rural e urbano respectivamente, contra 60% e 34% para homens.

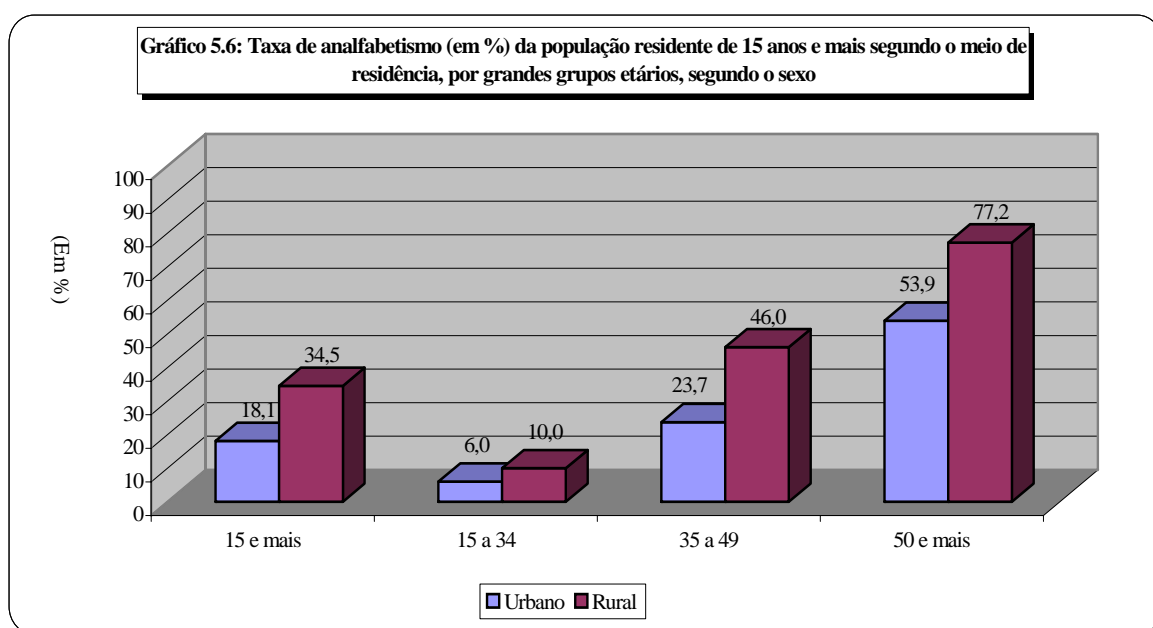
5.3. Evolução do analfabetismo em Cabo Verde 1990 – 2000

Este ponto tem por objectivo analisar como evoluiu o analfabetismo em Cabo Verde na última década.

5.3.1. Estudo a nível nacional, sexo e por ilhas

Nos últimos 10 anos, o analfabetismo em Cabo Verde tem evoluído de forma positiva, fruto das políticas adoptadas no sentido de erradicar esse fenómeno que é sem dúvida um obstáculo ao desenvolvimento e investimentos feitos no sector.

De modo geral, os dados do recenseamento de 2000 apontam para uma redução gradativa do analfabetismo em Cabo Verde que era de 37% em 1990 passando para 25% em 2000. Isso significa dizer que houve uma redução da taxa de analfabetismo na ordem de 12% nos últimos dez anos ou seja uma redução de aproximadamente 1,2% ao ano.



Em relação ao sexo, a taxa de analfabetismo decresceu de 1990 a 2000, cerca de 12% nos homens e cerca de 14% nas mulheres (Quadro 5.9). Todavia continua elevado o analfabetismo nas mulheres, o que é testemunhado pela Relação Logística de Feminidade das Taxas (RLFT), que é cerca de 2,5 vezes superior nas mulheres.

Em relação aos grupos etários é de se destacar também uma redução significativa da taxa de analfabetismo na faixa etária de 15-34 anos, que em 1990 era de 19,0% passando para cerca de 8%, em 2000, ou seja, uma redução de 11% em 10 anos, o que demonstra os efeitos positivos da massificação do ensino básico em Cabo Verde e do combate ao analfabetismo encetado pela Direcção Geral da Alfabetização do Ministério da Educação.

Entrementes, convém frisar que apesar de ter havido uma redução de 12% desde 1990, ainda persiste um número significativo de pessoas analfabetas na faixa dos 35 aos 49 anos, o que demonstra que uma franja significativa da população activa é analfabeta.

Gráfico 5.8: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente do sexo masculino de 15 anos ou mais por grandes grupos etários

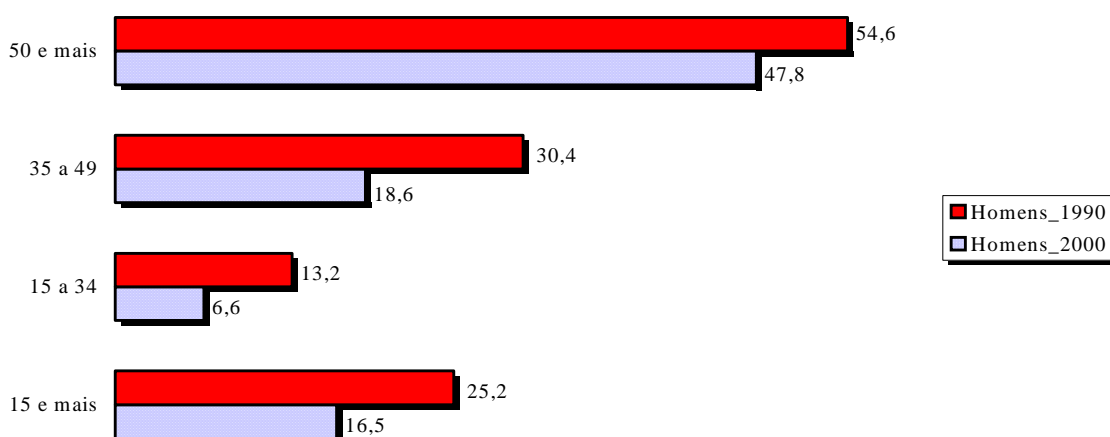
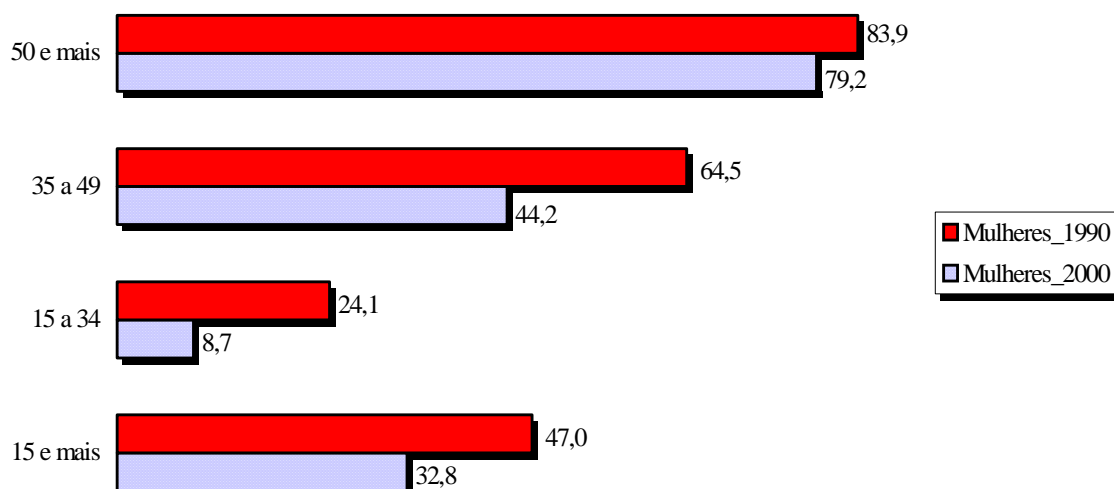


Gráfico 5.9: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente do sexo feminino de 15 anos ou mais por grandes grupos etários



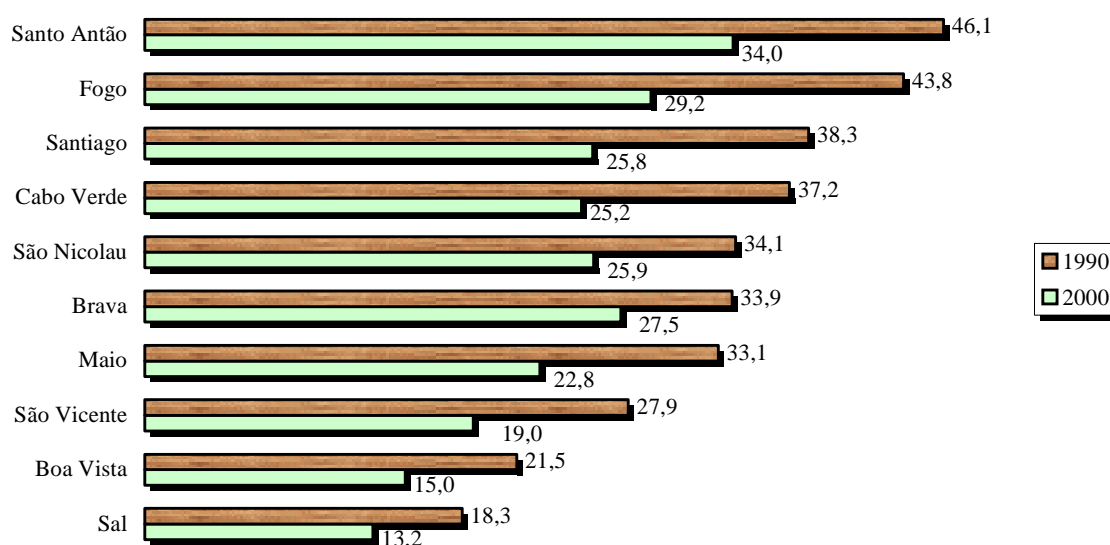
Quadro 5.9: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos e mais segundo o sexo e RLFT, por grandes grupos etários (1990-2000)

Grupos etários	TOTAL		HOMENS		MULHERES		RLFT	
	1990	2000	1990	2000	1990	2000	1990	2000
TOTAL	37,2	25,2	25,2	16,5	47,0	32,8	2,6	2,5
15 a 34 anos	18,8	7,6	13,2	6,6	24,1	8,7	2,1	1,3
35 a 49 anos	51,3	32,8	30,4	18,6	64,5	44,2	4,2	3,5
50 e mais anos	71,7	66,4	54,6	47,8	83,9	79,2	4,3	4,2

Apesar de ter havido uma redução substancial da taxa de analfabetismo nos diferentes grupos etários de 1990 a esta parte, ela continua a incidir sobretudo na camada feminina, o que é demonstrado pela RLFT, em que o nível de analfabetismo nas mulheres em 1990 era de 2,1 à 4,3 vezes superior nas mulheres dos grupos etários de 15 à 34 anos a 50 e mais anos. Em 2000, registou-se algumas melhorias, no entanto as desigualdades persistem.

Em relação as ilhas, nota-se que os maiores decréscimos dos níveis do analfabetismo de 1990 a esta parte foram registados nas ilhas do Fogo em cerca de 15%, Santiago 13 % e Santo Antao em 12%, (Ver gráfico a seguir e o Quadro 5.10 em anexo).

Gráfico 5.10: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos e mais por ilhas, 1990-2000



5.3.2. Variação segundo o meio de residência

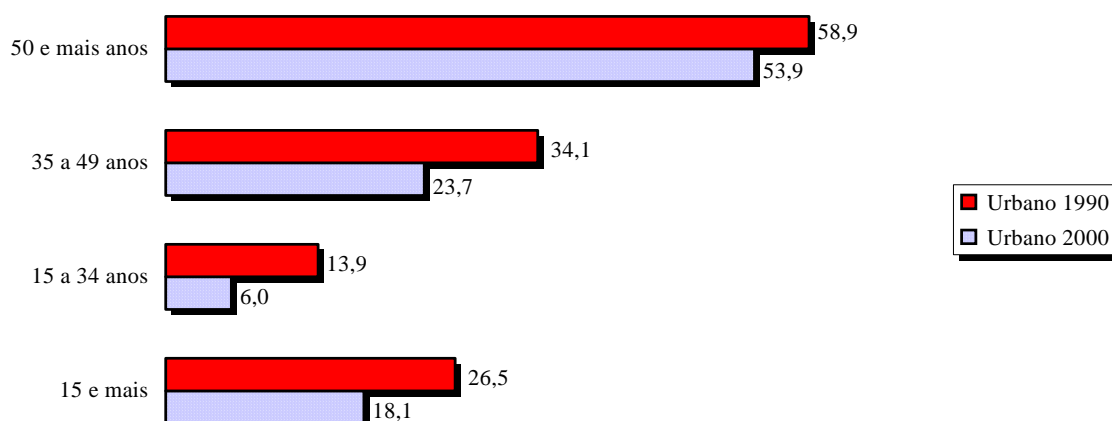
A taxa de analfabetismo em 1990 era de cerca de 27% no meio urbano, nível esse inferior ao registado no meio rural que era de 46%. Graças ao trabalho feito pelas instituições ligadas a problemática do analfabetismo em Cabo Verde registou-se uma redução substancial tanto no meio urbano como no meio rural, passando de 18% a 35%, (ver quadro 5.11).

Em relação aos grupos etários, nota-se que a taxa de analfabetismo da população residente no meio rural com idade compreendida entre 35-49 anos era de 68% em 1990, passou para 46% no ano 2000, um decréscimo de cerca de 22 pontos percentuais. No entanto essa taxa continua elevada se tivermos em conta que os recursos humanos são a principal riqueza de Cabo Verde e que nesse grupo etário ainda está um potencial da população.

Quadro 5.11: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos e mais e segundo o sexo e RLFT, por meio de residência e grupos etários (1990-2000)

Meio de residência / grupos etários	Ambos os sexos		Homens		Mulheres		RLFT	
	1990	2000	1990	2000	1990	2000	1990	2000
URBANO	26,5	18,1	15,7	11,1	35,7	24,5	3,0	2,6
15 a 34 anos	13,9	6,0	9,4	5,4	18,2	6,6	2,1	1,3
35 a 49 anos	34,1	23,7	18,0	12,5	47,1	34,0	4,1	3,6
50 e mais anos	58,9	53,9	37,7	33,5	72,5	67,7	4,4	4,2
RURAL	45,9	34,5	33,2	23,9	55,9	43,4	2,5	2,4
15 a 34 anos	23,3	10,0	16,7	8,4	29,2	11,7	2,1	1,5
35 a 49 anos	67,5	46,0	46,2	29,4	78,0	56,9	4,1	3,2
50 e mais anos	78,9	77,2	63,3	60,0	90,8	89,3	5,7	5,6

Gráfico 5.11: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente no meio urbano de 15 anos e mais por grandes grupos etários, (1990-2000)



O grosso dos analfabetos no meio urbano concentra nas gerações mais antigas. Os gráficos 5.9 e 5.10 ilustram melhor o exposto.

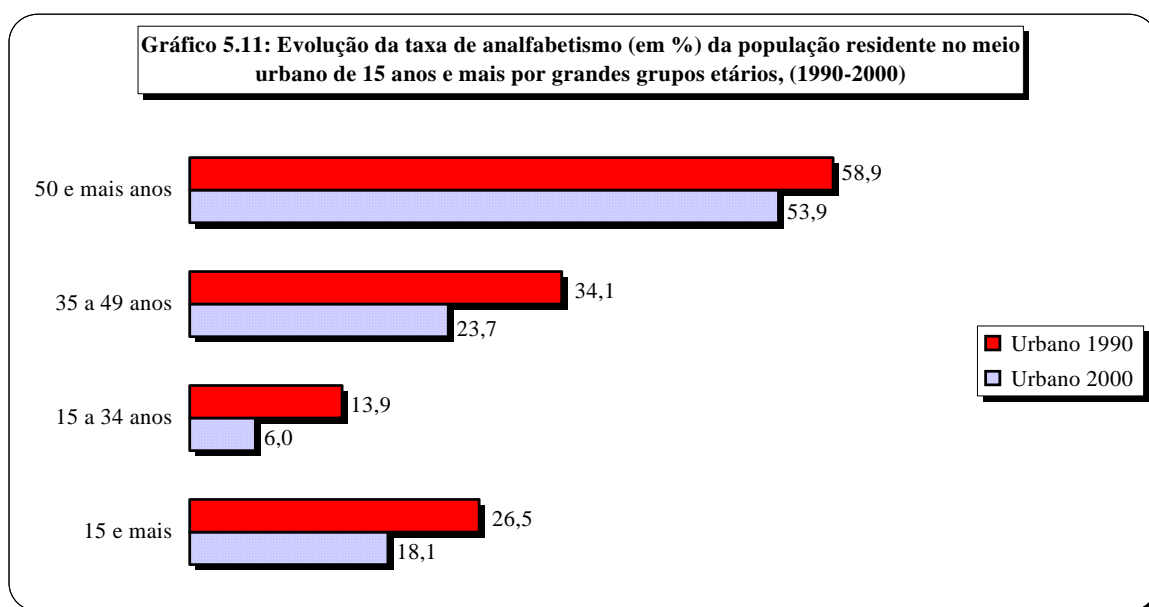
Em relação ao sexo, verifica-se que, em 1990 a taxa de analfabetismo, no sexo feminino, era 2,6 vezes superior à taxa do sexo oposto e não se verificou grandes melhorias em 2000 (ver RLTF). A disparidade é mais

acentuada ainda no meio urbano, ou seja, 3 vezes superior contra 2,5 do meio rural em 1990 e 2,6 vezes contra 2,4 em 2000.

Uma análise comparativa por grandes grupos etários demonstra que há algumas transformações interessantes. Na faixa dos 15 aos 34 anos, em 1990, 23% das pessoas do meio rural eram analfabetas, contra 10% em 2000, uma diminuição de 13 pontos percentuais. Essa diminuição é muito mais acentuada nas mulheres, passando dos 29% para 12%, uma redução de 18 pontos percentuais.

Na faixa etária dos 35 aos 49 anos, nota-se uma mudança significativa na taxa de analfabetismo. Enquanto que, em 1990 situava-se em 51%, em 2000, aproxima-se dos 33%, uma diminuição de quase 20 pontos percentuais.

Seguindo a mesma tendência, nota-se que a redução é mais acentuada no sexo feminino, passando dos 65% para 44%, uma redução significativa. Nos homens também registou uma diminuição de 30% para 19% uma alteração de 11%. Na faixa etária dos 50 e mais, a redução da taxa de analfabetismo é menos acentuada, passa-se dos 72% em 1990 para 66% em 2000, uma redução na ordem dos 5 pontos percentuais. Presume-se que a redução da taxa de analfabetismo nessa faixa etária seja menos acentuada visto que não foram alvos prioritários do processo da massificação do ensino e do combate ao analfabetismo.



CONCLUSÃO

As grandes transformações ocorridas nas últimas três décadas impõem novos desafios aos sistemas educativos. Estas transformações prendem-se entre outras com as rápidas transformações ocorridas no domínio da física, da micro-electrónica, da informática cujos resultados potencializaram a aplicação de novas tecnologias de informação e comunicação aos mais diferentes domínios da vida social.

Os resultados do recenseamento 2000 relativamente ao sector educativo constituem elementos essenciais para uma radiografia das políticas educativas então implementadas de forma a planear com maior rigor o futuro.

Uma das contribuições mais significativas do tema ora analisado residem no facto de apontar as grandes tendências da dinâmica dos fluxos escolares, das disparidades inter e intra ilhas e concelhos, condição fundamental para que os decisores políticos e os planificadores possam formular com objectividade as medidas tendentes a aperfeiçoar a eficácia do sistema educativo e do desenvolvimento da sociedade.

É evidente que, em Cabo Verde o manancial de informações estatísticas que o recenseamento de 2000 poderá facultar as pessoas interessadas em estudar a evolução do sistema educativo é deveras significativo

1) Frequência Escolar

Os resultados do censo escolar apontam para o facto de que em Cabo Verde o ensino básico é universal. Nota-se uma grande participação das pessoas a frequentar o sistema educativo com destaque para os estudantes do EBI. Existe também uma percentagem significativa de pessoas que já frequentaram um determinado sistema de ensino.

A frequência ao 5º e 6º anos de escolaridade, outrora extremamente selectivo, apresenta indicadores satisfatórios em termos de acesso e participação.

Outro aspecto positivo a ressaltar é que, não existe disparidade em termos de acesso entre meninas e meninos. A tendência é para registar maiores esperanças de sobrevivência escolar das meninas que dos meninos seja no ensino básico ou no secundário. O mesmo se pode dizer em relação a esperança de vida escolar. Isto deve-se, entre outras, a duas razões fundamentais: Primeira, a taxa de reprovação das meninas segundo os dados do GEDSE, tem sido em média ligeiramente inferior a dos meninos. Segunda, o abandono escolar é superior nos meninos do que na meninas. Amiúde, muitos meninos abandonam a escola porque acreditam que podem beneficiar das oportunidades de um emprego. A ilusão do emprego precoce e o custo de oportunidade são mais facilmente percebido pelos meninos do que pelas meninas.

2) Nível de instrução

O censo revela que a maioria da população cabo-verdiana tem como principal nível de instrução o EBI, apenas cerca de 2% tem o curso médio ou superior. É um nível muito baixo se tivermos em conta os grandes desafios que o desenvolvimento nos coloca. Pois, como é sabido o grau de escolaridade constitui um dos principais factores que determinam a empregabilidade dos indivíduos. É certo que seria falacioso pensar que a educação por si gera emprego. O que se verifica é que as condições de empregabilidade e da produtividade das pessoas são mais favoráveis nos contextos em que a educação e a instrução das pessoas são mais elevadas.

Nota-se uma certa assimetria nos níveis de pessoas com um ou outro nível de instrução nas diferentes ilhas.

Um facto que convém ressaltar é que se calhar, vale mesmo a pena ponderar a questão da avaliação. Pois dos dados do censo foi possível constatar que sobretudo no EBI e no ensino Secundário, os anos onde não existem exames, a percentagem é mínima ou seja conta com apenas os alunos recém entrados, uma vez que a transição é automática. Nos anos onde existem exames nota-se um aumento significativo de alunos, a juntar os que transitam do ano seguinte.

3) Analfabetismo.

Os dados demonstram que existem conquistas sólidas no campo da alfabetização. O analfabetismo é um fenómeno que em Cabo Verde incide essencialmente sobre as camadas mais velhas da população. Considerando a estrutura demográfica do país, caracterizada pela juventude da sua população, é possível concluir que se mantiver a consolidação no ensino básico, o analfabetismo tenderá a ser residual. É evidente que essa suposição dependerá da qualidade do ensino de forma a evitar o analfabetismo de retorno.

Por outro lado, constata-se que o analfabetismo incide sobretudo sobre as mulheres e a vantagem relativa a favor dos homens não tem diminuído, o que quer dizer que as políticas futuras deverão ter em vista a redução dessa disparidade.

Ademais, constata-se que as pessoas analfabetas apropriam de menores oportunidades sócio-económicas do que as pessoas alfabetizadas. Tal situação demonstra que a democratização do acesso à educação constitui uma das principais estratégias para combater a exclusão social e a pobreza.

BIBLIOGRAFIA

- C. F. Castro- Maria Helena: Educação para o século XXI, Brasília 1955
- Carvalho, Adriano. Ensino Básico, Caderno 2 do Instituto Pedagógico, 1998
- C.F, Constituição da República de Cabo Verde, artigo 73, 1992.
- Relatório sobre Bolsas nos Países Terceiros, Abril de 2000.
- Relatório de Custos Unitários. PROMEF- Análise Financeira, Maio 2001
- Decreto Lei nº14/97 de 24 de Maio
- Decreto Regulamentar n.º 4/98 de 27 de Abril
- Relatório Mundial sobre Educação
- Estatística de Educação, Portugal
- C.F. Libâneo, José Carlos . Didáctica. São Paulo Cortez Editora, 1987

Anexos

Anexo I – Instrumento de Anotação do Censo



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
CABO VERDE

Marque com “X” se o
boletim é continuação ☐

RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO 2000

BOLETIM DO AGREGADO FAMILIAR

Boletim: ____ de ____

AUTORIDADE E SEGREDO ESTATÍSTICO

Lei 15/V/96, de 11 de Novembro

Artigo 6º § 1. AUTORIDADE ESTATÍSTICA

1. No exercício da sua actividade, o INE e os órgãos produtores de estatísticas sectoriais podem realizar inquéritos e efectuar todas as diligências necessárias à produção de dados estatísticos e podem solicitar informações a todos os funcionários, autoridades, serviços ou organismos e a todas as pessoas singulares ou colectivas que se encontrem em território nacional ou nele exerçam a sua actividade.

Artigo 7º § 2. SEGREDO ESTATÍSTICO

2. Todas as informações estatísticas de carácter individual colhidas pelos órgãos que compreendem a SEN são de natureza confidencial.

SECÇÃO A – LOCALIZAÇÃO

1. ILHA		[]] Uso interno
2. CONCELHO		[]		
		[] []		
3. FREGUESIA			[] [] []	
4. CIDADE / VILA / ZONA			[] [] [] [] []	
5. BAIRRO / LUGAR			[] [] [] [] [] [] []	
6. Nº DISTRITO RECENSEAMENTO			[] [] [] []	
7. Nº CASA			[] [] [] []	
8. CASA HABITADA		1	[]	
9. CASA VAZIA		2	[]	Passar à casa seguinte
10. Nº DE AGREGADOS NESTA CASA			[] []	
11. Nº DESTE AGREGADO			[] []	

SECÇÃO B – PREENCHER DEPOIS DA ENTREVISTA

		SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAL
RESIDENTE PRESENTE	(RP)	[] []	[] []	[] []
RESIDENTE AUSENTE	(RA)	[] []	[] []	[] []
TOTAL RESIDENTES	(RP + RA)	[] []	[] []	[] []

SECÇÃO C – PERGUNTAS SOBRE A POPULAÇÃO

RECENSEADOR: Faça as perguntas a todas as pessoas do agregado. P01 - Pessoa N° [01][][] NOME E APELIDO: _____ _____ _____		estrangeiro: _____ P10 - Há quantos anos vive nesta freguesia? (Escrever 00 se for inferior a um ano) [][] P11 - Tem alguma deficiência? <table border="1" style="width:100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th style="width:50%;">Motora</th> <th style="width:50%;">Outra</th> </tr> <tr> <td> 00. Não tem 01. Paralisia cerebral 02. Paralisia total 04. Paralisia membro superior/inferior 08. Paralisia lado esquerdo/direito 16. Outras </td> <td> 00. Não tem 01. Mental 02. Cego total 04. Cego parcial 08. Surdo parcial 16. Surdo Total 32. Mudo </td> </tr> </table>		Motora	Outra	00. Não tem 01. Paralisia cerebral 02. Paralisia total 04. Paralisia membro superior/inferior 08. Paralisia lado esquerdo/direito 16. Outras	00. Não tem 01. Mental 02. Cego total 04. Cego parcial 08. Surdo parcial 16. Surdo Total 32. Mudo																											
Motora	Outra																																	
00. Não tem 01. Paralisia cerebral 02. Paralisia total 04. Paralisia membro superior/inferior 08. Paralisia lado esquerdo/direito 16. Outras	00. Não tem 01. Mental 02. Cego total 04. Cego parcial 08. Surdo parcial 16. Surdo Total 32. Mudo																																	
P02 - Qual é a sua relação de parentesco com o chefe do agregado familiar? <table style="width:100%;"> <tr> <td>01. Chefe</td> <td>07. Nora ou Genro</td> </tr> <tr> <td>02. Cônjuge</td> <td>08. Sobrinha(o)</td> </tr> <tr> <td>03. Filha(o)</td> <td>09. Enteada(o)</td> </tr> <tr> <td>04. Mãe ou Pai</td> <td>10. Outro</td> </tr> <tr> <td>05. Irmã / Irmão</td> <td>parentesco</td> </tr> <tr> <td>06. Neta(o) /</td> <td>00. Sem</td> </tr> <tr> <td>Bisneta(o)</td> <td>parentesco</td> </tr> </table>		01. Chefe	07. Nora ou Genro	02. Cônjuge	08. Sobrinha(o)	03. Filha(o)	09. Enteada(o)	04. Mãe ou Pai	10. Outro	05. Irmã / Irmão	parentesco	06. Neta(o) /	00. Sem	Bisneta(o)	parentesco	P18 - Qual a sua condição perante o trabalho na semana de 9 a 15 de Junho de 2000? <table style="width:100%;"> <tr> <td>1. Trabalhou</td> <td rowspan="4" style="border: 1px solid black; padding: 5px;">emprego</td> </tr> <tr> <td>2. Não trabalhou mas tem</td> </tr> <tr> <td>3. Militar</td> </tr> <tr> <td>4. Doméstica(o)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">a P23 +</td> </tr> <tr> <td colspan="2">5. Desempregada(o)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">6. Estudante</td> </tr> <tr> <td colspan="2">7. Foi reformada(o)</td> </tr> <tr> <td colspan="2">8. Incapacitada(o) ☑ Passe a P27 +++</td> </tr> <tr> <td colspan="2">9. Outra</td> </tr> </table>		1. Trabalhou	emprego	2. Não trabalhou mas tem	3. Militar	4. Doméstica(o)	a P23 +		5. Desempregada(o)		6. Estudante		7. Foi reformada(o)		8. Incapacitada(o) ☑ Passe a P27 +++		9. Outra	
01. Chefe	07. Nora ou Genro																																	
02. Cônjuge	08. Sobrinha(o)																																	
03. Filha(o)	09. Enteada(o)																																	
04. Mãe ou Pai	10. Outro																																	
05. Irmã / Irmão	parentesco																																	
06. Neta(o) /	00. Sem																																	
Bisneta(o)	parentesco																																	
1. Trabalhou	emprego																																	
2. Não trabalhou mas tem																																		
3. Militar																																		
4. Doméstica(o)																																		
a P23 +																																		
5. Desempregada(o)																																		
6. Estudante																																		
7. Foi reformada(o)																																		
8. Incapacitada(o) ☑ Passe a P27 +++																																		
9. Outra																																		
P03 - Indique o sexo 1. Masculino 2. Feminino		SO PARA PESSOAS DE 4 ANOS OU MAIS P12 - Sabe ler e escrever? 1. Sim 2. Não																																
P04 - Situação na residência. 1. Residente Presente (RP) 2. Residente Ausente (RA) 3. Visitas (VIS) ☑ Passe à pessoa seguinte		P13 - Diga se frequenta, frequentou ou nunca frequentou um estabelecimento escolar. 0. Nunca frequentou ☑ Passe a P17 + 1. Frequentou 2. Está a frequentar																																
P05 - Indique o mês e o ano de nascimento [][] Mês [][] Ano		P14 - Qual foi o nível de ensino mais elevado que frequentou ou que anda a frequentar? <table border="1" style="width:100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th></th> <th>Nível</th> <th>Ano/Classe/Fase</th> </tr> <tr> <td>Pré- Escolar</td> <td>0</td> <td>1 2</td> </tr> <tr> <td>Alfabetização</td> <td>1</td> <td>1 2 3</td> </tr> <tr> <td>EBI</td> <td>2</td> <td>1 2 3 4</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>5 6</td> </tr> <tr> <td>Secundário</td> <td>3</td> <td>1 2 3 4</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>5 6</td> </tr> <tr> <td>Curso Médio</td> <td>4</td> <td>1 2 3</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>1 2 3 4</td> </tr> <tr> <td>Superior</td> <td>5</td> <td>5+</td> </tr> </table>			Nível	Ano/Classe/Fase	Pré- Escolar	0	1 2	Alfabetização	1	1 2 3	EBI	2	1 2 3 4			5 6	Secundário	3	1 2 3 4			5 6	Curso Médio	4	1 2 3			1 2 3 4	Superior	5	5+	
	Nível	Ano/Classe/Fase																																
Pré- Escolar	0	1 2																																
Alfabetização	1	1 2 3																																
EBI	2	1 2 3 4																																
		5 6																																
Secundário	3	1 2 3 4																																
		5 6																																
Curso Médio	4	1 2 3																																
		1 2 3 4																																
Superior	5	5+																																
P06 - Quantos anos tem? Escreva a idade em anos completos [][][]		P15 - Concluiu o Ano/Classe/Fase? 1. Sim 2. Não																																
P07 - Qual é a sua nacionalidade? Caboverdiana: (se for, escrever 0 0 0) [][][] Estrangeira: [][][] (Indique o nome do País) (Uso interno)		P16 - Área de formação. [][][] (Escrever 000, se for sem formação)																																
P08 - Escrever o local de nascimento Ilha : _____ (Uso interno) _____ Concelho: _____ Freguesia: - _____ Estrangeiro: - _____		SO PARA PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS P17 - Indique qual é o seu principal meio de vida: 1. Trabalho 2. Rendimento de propriedade/empresa 3. Pensão 4. A cargo da família residente em C. V. 5. A cargo da família residente no estrangeiro 6. Outro																																
P09 - Qual o seu local de residência anterior? Ilha : _____ (Uso interno) _____ Concelho: _____ Freguesia: - _____		P20 - Estava disponível para trabalhar na semana de 9 a 15 de Junho de 2000? 1. Sim 2. Não ☑ Passe a P27 +																																
P21 - Diga se procurou emprego, na semana de 9 a 15 de Junho de 2000 0. Não 1. Novo emprego ☑ Passe a P23 + 2. Primeiro emprego ☑ Passe a P27 +++		P22 - Alguma vez trabalhou? 1. Sim 2. Não ☑ Passe a P27 +++																																
P23 - Qual foi a sua ocupação principal na semana de 9 a 15 de Junho de 2000 ou a última vez que trabalhou? _____ (Uso interno) _____ _____		P24 - Indique a sua situação na semana de 09 a 15 de Junho de 2000 ou da última vez que trabalhou? 1. Trabalhador de administração pública 2. Trabalhador do sector empresarial privado 3. Trabalhador do sector empresarial do Estado 4. Trabalhador por conta própria 5. Patrão / Empregador																																

Anexo II – Quadros de Frequência Escolar

Quadro 2.9: Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo e frequência escolar, por ilhas e grupos etários

Ilhas / Grupos etários	Ambos os sexos				Masculino				Feminino			
	Total	Está a freq.	Fre-quentou	Nunca frequ.	Total	Está a freq.	Fre-quentou	Nunca frequ.	Total	Está a freq.	Fre-quentou	Nunca frequ.
SANTO ANTÃO	100	37,3	42,2	20,5	100	35,8	48,3	16,0	100	38,9	35,7	25,4
4 a 5 anos	100	43,8	3,3	52,9	100	42,1	3,3	54,6	100	45,4	3,4	51,2
6 a 14 anos	100	90,1	4,0	5,9	100	89,5	4,3	6,2	100	90,7	3,8	5,5
15 a 24 anos	100	36,2	61,6	2,2	100	33,0	64,8	2,2	100	40,0	57,8	2,2
25 e mais	100	2,5	63,6	33,9	100	2,3	74,1	23,6	100	2,7	52,2	45,1
SÃO VICENTE	100	36,5	49,9	13,6	100	36,2	54,0	9,8	100	36,7	46,0	17,3
4 a 5 anos	100	44,1	4,3	51,6	100	44,2	4,4	51,4	100	44,0	4,1	51,9
6 a 14 anos	100	90,1	4,2	5,8	100	89,8	4,6	5,6	100	90,3	3,7	6,0
15 a 24 anos	100	41,9	56,7	1,5	100	39,1	59,1	1,8	100	44,5	54,3	1,2
25 e mais	100	3,0	76,3	20,6	100	2,9	85,0	12,1	100	3,2	68,3	28,6
SÃO NICOLAU	100	30,5	51,5	18,1	100	30,6	55,3	14,1	100	30,3	47,7	22,0
4 a 5 anos	100	34,3	4,6	61,1	100	32,8	5,3	61,9	100	36,1	3,8	60,2
6 a 14 anos	100	83,0	6,4	10,6	100	81,1	6,7	12,2	100	85,1	6,0	9,0
15 a 24 anos	100	25,2	72,8	2,0	100	23,4	74,1	2,4	100	27,2	71,3	1,5
25 e mais	100	1,2	74,3	24,5	100	1,4	84,0	14,6	100	1,0	65,7	33,3
SAL	100	32,5	60,6	6,8	100	29,6	65,8	4,5	100	35,7	54,9	9,4
4 a 5 anos	100	68,7	10,1	21,2	100	69,6	10,8	19,6	100	67,7	9,3	23,0
6 a 14 anos	100	89,7	7,7	2,6	100	89,4	8,2	2,4	100	89,9	7,2	2,9
15 a 24 anos	100	27,6	71,1	1,4	100	22,2	76,2	1,6	100	33,4	65,6	1,1
25 e mais	100	1,2	88,5	10,3	100	0,9	93,6	5,5	100	1,7	82,3	16,0
BOAVISTA	100	32,5	59,8	7,7	100	30,6	64,6	4,8	100	34,6	54,3	11,1
4 a 5 anos	100	79,4	8,5	12,1	100	80,0	7,5	12,5	100	78,8	9,4	11,8
6 a 14 anos	100	94,9	3,6	1,5	100	93,3	4,9	1,9	100	96,6	2,2	1,2
15 a 24 anos	100	34,9	64,4	0,7	100	35,0	64,3	0,7	100	34,8	64,4	0,8
25 e mais	100	1,6	85,6	12,8	100	1,3	91,7	7,0	100	1,9	78,0	20,1
MAIO	100	39,7	48,7	11,6	100	42,4	50,0	7,7	100	37,4	47,5	15,1
4 a 5 anos	100	72,6	6,5	20,9	100	69,6	5,8	24,6	100	75,4	7,1	17,5
6 a 14 anos	100	91,6	5,4	3,0	100	90,3	6,7	2,9	100	92,8	4,1	3,1
15 a 24 anos	100	29,8	68,9	1,3	100	28,9	69,7	1,4	100	30,7	68,1	1,2
25 e mais	100	2,3	75,7	22,0	100	2,8	84,2	13,0	100	1,9	69,7	28,4
SANTIAGO	100	39,6	42,5	17,8	100	42,2	45,1	12,6	100	37,4	40,3	22,3
4 a 5 anos	100	46,0	7,2	46,9	100	45,2	7,1	47,7	100	46,7	7,3	46,0
6 a 14 anos	100	87,8	6,8	5,4	100	87,5	6,8	5,7	100	88,0	6,8	5,2
15 a 24 anos	100	37,1	60,2	2,7	100	37,4	60,1	2,6	100	36,9	60,3	2,8
25 e mais	100	2,6	66,9	30,5	100	2,7	79,3	18,1	100	2,6	58,1	39,3
FOGO	100	37,0	43,4	19,6	100	39,3	46,7	14,0	100	34,9	40,4	24,7
4 a 5 anos	100	48,6	5,8	45,6	100	47,3	5,9	46,8	100	50,0	5,6	44,4
6 a 14 anos	100	85,7	8,7	5,6	100	85,5	8,4	6,1	100	85,9	9,0	5,1
15 a 24 anos	100	29,6	68,3	2,1	100	30,1	67,5	2,4	100	29,1	69,1	1,8
25 e mais	100	1,2	63,0	35,8	100	1,2	76,4	22,3	100	1,3	52,8	46,0
BRAVA	100	35,3	51,9	12,8	100	35,4	54,6	10,0	100	35,2	49,2	15,6
4 a 5 anos	100	65,4	6,6	28,0	100	62,3	7,5	30,2	100	68,5	5,6	25,9
6 a 14 anos	100	90,6	7,9	1,5	100	89,9	8,9	1,2	100	91,3	7,0	1,7
15 a 24 anos	100	25,6	72,5	1,9	100	27,6	70,6	1,8	100	23,5	74,5	2,0
25 e mais	100	1,6	75,1	23,2	100	1,3	81,8	16,9	100	2,0	68,9	29,1

Quadro 2.10: Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo e frequência escolar, por concelhos e grupos etários

Concelhos/ Grupos etários	Total				Masculino				Feminino			
	Total	Está a freq.	Fre- quentou	Nunca frequ.	Total	Está a freq.	Fre- quentou	Nunca frequ.	Total	Está a freq.	Fre- quentou	Nunca frequ.
Ribeira Grande	100	36,8	44,6	18,7	100	35,2	50,8	14,0	100	38,4	37,9	23,6
4 a 5 anos	100	43,3	4,1	52,6	100	41,0	4,8	54,2	100	45,6	3,4	51,1
6 a 14 anos	100	89,9	5,1	4,9	100	89,0	5,7	5,2	100	90,8	4,5	4,6
15 a 24 anos	100	39,9	58,6	1,5	100	36,4	62,2	1,4	100	43,8	54,7	1,5
25 e mais	100	2,6	67,4	30,1	100	2,5	77,7	19,8	100	2,6	56,2	41,2
Paúl	100	39,3	41,6	19,1	100	38,2	46,7	15,1	100	40,6	35,5	23,9
4 a 5 anos	100	44,6	5,0	50,4	100	46,5	3,8	49,8	100	42,6	6,4	51,0
6 a 14 anos	100	92,5	2,6	4,9	100	92,0	2,4	5,5	100	92,9	2,8	4,3
15 a 24 anos	100	34,7	62,4	2,9	100	32,1	65,5	2,5	100	38,2	58,4	3,4
25 e mais	100	3,0	64,1	32,9	100	3,1	73,1	23,8	100	2,8	53,3	43,9
Porto Novo	100	37,0	39,6	23,5	100	35,3	45,8	19,0	100	38,7	33,0	28,2
4 a 5 anos	100	43,9	1,7	54,3	100	41,5	1,4	57,1	100	46,4	2,1	51,5
6 a 14 anos	100	89,1	3,5	7,4	100	88,8	3,6	7,6	100	89,4	3,4	7,2
15 a 24 anos	100	32,4	64,8	2,8	100	29,3	67,8	2,8	100	35,9	61,4	2,6
25 e mais	100	2,1	58,5	39,4	100	1,7	69,8	28,6	100	2,6	46,4	50,9
Tarrafal	100	36,3	38,4	25,3	100	40,8	40,1	19,1	100	32,8	37,1	30,2
4 a 5 anos	100	24,6	5,0	70,3	100	22,4	5,3	72,4	100	26,9	4,8	68,4
6 a 14 anos	100	83,8	8,3	8,0	100	84,2	8,1	7,7	100	83,4	8,4	8,2
15 a 24 anos	100	33,9	61,9	4,3	100	37,8	58,9	3,3	100	30,4	64,5	5,1
25 e mais	100	1,4	57,7	41,0	100	1,5	71,2	27,4	100	1,3	49,8	48,9
Santa Catarina	100	39,6	37,7	22,7	100	44,2	39,3	16,4	100	35,9	36,3	27,8
4 a 5 anos	100	45,5	5,8	48,7	100	43,7	5,8	50,5	100	47,4	5,7	46,9
6 a 14 anos	100	88,0	6,0	5,9	100	88,3	5,5	6,2	100	87,8	6,6	5,6
15 a 24 anos	100	33,2	64,1	2,8	100	35,0	62,1	2,9	100	31,4	65,9	2,7
25 e mais	100	1,5	56,7	41,8	100	1,4	70,7	27,9	100	1,5	48,4	50,1
Santa Cruz	100	41,4	38,8	19,8	100	43,9	41,7	14,4	100	39,3	36,1	24,6
4 a 5 anos	100	47,5	6,5	46,0	100	48,0	5,6	46,4	100	47,0	7,4	45,6
6 a 14 anos	100	86,7	6,7	6,6	100	85,9	7,0	7,1	100	87,5	6,4	6,0
15 a 24 anos	100	33,7	62,9	3,3	100	31,6	65,1	3,3	100	35,8	60,7	3,4
25 e mais	100	1,6	62,5	35,9	100	1,8	76,1	22,2	100	1,5	53,3	45,3
Praia	100	39,6	47,1	13,2	100	40,8	50,0	9,2	100	38,5	44,6	16,9
4 a 5 anos	100	50,8	5,5	43,7	100	50,7	5,3	43,9	100	50,9	5,7	43,4
6 a 14 anos	100	89,6	5,7	4,7	100	89,1	6,0	4,9	100	90,0	5,4	4,6
15 a 24 anos	100	40,8	56,9	2,3	100	40,4	57,4	2,2	100	41,2	56,5	2,3
25 e mais	100	3,6	75,7	20,7	100	3,6	85,5	10,9	100	3,6	67,7	28,6
São Domingos	100	42,4	41,7	15,9	100	44,0	44,9	11,1	100	41,0	38,8	20,3
4 a 5 anos	100	59,4	8,6	32,0	100	56,8	9,8	33,3	100	61,9	7,4	30,7
6 a 14 anos	100	89,0	8,1	2,9	100	88,3	8,5	3,2	100	89,7	7,7	2,6
15 a 24 anos	100	35,1	63,2	1,7	100	34,2	63,9	2,0	100	36,1	62,5	1,4
25 e mais	100	3,0	65,0	32,0	100	2,7	76,9	20,4	100	3,3	56,0	40,7
Calheta - S. M.	100	37,5	40,0	22,4	100	42,6	41,6	15,8	100	33,6	38,8	27,5
4 a 5 anos	100	31,8	22,1	46,1	100	30,6	22,2	47,2	100	33,0	22,0	45,0
6 a 14 anos	100	82,7	12,7	4,6	100	83,3	12,0	4,7	100	82,2	13,4	4,4
15 a 24 anos	100	33,2	63,4	3,4	100	36,2	61,1	2,8	100	30,6	65,5	4,0
25 e mais	100	1,9	56,0	42,1	100	1,7	70,2	28,1	100	1,9	48,2	49,8
Mosteiros	100	35,3	45,2	19,5	100	37,5	48,9	13,5	100	33,3	41,9	24,8
4 a 5 anos	100	47,8	7,6	44,6	100	45,8	7,2	47,0	100	49,7	7,9	42,4
6 a 14 anos	100	85,1	8,8	6,2	100	84,7	8,9	6,4	100	85,4	8,6	6,0
15 a 24 anos	100	27,7	70,2	2,1	100	31,1	66,7	2,2	100	24,3	73,8	1,9
25 e mais	100	1,0	65,6	33,4	100	0,9	79,2	19,9	100	1,1	55,0	43,9
São Filipe	100	37,6	42,8	19,7	100	39,8	45,9	14,2	100	35,5	39,9	24,6
4 a 5 anos	100	48,9	5,2	46,0	100	47,7	5,5	46,8	100	50,1	4,8	45,1
6 a 14 anos	100	86,0	8,6	5,4	100	85,8	8,2	6,0	100	86,1	9,1	4,8
15 a 24 anos	100	30,2	67,7	2,1	100	29,8	67,8	2,4	100	30,5	67,7	1,8
25 e mais	100	1,3	62,0	36,6	100	1,4	75,4	23,2	100	1,3	52,0	46,7

Anexo III – Quadros de Escolarização

Quadro 3.4: Taxa de escolarização actual da população residente em Santo Antão de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)

Ilha/Idade	Santo Antao			Urbano			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
6	63,1	61,4	64,9	79,9	81,0	78,8	56,6	54,1	59,3
7	80,9	81,2	80,6	88,3	87,6	89,1	78,3	79,0	77,4
8	93,9	92,5	95,2	96,2	95,9	96,4	93,0	91,0	94,8
9	94,8	95,3	94,3	95,8	97,2	94,6	94,5	94,7	94,2
10	98,7	98,5	98,9	99,3	99,0	99,5	98,5	98,2	98,7
11	97,9	97,6	98,2	99,1	99,5	98,8	97,5	96,8	98,0
12	96,9	96,6	97,2	97,8	96,8	98,8	96,5	96,6	96,5
13	94,3	93,6	95,1	96,7	96,8	96,6	93,3	92,3	94,4
14	87,6	86,8	88,5	90,9	89,3	92,6	86,2	85,7	86,6
15	74,8	70,9	78,6	86,5	84,3	88,3	68,7	64,9	72,9
16	64,6	59,2	70,8	75,3	69,9	80,1	58,7	54,3	64,5
17	52,9	50,3	55,3	66,5	70,2	63,5	45,2	40,4	50,2
18	40,0	37,3	42,9	53,5	54,4	52,4	33,4	28,7	38,5
19	29,5	27,5	32,2	40,6	39,6	41,7	24,1	22,4	26,6
20	21,4	18,8	24,7	27,5	24,3	30,5	18,2	16,4	20,8
21	12,5	11,4	13,8	20,1	20,2	20,0	8,7	7,1	10,8
22	9,3	7,7	11,0	13,1	10,5	15,8	7,1	6,3	8,1
23	8,2	8,1	8,2	10,2	9,2	11,2	7,2	7,7	6,5
24	6,6	5,5	7,7	9,1	7,6	10,8	5,5	4,5	6,5

Quadro 3.5: Taxa de escolarização actual da população residente em São Vicente de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)

Ilha/Idade	São Vicente			Urbano			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
6	58,2	59,7	56,7	60,7	62,2	59,2	27,0	25,5	28,3
7	81,1	81,6	80,6	82,1	82,6	81,5	68,2	69,5	66,7
8	91,9	92,5	91,4	91,9	92,8	91,0	92,4	87,9	96,7
9	93,6	92,3	95,0	93,6	92,5	94,8	93,7	90,7	98,1
10	98,0	98,2	97,9	98,1	98,3	97,9	97,4	95,6	98,6
11	98,2	97,8	98,5	98,2	97,9	98,5	97,5	96,9	98,1
12	96,9	96,5	97,2	96,9	96,5	97,2	97,0	96,3	98,1
13	95,9	94,9	96,8	96,0	94,9	97,2	93,2	94,8	91,7
14	90,7	89,2	92,2	91,2	89,5	92,8	84,2	84,5	83,9
15	80,0	75,1	84,6	81,0	76,2	85,5	66,1	62,1	70,9
16	69,4	64,2	74,3	71,4	66,3	76,2	42,9	37,7	48,3
17	60,3	56,3	64,1	62,5	58,7	66,0	26,3	26,7	25,6
18	48,4	45,1	51,3	50,4	47,3	53,1	20,3	20,6	20,0
19	36,5	35,5	37,5	38,3	37,9	38,6	7,1	5,7	9,7
20	27,9	27,6	28,1	29,2	29,0	29,4	8,4	8,7	8,2
21	22,6	21,9	23,4	23,8	23,4	24,2	5,9	2,2	10,0
22	18,2	16,9	19,4	19,0	17,9	20,0	6,0	2,3	9,8
23	16,1	14,1	18,4	16,8	14,7	19,3	3,1	3,0	3,1
24	12,3	11,5	13,2	13,0	12,3	13,6	3,6	2,1	5,6

Quadro 3.6: Taxa de escolarização actual da população residente em São Nicolau de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)

Ilha/Idade	São Nicolau			Urbano			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
6	36,9	26,8	46,9	50,9	39,3	61,5	27,1	18,6	36,1
7	68,4	67,7	69,2	76,0	74,1	78,1	63,7	63,3	64,0
8	91,0	90,0	92,2	91,0	91,8	90,1	91,0	88,7	93,9
9	92,2	91,6	92,8	89,8	89,5	90,2	93,8	93,1	94,8
10	98,3	97,3	99,4	98,0	97,5	98,6	98,5	97,1	100,0
11	98,9	98,5	99,4	98,0	97,6	98,5	99,6	99,2	100,0
12	96,0	93,9	98,0	96,2	93,7	98,7	95,9	94,1	97,4
13	91,4	89,4	93,5	93,4	87,5	100,0	90,1	90,8	89,5
14	81,1	79,0	83,1	83,6	76,7	89,9	79,1	81,0	77,6
15	64,4	62,0	66,7	72,7	65,8	79,0	57,1	58,9	55,2
16	52,8	47,2	58,3	61,7	55,9	66,2	45,2	41,2	50,0
17	38,9	38,7	39,1	48,4	45,3	51,7	32,2	34,1	30,0
18	26,6	27,7	25,4	33,0	27,3	38,3	22,1	28,0	14,3
19	15,0	12,1	17,7	17,3	15,2	19,0	12,9	9,8	16,4
20	9,8	12,1	7,1	12,9	16,3	9,6	7,7	9,6	5,0
21	4,0	3,5	4,6	1,0	0,0	1,9	6,4	5,8	7,1
22	3,1	1,8	4,8	4,2	5,1	3,1	2,4	0,0	5,8
23	1,8	0,9	2,7	2,2	2,2	2,1	1,5	0,0	3,1
24	3,2	1,6	5,3	4,4	0,0	9,8	2,3	2,6	1,9

Quadro 3.7.: Taxa de escolarização actual da população residente no Sal de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)

Ilha/Idade	Sal			Urbano			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
6	75,7	76,0	75,4	73,8	74,2	73,5	91,9	93,8	90,5
7	81,4	81,4	81,4	80,8	79,1	82,7	86,5	100,0	70,6
8	82,5	83,4	81,7	80,2	82,1	78,4	100,0	100,0	100,0
9	89,6	90,6	88,7	88,3	89,4	87,2	100,0	100,0	100,0
10	96,4	97,2	95,7	95,9	96,8	95,0	100,0	100,0	100,0
11	99,2	98,9	99,5	99,1	98,9	99,4	100,0	100,0	100,0
12	97,5	97,3	97,7	97,1	96,8	97,3	100,0	100,0	100,0
13	94,9	93,9	95,7	94,5	93,4	95,5	100,0	100,0	100,0
14	89,6	85,2	94,3	89,8	85,2	94,4	88,6	85,0	93,3
15	81,1	78,2	83,5	83,6	78,8	87,6	57,1	73,7	37,5
16	63,2	57,6	68,8	66,0	59,0	72,7	41,7	47,4	35,3
17	43,0	31,0	53,2	43,7	33,1	52,6	37,5	13,3	58,8
18	29,8	22,2	38,8	30,5	23,0	39,7	25,0	15,8	33,3
19	20,5	13,8	27,7	21,3	14,4	28,6	12,5	7,7	18,2
20	14,8	12,1	18,0	16,1	12,9	19,7	3,6	5,9	0,0
21	5,0	4,4	5,6	5,2	4,9	5,4	3,7	0,0	6,7
22	1,0	1,7	0,0	1,1	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
23	2,7	1,1	4,6	2,4	1,3	3,6	5,0	0,0	13,3
24	2,2	2,6	1,5	2,1	2,4	1,6	3,2	4,5	0,0

Quadro 3.8.: Taxa de escolarização actual da população residente na Boavista de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)

Ilha/Idade	Boavista			Urbano			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
6	86,7	75,7	97,4	86,5	76,2	100,0	86,8	75,0	95,5
7	90,5	89,5	91,7	93,3	100,0	85,7	88,6	81,8	95,5
8	94,5	97,4	92,5	95,5	100,0	92,0	93,6	94,7	92,9
9	95,4	94,0	97,3	91,2	85,0	100,0	98,1	100,0	95,7
10	97,8	95,7	100,0	100,0	100,0	100,0	96,4	92,9	100,0
11	99,2	98,4	100,0	100,0	100,0	100,0	98,5	97,3	100,0
12	97,0	96,0	98,0	97,9	95,2	100,0	96,3	96,6	96,0
13	94,9	94,8	95,1	95,6	96,0	95,0	94,4	93,9	95,2
14	94,5	92,5	96,4	98,1	100,0	96,2	91,2	85,2	96,7
15	84,4	85,2	83,3	96,2	96,4	96,0	73,2	75,8	69,6
16	74,5	74,6	74,5	75,5	78,6	71,4	73,8	71,0	76,7
17	54,2	53,8	54,5	58,3	66,7	53,3	52,5	50,0	55,2
18	43,5	42,9	44,4	45,8	46,4	45,0	40,5	38,1	43,8
19	20,6	20,8	20,5	15,4	7,1	20,0	27,6	40,0	21,1
20	17,5	11,5	22,6	13,3	0,0	28,6	22,2	30,0	17,6
21	4,8	5,3	4,0	7,1	11,8	0,0	2,9	0,0	7,1
22	2,6	2,3	2,9	2,9	0,0	6,7	2,4	4,3	0,0
23	6,4	7,7	4,8	6,5	8,7	4,3	6,3	6,9	5,3
24	1,1	2,0	0,0	2,0	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0

Quadro 3.9.: Taxa de escolarização actual da população residente no Maio de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)

Ilha/Idade	Maio			Urbano			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
6	77,0	72,2	81,9	74,7	69,8	81,6	78,7	74,5	82,1
7	89,1	88,4	89,9	89,3	86,5	93,8	89,0	89,9	88,3
8	92,4	95,3	88,9	90,3	94,1	86,8	93,6	95,9	90,4
9	97,3	96,0	98,4	97,6	96,8	98,1	97,2	95,6	98,6
10	99,5	99,1	100,0	100,0	100,0	100,0	99,2	98,6	100,0
11	97,7	98,2	97,0	98,8	97,8	100,0	97,0	98,6	95,2
12	95,9	96,2	95,7	97,3	100,0	94,6	95,3	94,2	96,2
13	88,9	87,4	90,6	95,4	93,8	97,0	85,2	84,1	86,5
14	84,8	79,2	91,5	88,6	84,4	92,1	82,4	76,6	90,9
15	72,2	75,0	69,7	82,4	81,3	83,3	66,4	71,4	61,9
16	63,6	67,2	61,3	67,2	77,3	62,2	60,9	61,5	60,4
17	40,9	42,9	39,4	43,5	45,2	42,1	39,2	41,3	37,5
18	32,1	38,8	25,4	42,5	40,0	45,0	27,7	38,3	17,0
19	17,3	15,3	19,6	5,3	5,0	5,6	23,6	20,5	27,3
20	12,7	8,6	17,3	10,0	7,7	12,5	15,0	9,4	21,4
21	3,7	4,2	3,3	4,2	5,9	3,2	3,3	3,2	3,3
22	1,7	0,0	3,9	1,9	0,0	4,2	1,5	0,0	3,7
23	3,2	3,4	3,0	6,7	8,0	5,0	1,3	0,0	2,1
24	3,1	1,7	5,0	6,8	3,4	13,3	0,0	0,0	0,0

**Quadro 3.10.: Taxa de escolarização actual da população residente em Santiago de
6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)**

Ilha/Idade	Santiago			Urbano			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
6	64,2	63,3	65,2	69,0	67,4	70,6	60,2	59,6	60,7
7	80,0	79,0	81,0	81,6	80,1	83,2	78,6	78,0	79,2
8	89,7	90,0	89,3	90,3	90,9	89,7	89,1	89,2	89,0
9	90,3	90,7	89,9	91,4	91,9	91,0	89,3	89,6	89,0
10	97,3	97,1	97,5	97,9	97,8	98,1	96,8	96,5	97,1
11	97,0	96,4	97,6	97,5	96,8	98,2	96,6	96,1	97,1
12	94,7	94,4	95,0	95,8	95,5	96,1	93,6	93,3	93,8
13	91,4	91,3	91,5	94,0	92,7	95,1	88,8	89,9	87,5
14	84,5	84,7	84,3	89,6	87,6	91,4	79,0	81,7	76,1
15	73,5	73,7	73,3	81,9	81,3	82,4	64,3	65,3	63,4
16	63,0	62,6	63,4	71,8	70,1	73,5	52,6	54,0	51,2
17	52,8	53,4	52,2	63,1	62,4	63,7	40,1	43,1	37,0
18	42,2	41,0	43,5	52,9	50,0	55,9	28,6	29,9	27,2
19	32,5	32,8	32,1	41,7	41,7	41,8	20,4	22,2	18,5
20	24,1	23,6	24,6	30,8	30,4	31,2	14,5	14,0	14,9
21	15,2	15,0	15,3	20,1	19,8	20,4	7,7	7,9	7,4
22	10,6	10,8	10,5	13,7	13,4	13,9	6,2	6,8	5,5
23	8,8	8,3	9,3	11,4	10,2	12,4	5,0	5,3	4,8
24	7,3	7,9	6,9	9,7	9,7	9,6	3,6	4,8	2,5

**Quadro 3.11: Taxa de escolarização actual da população residente no Fogo de
6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)**

Ilha/Idade	Fogo			Urbano			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
6	60,3	57,3	63,1	67,6	69,3	65,6	58,5	54,1	62,6
7	76,9	75,3	78,6	74,8	65,7	83,5	77,4	77,4	77,4
8	89,8	89,7	90,0	89,7	89,0	90,4	89,9	89,9	89,9
9	90,7	89,8	91,8	87,1	87,0	87,3	91,5	90,4	92,8
10	96,3	96,3	96,2	97,8	96,5	99,1	96,0	96,3	95,6
11	96,6	96,5	96,7	97,5	97,4	97,6	96,3	96,2	96,4
12	93,7	93,1	94,3	96,8	97,5	96,1	92,9	92,1	93,8
13	85,2	85,2	85,1	92,6	92,3	92,9	83,2	83,4	83,0
14	77,9	80,6	75,4	88,6	90,0	87,1	74,9	77,8	72,2
15	65,1	65,5	64,7	80,2	79,4	80,8	60,6	61,7	59,4
16	51,9	53,3	50,5	63,3	57,5	69,2	48,4	52,0	44,7
17	38,3	39,1	37,5	59,3	59,1	59,4	32,4	34,3	30,2
18	32,5	33,6	31,1	51,0	51,4	50,5	26,3	28,0	24,3
19	22,9	22,6	23,3	40,8	42,0	39,6	16,4	15,2	17,5
20	13,1	10,4	15,5	23,3	16,5	28,2	9,3	8,4	10,2
21	9,2	10,3	7,9	17,1	14,7	20,0	6,8	8,9	4,5
22	4,0	2,7	5,2	4,0	2,4	5,4	4,0	2,9	5,1
23	4,4	4,6	4,2	5,5	4,4	6,4	4,0	4,6	3,4
24	2,2	2,1	2,4	3,4	1,5	5,1	1,7	2,3	1,2

Quadro 3.12.: Taxa de escolarização actual da população residente na Brava de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)

Ilha/Idade	Brava			Urbano			Rural		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
6	60,3	57,3	63,1	67,6	69,3	65,6	58,5	54,1	62,6
7	76,9	75,3	78,6	74,8	65,7	83,5	77,4	77,4	77,4
8	89,8	89,7	90,0	89,7	89,0	90,4	89,9	89,9	89,9
9	90,7	89,8	91,8	87,1	87,0	87,3	91,5	90,4	92,8
10	96,3	96,3	96,2	97,8	96,5	99,1	96,0	96,3	95,6
11	96,6	96,5	96,7	97,5	97,4	97,6	96,3	96,2	96,4
12	93,7	93,1	94,3	96,8	97,5	96,1	92,9	92,1	93,8
13	85,2	85,2	85,1	92,6	92,3	92,9	83,2	83,4	83,0
14	77,9	80,6	75,4	88,6	90,0	87,1	74,9	77,8	72,2
15	65,1	65,5	64,7	80,2	79,4	80,8	60,6	61,7	59,4
16	51,9	53,3	50,5	63,3	57,5	69,2	48,4	52,0	44,7
17	38,3	39,1	37,5	59,3	59,1	59,4	32,4	34,3	30,2
18	32,5	33,6	31,1	51,0	51,4	50,5	26,3	28,0	24,3
19	22,9	22,6	23,3	40,8	42,0	39,6	16,4	15,2	17,5
20	13,1	10,4	15,5	23,3	16,5	28,2	9,3	8,4	10,2
21	9,2	10,3	7,9	17,1	14,7	20,0	6,8	8,9	4,5
22	4,0	2,7	5,2	4,0	2,4	5,4	4,0	2,9	5,1
23	4,4	4,6	4,2	5,5	4,4	6,4	4,0	4,6	3,4
24	2,2	2,1	2,4	3,4	1,5	5,1	1,7	2,3	1,2

Quadro 3.18: Taxa Bruta de escolarização de 6 a 11 anos no EBI e de 12 a 17 anos no Ensino Secundário, segundo o meio de residência por Concelhos e sexo

Concelhos Sexo	EBI			Secundario		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Ribeira Grande	119,1	121,2	118,6	66,6	100,8	56,4
Masculino	121,4	123,2	121,0	61,0	97,5	51,4
Feminino	116,8	119,2	116,3	72,6	103,7	62,0
Paúl	120,9	128,3	119,2	57,6	76,6	51,9
Masculino	122,0	130,3	120,1	55,2	76,1	49,0
Feminino	119,7	126,1	118,2	60,3	77,3	55,4
Porto Novo	119,1	121,4	117,5	51,6	72,2	31,9
Masculino	118,9	120,5	117,7	49,4	70,5	31,0
Feminino	119,3	122,4	117,2	53,8	73,6	32,9
São Vicente	115,7	115,5	118,7	81,1	84,3	37,6
Masculino	116,6	116,4	119,9	74,8	78,0	34,7
Feminino	114,8	114,6	117,4	87,3	90,3	41,0
São Nicolau	107,6	107,9	107,5	42,9	55,0	33,5
Masculino	105,7	108,1	104,0	40,0	46,3	35,2
Feminino	109,8	107,6	111,4	45,7	63,5	31,8
Sal	107,0	105,5	119,7	64,4	66,2	49,0
Masculino	110,3	108,5	128,4	56,2	57,5	45,6
Feminino	103,8	102,6	113,0	72,3	74,3	53,1
Boa Vista	118,7	122,0	116,0	69,4	78,0	62,3
Masculino	121,3	127,1	116,8	68,6	76,7	62,4
Feminino	115,9	116,7	115,3	70,3	79,4	62,1
Maio	111,8	108,5	113,8	54,5	62,1	49,9
Masculino	109,7	105,2	112,6	55,6	58,7	53,9
Feminino	113,9	112,2	115,0	53,4	64,9	45,9
Tarrafal	105,7	111,9	102,9	55,7	74,3	45,8
Masculino	107,3	108,2	106,9	58,9	80,4	48,4
Feminino	104,2	115,6	99,4	52,7	69,2	43,3
Santa Catarina	110,2	106,1	110,7	54,6	96,7	48,0
Masculino	111,4	105,4	112,2	54,6	93,1	49,0
Feminino	109,0	106,7	109,3	54,6	100,0	47,0
Santa Cruz	107,1	106,7	107,2	54,7	66,1	50,6
Masculino	107,1	107,6	106,9	50,9	58,8	48,2
Feminino	107,1	105,8	107,5	58,4	73,0	53,1
Praia	110,6	110,5	110,9	79,3	84,6	32,4
Masculino	110,3	110,0	112,9	76,5	81,6	32,6
Feminino	110,8	111,0	108,8	82,0	87,4	32,2
São Domingos	112,8	107,7	113,5	57,4	110,3	50,1
Masculino	112,3	104,9	113,3	53,7	100,0	48,1
Feminino	113,4	111,1	113,7	61,1	118,9	52,3
São Miguel	100,9	103,2	100,0	55,9	81,9	42,9
Masculino	103,6	103,3	103,7	56,2	75,8	45,9
Feminino	98,5	103,1	96,7	55,6	88,7	39,9
Mosteiros	107,6	106,7	107,7	45,0	61,9	44,5
Masculino	105,9	119,0	105,6	47,8	52,9	47,7
Feminino	109,5	95,8	109,9	42,2	68,0	41,3
São Filipe	113,3	113,7	113,2	47,1	73,2	37,1
Masculino	114,0	112,3	114,6	45,4	68,9	36,8
Feminino	112,5	115,0	111,7	48,8	77,4	37,4
Brava	119,1	115,9	120,1	47,2	82,0	35,7
Masculino	119,4	118,4	119,7	49,7	80,4	39,0
Feminino	118,8	113,5	120,4	44,5	84,0	32,0

Quadro 3.20: Taxa Líquida de escolarização de 6 a 11 anos no EBI e de 12 a 17 anos no Ensino Secundário, segundo o meio de residência por Concelhos e sexo

Concelhos Sexo	EBI			Secundario		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Ribeira Grande	85,4	91,4	83,9	44,9	61,8	39,9
Masculino	84,1	91,2	82,5	40,7	57,4	36,2
Feminino	86,6	91,5	85,4	49,6	65,8	44,0
Paúl	87,2	88,9	86,8	40,3	48,5	37,9
Masculino	86,9	90,3	86,1	37,8	48,4	34,5
Feminino	87,5	87,3	87,6	43,2	48,5	41,7
Porto Novo	84,4	87,7	82,2	38,2	51,3	25,6
Masculino	83,7	86,9	81,3	35,1	47,4	24,4
Feminino	85,2	88,6	83,0	41,2	54,7	27,0
São Vicente	84,2	84,6	79,0	52,7	54,4	30,2
Masculino	84,4	84,9	77,2	48,8	50,5	28,1
Feminino	84,0	84,2	80,9	56,5	58,1	32,6
São Nicolau	77,6	80,8	75,4	35,9	45,6	28,3
Masculino	76,9	80,1	74,6	32,3	37,7	28,1
Feminino	78,4	81,5	76,2	39,4	53,3	28,5
Sal	82,3	81,3	90,1	53,0	54,4	40,5
Masculino	83,2	82,4	91,2	46,8	47,7	40,4
Feminino	81,4	80,3	89,3	58,8	60,6	40,6
Boa Vista	90,7	90,1	91,1	58,9	62,1	56,3
Masculino	90,3	91,5	89,3	57,5	60,9	54,9
Feminino	91,1	88,6	93,1	60,5	63,4	57,9
Maio	87,1	86,1	87,7	46,6	52,6	43,0
Masculino	86,9	82,9	89,4	47,9	50,5	46,4
Feminino	87,3	89,6	86,0	45,5	54,2	39,8
Tarrafal	80,2	82,9	79,0	43,4	53,0	38,4
Masculino	80,6	81,9	79,9	45,0	54,4	40,3
Feminino	79,9	83,8	78,2	42,0	51,8	36,5
Santa Catarina	83,2	84,8	83,0	42,0	63,7	38,6
Masculino	83,3	83,8	83,3	42,2	63,4	39,1
Feminino	83,1	85,8	82,8	41,8	64,0	38,1
Santa Cruz	81,5	81,2	81,7	41,3	45,4	39,8
Masculino	81,0	81,3	80,9	38,0	41,5	36,9
Feminino	82,1	81,0	82,4	44,5	49,1	42,8
Praia	84,4	84,9	81,0	53,6	56,6	26,9
Masculino	84,1	84,6	80,3	51,5	54,5	26,0
Feminino	84,7	85,1	81,7	55,6	58,5	27,8
São Domingos	83,3	87,6	82,7	43,1	69,4	39,5
Masculino	82,3	86,6	81,7	40,8	64,2	37,9
Feminino	84,3	88,9	83,8	45,5	73,6	41,2
São Miguel	78,9	81,4	77,9	41,7	58,1	33,5
Masculino	79,2	80,5	78,6	43,7	57,0	36,8
Feminino	78,7	82,4	77,3	39,6	59,4	30,2
Mosteiros	79,0	88,9	78,8	38,5	59,5	37,9
Masculino	78,8	95,2	78,4	40,1	52,9	39,7
Feminino	79,3	83,3	79,2	37,0	64,0	36,1
São Filipe	82,0	81,7	82,1	35,9	50,8	30,1
Masculino	81,7	79,8	82,3	34,5	48,3	29,4
Feminino	82,3	83,5	81,9	37,3	53,2	30,9
Brava	89,5	90,7	89,2	37,5	60,3	30,0
Masculino	88,8	90,4	88,2	40,2	61,5	32,9
Feminino	90,2	91,0	90,0	34,4	58,8	26,7

Anexo IV – Quadros do Nível de Instrução

Quadro 4.8 : Nível de instrução da população residente de 15 anos e mais que já frequentou um estabelecimento de ensino por ilhas e o sexo

Ilha / Sexo	Total	P.Escolar	Alfabet.	EBI	Secund.	C. Médio/Sup.
CABO VERDE	100	0,3	5,4	74,3	16,9	3,1
Masculino	100	0,2	4,0	74,9	17,3	3,7
Feminino	100	0,4	7,0	73,7	16,5	2,4
SANTO ANTAO	100	0,2	11,7	74,4	12,2	1,4
Masculino	100	0,2	11,1	75,5	11,6	1,6
Feminino	100	0,3	12,7	72,8	13,2	1,0
SAO VICENTE	100	0,2	3,4	71,6	21,0	3,8
Masculino	100	0,1	2,3	72,6	20,7	4,3
Feminino	100	0,3	4,5	70,6	21,4	3,2
SAO NICOLAU	100	0,1	7,1	82,1	8,8	1,9
Masculino	100	0,0	4,7	84,0	9,1	2,1
Feminino	100	0,1	10,0	80,0	8,3	1,6
SAL	100	0,2	3,4	68,6	24,2	3,5
Masculino	100	0,1	1,5	70,2	24,1	4,1
Feminino	100	0,3	6,0	66,6	24,4	2,7
BOA VISTA	100	0,0	6,0	77,8	13,6	2,5
Masculino	100	0,1	4,0	81,3	11,9	2,7
Feminino	100	0,0	8,6	73,2	15,9	2,3
MAIO	100	0,3	12,1	73,2	13,4	1,0
Masculino	100	0,2	7,8	76,8	13,7	1,6
Feminino	100	0,4	15,9	70,0	13,2	0,5
SANTIAGO	100	0,4	4,2	74,4	17,3	3,7
Masculino	100	0,3	2,6	74,2	18,3	4,6
Feminino	100	0,5	5,8	74,6	16,3	2,8
FOGO	100	0,2	7,8	77,0	13,6	1,3
Masculino	100	0,1	5,5	78,2	14,3	1,8
Feminino	100	0,4	10,3	75,8	12,9	0,6
BRAVA	100	0,7	6,8	81,2	9,9	1,4
Masculino	100	0,6	4,7	81,4	11,3	1,9
Feminino	100	0,8	9,1	80,9	8,4	0,8

Quadro 4.9: Nível de ensino da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo por nível e ano que já estudou no meio urbano

Nível de ensino	Total	Masculino	Feminino
	%	%	%
URBANO	100	100	100
Pre-escolar - ano 1	0,5	0,5	0,6
Pre-escolar - ano 2	0,6	0,5	0,6
Alfabetizacao - ano 1	1,1	0,5	1,7
Alfabetizacao - ano 2	1,6	1,0	2,1
Alfabetizacao - ano 3	0,8	0,6	1,1
EBI - ano 1	2,8	2,4	3,3
EBI - ano 2	4,7	4,3	5,1
EBI - ano 3	5,8	4,9	6,8
EBI - ano 4	32,7	34,3	31,0
EBI - ano 5	3,0	3,0	3,1
EBI - ano 6	20,4	20,8	20,1
Secundario - ano 1	2,5	2,5	2,4
Secundario - ano 2	3,4	3,1	3,7
Secundario - ano 3	9,1	9,2	9,0
Secundario - ano 4	1,2	1,2	1,1
Secundario - ano 5	3,1	3,5	2,7
Secundario - ano 6	2,1	2,1	2,1
Curso medio - ano 1	0,1	0,1	0,0
Curso medio - ano 2	0,1	0,1	0,1
Curso medio - ano 3	1,1	1,2	0,9
Superior - ano 1	0,0	0,1	0,0
Superior - ano 2	0,1	0,1	0,1
Superior - ano 3	0,3	0,4	0,3
Superior - ano 4	0,5	0,6	0,4
Superior - ano 5 +	2,4	2,9	1,8

Quadro 4.10: Nível de ensino da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo por nível e ano que já estudou no meio rural

Nível de ensino	Total	Masculino	Feminino
	%	%	%
RURAL	100	100	100
Pre-escolar - ano 1	1,3	1,2	1,4
Pre-escolar - ano 2	0,9	0,8	1,0
Alfabetizacao - ano 1	2,6	1,7	3,6
Alfabetizacao - ano 2	3,2	2,7	3,7
Alfabetizacao - ano 3	1,6	1,6	1,8
EBI - ano 1	4,4	4,2	4,7
EBI - ano 2	7,2	7,3	7,2
EBI - ano 3	9,2	8,7	9,9
EBI - ano 4	39,9	41,4	38,4
EBI - ano 5	3,7	3,7	3,7
EBI - ano 6	16,4	16,8	16,0
Secundario - ano 1	2,0	2,0	1,9
Secundario - ano 2	2,2	2,2	2,2
Secundario - ano 3	2,9	3,1	2,7
Secundario - ano 4	0,6	0,6	0,6
Secundario - ano 5	0,8	0,9	0,6
Secundario - ano 6	0,6	0,7	0,5
Curso medio - ano 1	0,0	0,0	0,0
Curso medio - ano 2	0,0	0,0	0,0
Curso medio - ano 3	0,2	0,2	0,1
Superior - ano 1	0,0	0,0	0,0
Superior - ano 2	0,0	0,0	0,0
Superior - ano 3	0,0	0,0	0,0
Superior - ano 4	0,0	0,0	0,0
Superior - ano 5 +	0,1	0,1	0,1

Quadro 4.13: Nível de ensino da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo por nível e ano que esta estudar no meio urbano

Nível de ensino	Total	Masculino	Feminino
	%	%	%
Urbano	100	100	100
Pre-escolar - ano 1	4,0	4,2	3,9
Pre-escolar - ano 2	5,1	5,2	5,0
Alfabetizacao - ano 1	0,1	0,1	0,2
Alfabetizacao - ano 2	0,3	0,2	0,3
Alfabetizacao - ano 3	0,4	0,3	0,5
EBI - ano 1	7,1	7,5	6,7
EBI - ano 2	9,9	10,6	9,3
EBI - ano 3	8,3	8,7	8,0
EBI - ano 4	10,2	10,6	9,8
EBI - ano 5	7,6	7,7	7,4
EBI - ano 6	9,2	9,2	9,3
Secundario - ano 1	6,4	6,4	6,5
Secundario - ano 2	7,7	7,1	8,2
Secundario - ano 3	7,7	7,1	8,4
Secundario - ano 4	5,4	5,1	5,7
Secundario - ano 5	5,0	4,8	5,3
Secundario - ano 6	4,4	4,2	4,5
Curso medio - ano 1	0,1	0,1	0,1
Curso medio - ano 2	0,1	0,1	0,1
Curso medio - ano 3	0,2	0,2	0,2
Superior - ano 1	0,1	0,2	0,1
Superior - ano 2	0,1	0,1	0,1
Superior - ano 3	0,2	0,2	0,1
Superior - ano 4	0,1	0,1	0,1
Superior - ano 5 +	0,2	0,3	0,2

Quadro 4.14: Nível de ensino da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo por nível e ano que esta a estudar no meio rural

Nível de ensino	Total	Masculino	Feminino
	%	%	%
Rural	100	100	100
Pre-escolar - ano 1	5,1	5,0	5,2
Pre-escolar - ano 2	4,8	4,6	5,0
Alfabetizacao - ano 1	0,2	0,1	0,3
Alfabetizacao - ano 2	0,3	0,2	0,4
Alfabetizacao - ano 3	0,8	0,7	0,8
EBI - ano 1	9,4	9,3	9,5
EBI - ano 2	13,4	13,9	12,9
EBI - ano 3	10,7	10,7	10,6
EBI - ano 4	13,4	13,6	13,1
EBI - ano 5	9,4	9,4	9,4
EBI - ano 6	10,9	10,6	11,2
Secundario - ano 1	5,6	5,7	5,5
Secundario - ano 2	5,3	5,3	5,4
Secundario - ano 3	4,4	4,4	4,4
Secundario - ano 4	3,3	3,3	3,2
Secundario - ano 5	1,8	1,8	1,7
Secundario - ano 6	1,2	1,3	1,1
Curso medio - ano 1	0,0	0,0	0,0
Curso medio - ano 2	0,0	0,0	0,0
Curso medio - ano 3	0,0	0,0	0,0
Superior - ano 1	0,0	0,0	0,0
Superior - ano 2	0,0	0,0	0,0
Superior - ano 3	0,0	0,0	0,0
Superior - ano 4	0,0	0,0	0,0
Superior - ano 5 +	0,0	0,0	0,0

Anexo V – Quadros do Analfabetismo

Quadro 5.2: Distribuição percentual da população analfabeta de 15 anos e mais segundo o sexo e relação de Masculinidade (RM), por ilha

Ilhas	Total		Homens		Mulheres		RM
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	
TOTAL - CABO VERDE	62696	100,0	19124	100,0	43572	100,0	43,9
SANTO ANTAO	9416	15,0	3863	20,2	5553	12,7	69,6
SAO VICENTE	8122	13,0	2626	13,7	5496	12,6	47,8
SAO NICOLAU	2154	3,4	697	3,6	1457	3,3	47,8
SAL	1229	2,0	440	2,3	789	1,8	55,8
BOA VISTA	430	0,7	152	0,8	278	0,6	54,7
MAIO	880	1,4	237	1,2	643	1,5	36,9
SANTIAGO	33308	53,1	8904	46,6	24404	56,0	36,5
FOGO	6048	9,6	1781	9,3	4267	9,8	41,7
BRAVA	1109	1,8	424	2,2	685	1,6	61,9

Quadro 5.3: Distribuição percentual da população residente de 15 anos e mais segundo o sexo e relação de Masculinidade (RM), por Concelho de residência e freguesia

Concelhos / Freguesias	Total		Homens		Mulheres		RM
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	
CABO VERDE	62696	100,0	19124	100,0	43572	100,0	43,9
Concelhos:							
Ribeira Grande	3947	6,3	1538	8,0	2409	5,5	63,8
N.S. ROSARIO	1251	2,0	420	2,2	831	1,9	50,5
N.S. DO LIVRAMENTO	317	0,5	124	0,6	193	0,4	64,2
SANTO CRUCIFIXO	1588	2,5	677	3,5	911	2,1	74,3
SÃO P. APOSTOLO	791	1,3	317	1,7	474	1,1	66,9
Paúl	1878	3,0	857	4,5	1021	2,3	83,9
SÃO A. DAS POMBAS	1878	3,0	857	4,5	1021	2,3	83,9
Porto Novo	3591	5,7	1468	7,7	2123	4,9	69,1
SÃO JOAO BAPTISTA	2669	4,3	1044	5,5	1625	3,7	64,2
SANTO ANDRE	922	1,5	424	2,2	498	1,1	85,1
São Vicente	8122	13,0	2626	13,7	5496	12,6	47,8
N.S. DA LUZ	8122	13,0	2626	13,7	5496	12,6	47,8
São Nicolou	2154	3,4	697	3,6	1457	3,3	47,8
N.S. DA LAPA	314	0,5	92	0,5	222	0,5	41,4
N.S. DO ROSARIO	1840	2,9	605	3,2	1235	2,8	49,0
Sal	1229	2,0	440	2,3	789	1,8	55,8
N.S. DAS DORES	1229	2,0	440	2,3	789	1,8	55,8
Boavista	430	0,7	152	0,8	278	0,6	54,7
SÃO JOAO BAPTISTA	96	0,2	31	0,2	65	0,1	47,7
SANTA ISABEL	334	0,5	121	0,6	213	0,5	56,8
Maio	880	1,4	237	1,2	643	1,5	36,9
N.S. DA LUZ	880	1,4	237	1,2	643	1,5	36,9
Tarrafal	3037	4,8	754	3,9	2283	5,2	33,0
SANTO AMARO ABADE	3037	4,8	754	3,9	2283	5,2	33,0
Santa Catarina	8985	14,3	2401	12,6	6584	15,1	36,5
SANTA CATARINA	7328	11,7	1945	10,2	5383	12,4	36,1
SÃO SALVADOR DO MUNDO	1657	2,6	456	2,4	1201	2,8	38,0
Santa Cruz	5273	8,4	1502	7,9	3771	8,7	39,8
SANTIAGO MAIOR	4160	6,6	1203	6,3	2957	6,8	40,7
SÃO L. DOS ORGAOS	1113	1,8	299	1,6	814	1,9	36,7
Praia	11264	18,0	2987	15,6	8277	19,0	36,1
N.S. DA GRACA	9529	15,2	2429	12,7	7100	16,3	34,2
S. NOME DE JESUS	559	0,9	193	1,0	366	0,8	52,7
SÃO J. BAPTISTA	1176	1,9	365	1,9	811	1,9	45,0
São Domingos	1877	3,0	547	2,9	1330	3,1	41,1
N.S. DA LUZ	684	1,1	201	1,1	483	1,1	41,6
SÃO N. TOLENTINO	1193	1,9	346	1,8	847	1,9	40,9
Calheta de S. Miguel	2872	4,6	713	3,7	2159	5,0	33,0
SÃO M. DO ARCANJO	2872	4,6	713	3,7	2159	5,0	33,0
Mosteiros	1645	2,6	490	2,6	1155	2,7	42,4
N.S. DA AJUDA	1645	2,6	490	2,6	1155	2,7	42,4
São Filipe	4403	7,0	1291	6,8	3112	7,1	41,5
SÃO LOURENCO	1573	2,5	441	2,3	1132	2,6	39,0
N.S. DA CONCEICAO	1885	3,0	539	2,8	1346	3,1	40,0
SANTA CATARINA	945	1,5	311	1,6	634	1,5	49,1
Brava	1109	1,8	424	2,2	685	1,6	61,9
SÃO JOAO BAPTISTA	656	1,0	238	1,2	418	1,0	56,9
N.S. DO MONTE	453	0,7	186	1,0	267	0,6	69,7

Quadro 5.6: Distribuição percentual da população analfabeta de 15 anos e mais segundo o sexo e relação de Masculinidade (RM), por meio de residência e grupos etários

Sector de residência / grupos etários	Total		Homens		Mulheres		RM
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	
CABO VERDE							
15 e mais	62696	100,0	19124	100,0	43572	100,0	43,9
15 - 19	1947	3,1	1097	5,7	850	2,0	129,1
20 - 24	2110	3,4	1032	5,4	1078	2,5	95,7
25 - 29	2648	4,2	1041	5,4	1607	3,7	64,8
30 - 34	4107	6,6	1444	7,6	2663	6,1	54,2
35 - 39	5601	8,9	1635	8,5	3966	9,1	41,2
40 - 44	7292	11,6	1919	10,0	5373	12,3	35,7
45 - 49	5797	9,2	1202	6,3	4595	10,5	26,2
50 - 54	3072	4,9	689	3,6	2383	5,5	28,9
55 - 59	3834	6,1	956	5,0	2878	6,6	33,2
60 anos e mais	26288	41,9	8109	42,4	18179	41,7	44,6
TOTAL - URBANO							
15 e mais	25547	100	7373	100	18174	100	40,6
15 - 19	847	3,3	499	6,8	348	1,9	143,4
20 - 24	1053	4,1	543	7,4	510	2,8	106,5
25 - 29	1290	5,0	525	7,1	765	4,2	68,6
30 - 34	1842	7,2	631	8,6	1211	6,7	52,1
35 - 39	2610	10,2	743	10,1	1867	10,3	39,8
40 - 44	3118	12,2	802	10,9	2316	12,7	34,6
45 - 49	2284	8,9	496	6,7	1788	9,8	27,7
50 - 54	1233	4,8	270	3,7	963	5,3	28,0
55 - 59	1490	5,8	358	4,9	1132	6,2	31,6
60 anos e mais	9780	38,3	2506	34,0	7274	40,0	34,5
TOTAL - RURAL							
15 e mais	37149	100	11751	100	25398	100	46,3
15 - 19	1100	3,0	598	5,1	502	2,0	119,1
20 - 24	1057	2,8	489	4,2	568	2,2	86,1
25 - 29	1358	3,7	516	4,4	842	3,3	61,3
30 - 34	2265	6,1	813	6,9	1452	5,7	56,0
35 - 39	2991	8,1	892	7,6	2099	8,3	42,5
40 - 44	4174	11,2	1117	9,5	3057	12,0	36,5
45 - 49	3513	9,5	706	6,0	2807	11,1	25,2
50 - 54	1839	5,0	419	3,6	1420	5,6	29,5
55 - 59	2344	6,3	598	5,1	1746	6,9	34,2
60 anos e mais	16508	44,4	5603	47,7	10905	42,9	51,4

Quadro 5.10: Evolução da taxa de analfabetismo da população residente de 15 anos e mais sexo e segundo a Relação Logística de Feminidade, por ilhas e e grupos etários

Ilhas / Grupos etários	Total		Homens		Mulheres		RLFT	
	1990	2000	1990	2000	1990	2000	1990	2000
SANTO ANTÃO	46,1	34,0	36,1	26,5	56,5	42,2	2,3	2,0
15 a 34 anos	25,4	10,1	20,5	9,3	31,5	11,1	1,8	1,2
35 a 49 anos	66,2	44,2	51,8	33,1	77,5	58,7	3,2	2,9
50 e mais anos	76,8	75,5	65,6	63,9	86,2	84,8	3,3	3,2
SÃO VICENTE	27,9	19,0	18,2	12,7	36,7	24,9	2,6	2,3
15 a 34 anos	15,0	5,8	11,6	5,7	18,5	5,9	1,7	1,0
35 a 49 anos	37,2	24,1	23,8	15,0	48,6	33,7	3,0	2,9
50 e mais anos	57,1	52,0	38,1	34,5	69,0	64,0	3,6	3,4
SÃO NICOLAU	34,1	25,9	22,7	17,2	44,2	34,1	2,7	2,5
15 a 34 anos	15,3	7,4	12,0	7,1	18,9	7,7	1,7	1,1
35 a 49 anos	48,1	29,1	35,8	18,9	55,1	38,8	2,2	2,7
50 e mais anos	56,7	56,0	38,1	38,5	70,7	68,3	3,9	3,4
SAL	18,3	13,2	10,6	8,8	26,2	18,3	3,0	2,3
15 a 34 anos	8,8	5,6	5,9	5,2	11,9	6,0	2,2	1,2
35 a 49 anos	23,1	17,0	12,8	10,7	34,0	25,5	3,5	2,9
50 e mais anos	47,1	41,4	28,4	24,2	61,1	55,8	4,0	4,0
BOA VISTA	21,5	15,0	13,5	9,7	30,0	21,4	2,8	2,5
15 a 34 anos	5,8	3,2	4,7	3,2	7,3	3,3	1,6	1,0
35 a 49 anos	24,9	15,0	20,6	12,0	28,8	19,5	1,6	1,8
50 e mais anos	43,1	38,3	27,1	23,6	56,0	50,4	3,4	3,3
MAIO	33,1	22,8	21,1	14,0	42,0	29,7	2,7	2,6
15 a 34 anos	12,5	4,6	8,1	4,1	16,4	5,1	2,2	1,2
35 a 49 anos	52,1	29,9	36,6	16,7	58,7	38,3	2,5	3,1
50 e mais anos	66,3	64,8	45,8	45,0	80,9	76,8	5,0	4,1
SANTIAGO	38,3	25,8	24,7	15,7	48,3	33,8	2,8	2,7
15 a 34 anos	19,6	8,3	12,4	6,6	25,4	9,8	2,4	1,5
35 a 49 anos	53,3	34,1	27,1	16,5	67,8	45,5	5,7	4,2
50 e mais anos	76,8	70,6	57,9	49,1	89,7	84,5	6,3	5,6
FOGO	43,8	29,2	30,6	18,8	53,8	37,9	2,6	2,6
15 a 34 anos	20,5	6,1	14,1	5,6	25,8	6,6	2,1	1,2
35 a 49 anos	59,5	39,2	36,8	22,4	71,9	51,2	4,4	3,6
50 e mais anos	77,9	73,1	60,3	52,9	91,3	87,2	6,9	6,1
BRAVA	33,9	27,5	26,2	21,2	40,3	33,6	1,9	1,9
15 a 34 anos	13,4	8,8	11,1	8,6	15,7	9,1	1,5	1,1
35 a 49 anos	46,0	34,3	35,2	23,8	54,0	44,2	2,2	2,5
50 e mais anos	68,3	70,2	57,8	58,4	75,4	79,3	2,2	2,7

Quadro 5.12: Taxa de Analfabetismo da população residente de 15 anos e mais segundo o meio de residência e sexo por concelhos e grandes grupos etários

Concelhos	Total			Urbano			Rural		
	HM	M	H	HM	M	H	HM	M	H
Ribeira Grande	30,4	18,6	11,8	17,4	11,4	6,0	34,5	20,8	13,7
15 a 34 anos	7,2	3,5	3,7	4,1	2,0	2,1	8,2	4,0	4,2
35 a 49 anos	37,2	21,1	16,1	20,9	11,3	9,6	43,2	24,7	18,5
50 e mais anos	68,8	44,9	24,0	48,0	36,0	12,0	73,5	46,9	26,7
15 e mais anos	24,0	8,1	15,9	14,5	4,3	10,2	29,6	10,3	19,3
Paúl	38,8	21,1	17,7	31,6	18,1	13,6	40,9	22,0	18,9
15 a 34 anos	15,3	7,2	8,1	11,8	6,6	5,2	16,4	7,4	8,9
35 a 49 anos	52,9	27,8	25,1	42,4	23,5	18,9	56,1	29,1	26,9
50 e mais anos	80,6	47,0	33,6	71,5	41,8	29,7	83,0	48,4	34,6
15 e mais anos	38,8	17,7	21,1	31,6	13,6	18,1	40,9	18,9	22
Porto Novo	36,3	21,4	14,8	30,5	19,2	11,3	41,2	23,4	17,9
15 a 34 anos	11,2	5,8	5,4	9,6	5,3	4,3	12,8	6,3	6,5
35 a 49 anos	48,9	29,8	19,1	42,2	27,6	14,6	55,0	31,7	23,2
50 e mais anos	83,3	50,4	32,9	79,2	51,1	28,2	85,9	50,0	35,8
15 e mais anos	36,3	14,8	21,4	30,5	11,3	19,2	41,2	17,9	23,4
Tarrafal	32,4	24,3	8,0	23,0	17,4	5,6	37,2	27,9	9,3
15 a 34 anos	10,0	6,7	3,3	6,6	3,7	2,9	11,9	8,4	3,5
35 a 49 anos	43,6	35,9	7,7	32,2	26,0	6,3	49,5	41,1	8,4
50 e mais anos	79,2	58,2	21,0	68,5	54,2	14,3	83,1	59,7	23,4
15 e mais anos	32,4	8,0	24,3	23,0	5,6	17,4	37,2	9,3	27,9
Santa Catarina	34,4	25,2	9,2	16,6	12,5	4,1	37,7	27,6	10,1
15 a 34 anos	10,1	6,4	3,7	5,5	3,7	1,8	11,0	7,0	4,1
35 a 49 anos	47,4	39,7	7,7	21,6	17,4	4,3	52,2	43,9	8,4
50 e mais anos	79,7	56,3	23,4	54,4	41,1	13,2	82,6	58,0	24,6
15 e mais anos	34,2	9,1	25,1	16,6	4,1	12,5	38,3	10,2	28,1
Santa Cruz	31,6	22,6	9,0	29,7	20,7	9,0	32,2	23,3	9
15 a 34 anos	10,7	6,2	4,6	13,0	6,9	6,1	9,8	5,9	3,9
35 a 49 anos	40,3	31,7	8,6	42,0	31,7	10,3	39,6	31,7	8
50 e mais anos	77,0	55,9	21,1	75,2	57,3	18,0	77,4	55,6	21,9
15 e mais anos	31,6	9,0	22,6	29,7	9,0	20,7	32,2	9,0	23,3
Praia	18,3	13,5	4,9	16,2	12,1	4,1	39,0	26,7	12,4
15 a 34 anos	6,8	4,2	2,6	5,9	3,6	2,3	16,1	10,6	5,5
35 a 49 anos	24,6	19,6	5,0	22,3	17,9	4,4	53,0	40,8	12,2
50 e mais anos	57,0	42,5	14,5	51,9	40,2	11,7	87,7	56,7	31,1
15 e mais anos	18,3	4,9	13,5	16,2	4,1	12,1	39,0	12,4	26,7
São Domingos	26,6	18,8	7,8	14,5	11,1	3,4	28,4	20,0	8,4
15 a 34 anos	5,4	3,0	2,4	1,7	0,7	0,9	6,0	3,4	2,6
35 a 49 anos	35,3	26,6	8,8	14,2	11,3	2,8	38,8	29,1	9,7
50 e mais anos	71,4	51,2	20,2	52,7	41,2	11,5	73,9	52,5	21,3
15 e mais anos	26,6	7,8	18,8	14,5	3,4	11,1	28,4	8,4	20
Calheta - São Miguel	35,2	26,5	8,7	25,1	19,4	5,7	39,6	29,6	10,1
15 a 34 anos	10,6	7,2	3,4	6,9	4,6	2,3	12,5	8,5	3,9
35 a 49 anos	47,5	39,3	8,1	37,0	31,2	5,8	52,2	43,1	9,1
50 e mais anos	81,5	59,2	22,3	70,7	53,4	17,3	84,7	61,0	23,8
15 e mais anos	35,2	8,7	26,5	25,1	5,7	19,4	39,6	10,1	29,6
Mosteiros	31,3	22,0	9,3	14,8	11,8	3,1	32,0	22,4	9,6
15 a 34 anos	7,4	4,2	3,2	3,0	2,3	0,8	7,6	4,3	3,3
35 a 49 anos	44,7	33,2	11,5	15,6	11,1	4,4	45,7	34,0	11,7
50 e mais anos	73,0	51,5	21,4	45,1	37,3	7,8	74,2	52,2	22,1
15 e mais anos	31,3	9,3	22,0	14,8	3,1	11,8	32,0	9,6	22,4
São Filipe	28,5	20,1	8,4	19,8	14,5	5,3	32,4	22,7	9,7
15 a 34 anos	5,7	3,1	2,6	4,6	2,6	2,0	6,2	3,3	2,9
35 a 49 anos	37,3	28,7	8,6	24,2	18,1	6,1	43,3	33,5	9,7
50 e mais anos	73,2	51,4	21,8	63,0	48,1	14,9	76,5	52,5	24

NB: Ilhas = Concelhos, (ver quadro 5.10)

Anexo VI – Listagem de todos os Quadros

- Quadro 2.1:** Efectivais e proporção da população residente de 4 anos ou mais segundo o sexo por frequência escolar
- Quadro 2.2:** Estrutura da população residente de 4 anos ou mais segundo o sexo e a frequência escolar, por ilhas/Concelhos
- Quadro 2.3:** Efectivos e proporção da população residente de 4 anos ou mais segundo o sexo por sector de residência e frequência escolar
- Quadro 2.4.:** Estrutura da população residente de 4 anos ou mais segundo o sexo e a frequência escolar por meio de residência, ilhas e concelhos
- Quadro 2.5.:** Estrutura da população residente de 4 anos ou mais segundo a frequência escolar e sexo por sector de residência e grupos etários
- Quadro 2.6:** Estrutura da população residente de 4 anos ou mais segundo a frequência escolar e sexo por meio de residência e grupos etários
- Quadro 2.7:** Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo a frequência escolar e sexo por grandes grupos etários
- Quadro 2.8:** Estrutura da população residente de 4 anos ou mais segundo o sexo e frequência escolar por meio de residência e grupos etários (em %)
- Quadro 2.9:** Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo e frequência escolar, por ilhas e grupos etários
- Quadro 2.10:** Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo e frequência escolar, por concelhos e grupos etários
- Quadro 3.1:** Taxa de escolarização da população residente de 4 anos ou mais segundo o sexo e relação de feminidade por grupos etários
- Quadro 3.2:** Taxa de escolarização actual da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo e relação de feminidade por sector de residência e grupos etários
- Quadro 3.3:** Taxa de escolarização por idade específica da população residente de 6 a 24 anos segundo o sector de residência e sexo por idades simples (em %)
- Quadro 3.4:** Taxa de escolarização actual da população residente em Santo Antão de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)
- Quadro 3.5:** Taxa de escolarização actual da população residente em São Vicente de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)
- Quadro 3.6:** Taxa de escolarização actual da população residente em São Nicolau de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)
- Quadro 3.7:** Taxa de escolarização actual da população residente no Sal de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)
- Quadro 3.8:** Taxa de escolarização actual da população residente na Boavista de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)
- Quadro 3.9:** Taxa de escolarização actual da população residente no Maio de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)
- Quadro 3.10:** Taxa de escolarização actual da população residente em Santiago de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)
- Quadro 3.11:** Taxa de escolarização actual da população residente no Fogo de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)
- Quadro 3.12:** Taxa de escolarização actual da população residente na Brava de 6 a 24 anos segundo o meio de residência e sexo por idades simples (em %)
- Quadro 3.13:** Esperança de vida escolar da população residente de 6 a 24 anos segundo o sexo e índice de paridade por ilhas/concelhos
- Quadro 3.14:** Esperança de vida escolar da população residente de 6 a 24 anos segundo o sexo e índice de paridade (M/H), por meio de residência ilhas/concelhos

Quadro 3.15: Esperança de Sobrevivência escolar da população residente de 6 a 24 anos segundo o sexo, por ilhas/concelhos

Quadro 3.16: Esperança de Sobrevivência escolar da população residente de 6 a 24 anos segundo o sector de residência, por ilhas/concelhos

Quadro 3.17: Taxa Bruta de escolarização de 6 a 11 anos no EBI segundo o sector de residência por ilha e sexo

Quadro 3.18: Taxa Bruta de escolarização de 6 a 11 anos no EBI e de 12 a 17 anos no Ensino Secundário, segundo o meio de residência por Concelhos e sexo

Quadro 3.19: Taxa Líquida de escolarização de 6 a 11 anos no EBI segundo o sector de residência por ilha e sexo

Quadro 3.20: Taxa Líquida de escolarização de 6 a 11 anos no EBI e de 12 a 17 anos no Ensino Secundário, segundo o meio de residência por Concelhos e sexo

Quadro 3.21: Taxa Bruta de escolarização de 12 a 17 anos no Ensino Secundário, segundo o sector de residência por ilha e sexo

Quadro 3.22.: Taxa Líquida de escolarização de 12 a 17 anos no Ensino Secundário segundo o sector de residência por ilha e sexo

Quadro 3.23: Disparidade entre homens e mulheres chefes de família de 25 anos e mais em matéria de escolarização das crianças e jovens de 6 a 24 anos, segundo o sexo e Relação Logísticas de feminidade das taxas

Quadro 3.24: Taxa de escolarização da população residente de 6 a 24 anos segundo o nível de instrução do chefe do agregado familiar com 25 anos e mais, por sexo grupos etários e sector de residência

Quadro 3.25: Taxa de escolarização segundo o nível de conforto do chefe do agregado familiar onde o chefe tem 25 e mais anos

Quadro 4.1: Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo o nível de instrução por sexo e grupo etários

Quadro 4.2: Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo o Nível de ensino por lhas e sexo

Quadro 4.3: Estrutura da população residente, segundo o nível de instrução por grandes grupos etários e sexo

Quadro 4.4: Estruturada população residente, de 15 anos ou mais segundo o nível de instrução por ilhas e sexo

Quadro 4.5: Proporção da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo por nível e ano que já estudou

Quadro 4.6: Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo o Nível de ensino que já tinha estudado um nível de ensino por lhas e sexo

Quadro 4.7: Estruturada população residente, segundo o nível de instrução que já frequentou por grandes grupos etários e sexo

Quadro 4.8: Nível de instrução da população residente de 15 anos e mais que já frequentou um estabelecimento de ensino por ilhas e o sexo

Quadro 4.9: Nível de ensino da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo por nível e ano que já estudou no meio urbano

Quadro 4.10: Nível de ensino da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo por nível e ano que já estudou no meio rural

Quadro 4.11: Proporção da população residente de 4 anos e mais o sexo segundo por nível e ano que frequenta, (em %)

Quadro 4.12: Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo o Nível de ensino que frequentava no momento do censo por lhas e sexo

Quadro 4.13: Nível de ensino da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo por nível e ano que esta estudar no meio urbano

Quadro 4.14: Nível de ensino da população residente de 4 anos e mais segundo o sexo por nível e ano que esta a estudar no meio rural

Quadro 4.15: Nível de ensino da população residente de 4 anos e mais que estudam no momento do censo por sexo e grupo etários

Quadro 5.1: Taxa de analfabetismo em % da população residente de 15 anos ou mais segundo o sexo e relação de feminidade (RLFT), por ilha/concelhos

Quadro 5.2: Distribuição percentual da população analfabeta de 15 anos e mais segundo o sexo e relação de Masculinidade (RM), por ilha

Quadro 5.3: Distribuição percentual da população residente de 15 anos e mais segundo o sexo e Relação de Masculinidade (RM), por Concelho de residência e freguesia

Quadro 5.4: Taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos ou mais segundo o sexo, relação de feminidade (RLFT), por meio de residência, ilhas/concelhos

Quadro 5.5: Efectivos dos analfabetos e taxa de analfabetismo da população residente de 15 anos ou mais, segundo sexo por grupos etários

Quadro 5.6: Distribuição percentual da população analfabeta de 15 anos e mais segundo o sexo e relação de Masculinidade (RM), por meio de residência e grupos etários

Quadro 5.7.: Efectivos dos analfabetos e taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos ou mais segundo sexo por grupos etários segundo o sexo por meio de residência e grupo etário

Quadro 5.8: Efectivos de analfabetos e taxa de analfabetismo (%) da população residente de 15 anos ou mais segundo sexo e por meio de residência, por grupo etário

Quadro 5.9: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos e mais segundo o sexo e índice de paridade feminina, por sector de residência e grupos etários (1990-2000)

Quadro 5.10: Evolução da taxa de analfabetismo da população residente de 15 anos e mais sexo e segundo a Relação Logística de Feminidade, por ilhas e grupos etários

Quadro 5.11: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos ou mais e segundo o sexo e índice de paridade feminina, por sector de residência e grupos etários (1990-2000)

Quadro 5.12: Taxa de Analfabetismo da população residente de 15 anos e mais segundo o meio de residência e sexo por concelhos e grandes grupos etários

Anexo VI – Listagem de todos os Gráficos

Gráfico 2.1: Proporção da população residente de 4 anos ou mais que no momento do censo frequentava um determinado nível de ensino por concelhos, (em %)

Gráfico 2.2: Proporção da população residente de 4 anos ou mais que nunca frequentou um estabelecimento de ensino por concelhos, (em %)

Gráfico 2.3.: Estrutura da população residente de 4 anos ou mais segundo a frequência escolar (em %)

Gráfico 2.4: Estrutura da população residente de 4 anos e mais segundo a frequência escolar por grupos etários (em %)

Gráfico 2.5: Estrutura da população residente de 4 anos ou mais segundo a frequência escolar, por meio de residência (em %)

Gráfico 3.1: Taxa de escolarização actual da população residente por grupos etários

Gráfico 3.2: Taxa de escolarização actual da população residente segundo grupos etários oficial

Gráfico 3.3: Taxa de escolarização actual da população residente segundo grupos etários (UNESCO)

Gráfico 3.4: Taxa específica de escolarização da população residente de 6 a 24 anos

Gráfico 3.5: Taxa específica de escolarização da população residente de 6 a 24 anos por sector de residência

Gráfico 3.6: Esperança de vida escolar da população residente de 6 a 24 anos por concelhos, (em anos)

Gráfico 3.7: Esperança de vida escolar da população residente de 6 a 24 anos por concelhos, segundo o sector de residência, (em anos)

Gráfico 3.8: Esperança de sobrevivência escolar da população residente de 6 a 24 anos por concelhos, (em anos)

Gráfico 3.9: Esperança de sobrevivência escolar da população residente de 6 a 24 anos, segundo o sector de residência por concelhos, (em anos)

Gráfico 3.10: Taxa líquida de escolarização de 6 a 11 anos no EBI, (%)

Gráfico 3.11: Taxa líquida de escolarização de 12 a 17 anos no Secundário, (%)

Gráfico 3.12: Taxa de escolarização das crianças e dos jovens de 6 a 24 anos, segundo o nível de instrução do chefe de família por sexo (em %)

Gráfico 3.13: Taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos, segundo o nível de instrução do chefe de família por sexo (em %)

Gráfico 3.14: Taxa de escolarização dos jovens de 15 a 24 anos, segundo o nível de instrução do chefe de família por sexo (em %)

Gráfico 3.15: Taxa de escolarização das crianças e dos jovens de 6 a 24 anos, segundo o nível de conforto da família por sexo (em %)

Gráfico 3.16: Taxa de escolarização das crianças 6 a 14 anos, segundo o nível de conforto da família por sexo (em %)

Gráfico 3.17: Taxa de escolarização residente de 15 a 24 anos, segundo o nível de conforto da família por sexo (em %)

Gráfico 3.18: Taxa de escolarização das crianças e dos jovens de 6 a 24 anos, segundo o nível de conforto da família por meio de residência (em %)

Gráfico 4.1: Proporção da população sem nenhum nível de instrução no total da população que de 4 e mais anos por ilhas (em %)

Gráfico 4.2: Proporção da população residente de 4 anos e mais que já frequentaram o ensino secundário, médio e superior por ilhas (em %)

Gráfico 4.3: Proporção da população residente de 4 anos e mais que frequentava o ensino secundário, médio e superior por ilhas (em %)

Gráfico 5.1: Taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 ou mais anos por ilhas

Gráfico 5.2: Taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 ou mais anos segundo o sexo por ilhas

Gráfico 5.3: Taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos ou mais por sexo, segundo grupos etários

Gráfico 5.4: Taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos ou mais segundo o sector de residência

Gráfico 5.5: Taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos ou mais por grandes grupos etários, segundo o sexo

Gráfico 5.6: Taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos ou mais segundo o sector de residência, por grandes grupos etários, segundo o sexo

Gráfico 5.7: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos e mais por grandes grupos etários

Gráfico 5.8: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente do sexo masculino de 15 anos ou mais por grandes grupos etários

Gráfico 5.9: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente do sexo feminino de 15 anos ou mais por grandes grupos etários

Gráfico 5.10: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente de 15 anos e mais por ilhas, 1990-2000

Gráfico 5.11: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente no meio urbano de 15 anos e mais por grandes grupos etários, (1990-2000)

Gráfico 5.12: Evolução da taxa de analfabetismo (em %) da população residente no meio rural de 15 anos e mais por grandes grupos etários, (1990-2000)